



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

HARRISON NASCIMENTO DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE-AP**

**Belém
2011**

HARRISON NASCIMENTO DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE-AP

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Lúcia T. Simonian.

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Silva, Harrison Nascimento da

Políticas públicas educacionais e a influência da educação no desenvolvimento econômico no município de Oiapoque-AP / Harrison Nascimento da Silva ; Orientadora, Ligia Simonian – 2011.

124.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Educação - Oiapoque (AP). 2. . Educação - política governamental - Oiapoque (AP). 3. Desenvolvimento econômico. I. Simonian, Ligia, orientador. II. Título.

CDD 22. ed. 370.

HARRISON NASCIMENTO DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE-AP

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Ligia T. L. Simonian
Orientador – NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Nírvia Ravena de Souza
Examinadora interna, NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Nádia M. da S. Freitas
Examinadora externa, Centro de Educação/UFPA

Conceito:

**Dedico este trabalho a todos os profissionais da
área de educação, que com grande esforço e
sacrifício pessoal buscam levar o conhecimento a
todas as partes desse imenso Brasil, e em especial
aos profissionais do município de Oiapoque.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais José Heriverto G. da Silva e Angelita F. do Nascimento que sempre me aconselharam e me direcionaram aos melhores caminhos. Em especial à minha mãe que nas decisões mais difíceis sempre me apoiou e nunca poupou esforços para garantir minha educação e formação como pessoa.

À minha esposa Shahira e filha Helena que estiveram comigo sempre e souberam entender e suportar todo o tempo de ausência, tão necessário ao término da pesquisa, bem como o apoio oferecido e tão importante de minha esposa em todas as etapas da pesquisa, desde a fase de projeto ao término da dissertação.

À orientadora Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian pelas contribuições teóricas e apoio nos momentos decisivos ao longo da pesquisa e da redação desta dissertação.

À minha sogra pelas palavras amigas nos momentos de incerteza.

À CAPES, instituição financiadora da pesquisa pela bolsa concedida

À coordenação do NAEA, pelo apoio e decisões em favor da consecução do trabalho.

Ao corpo docente do NAEA, que muito nos auxiliou em conhecimentos e orientações.

Aos colegas de turma pelo convívio e contribuição ao longo do ano de disciplina.

A todos os funcionários e estagiários do NAEA, que com seu trabalho contribuíram com nossa formação e suporte, sejam serventes, responsáveis pela biblioteca e secretárias, que sempre estiveram dispostos a nos auxiliar em diversos momentos.

RESUMO

Com esta dissertação, buscou-se discutir a influência da educação no desenvolvimento econômico do município de Oiapoque, tendo em vista sua relevância como fronteira territorial com a Guiana Francesa e os entraves e oportunidades para uma educação de qualidade, de modo que fosse possível delinear o nível de desenvolvimento em Oiapoque, e esperando explicá-lo, mediante o cruzamento de informações, baseando-se nas políticas públicas educacionais. Nesse trabalho, ressalta-se, ainda, o que seria a busca da idealização de um sistema educacional, de modo que haja a associação entre o que se é visto na teoria e sua aplicação na prática, visando, assim, até que ponto as leis que regem a educação são eficazes. Durante a pesquisa, utilizou-se o método quanti-qualitativo, mediante a triangulação de dados acerca da influência da educação no desenvolvimento econômico, para os quais foram utilizados os depoimentos colhidos por meio de entrevistas. De acordo com a necessidade da pesquisa, buscou-se utilizar aspectos dos dois métodos, para que se pudesse clarear a discussão e apresentar as conclusões concernentes. A triangulação consiste na utilização dos diferentes pontos de vista dos quatro grupos entrevistados: Pais de alunos, Professores, Profissionais Liberais e Gestores Públicos, para que, desta forma, busquem-se respostas acerca do problema de pesquisa e da forma como se dá o desenvolvimento nesse município, levando em consideração suas peculiaridades e particularidades, que podem ser utilizadas tanto como entraves quanto como oportunidades. Os dados mostraram que ainda há muito a ser feito nesse município quando se pensa em questões como qualidade educacional e educação para o desenvolvimento, tendo em vista a infraestrutura educacional, o nível de participação social na escola, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Educação. Oiapoque. Amapá. Fronteira territorial.

ABSTRACT

With the present dissertation, it was discussed the education's influence in economic development on Oiapoque city, having in sight its importance how territorial border with the French Guiana and the barriers and opportunity to the education of quality of mode what were possible to delineate the development' level on Oiapoque, trying to explain its, through the crossing of information, basing on public politics educational. This production detach, yet, what will be the search of idealize of a educational system, of mode what to have the association between what is seems in theory and its application in practice, objectifying, so, far laws governing education are effective. During research, it was used the method quantitative-qualitative, by triangulation of data about the influence of education on economic development, which were used the reports collected by interview. According to work requirements, sought those aspects of both methods, so that they could lighten the discussions and to present finding concerning. The triangulation contained in use of different points view of the four groups interviewed: student of parents, teachers, professionals public managers, so that, in this way, to seek answers about the research problem and the way development takes place in this city, taking into account their peculiarities and particularities, that can be used both as obstacles or as opportunities. The data showed that there is still much to be done in this city when considering issues such as educational quality and educations to development, in view of the educational infrastructure, the level of social participation in school, among others.

Keywords: Public policies. Education. Oiapoque. Amapá. Territorial border.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Localização do estado do Amapá.	17
Mapa 2 -	Localização do município de Oiapoque.	17
Mapa 3 -	Localização do município de Oiapoque.	44
Gráfico 1 -	Distribuição do grupo Pais de alunos por gênero, Oiapoque/AP -2010	72
Figura 1 -	Água, saneamento e o ciclo da pobreza.	81
Gráfico 2 –	Distribuição do grupo de Pais de alunos por filhos que usufruem a merenda escolar, Oiapoque/AP-2010	88

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Principal entrada de Oiapoque, onde se lê “Aqui começa o Brasil”. Demarca a Fronteira entre Brasil e Departamento Ultramarino Francês.	48
Fotografia 2 -	A construção da ponte binacional ao fundo.	51
Fotografia 3 -	Foto retirada de uma das principais vias de Oiapoque. Esta retrata um dos poucos locais onde há algum tipo de esgoto.	54
Fotografia 4 -	Uma das travessas, pouco afastada do centro do município de Oiapoque.	54
Fotografia 5 -	Catraieiro, ex-garimpeiro. Uma das atividades da economia local.	55
Fotografia 6 -	Rua sem asfaltamento em Oiapoque.	56
Fotografia 7 -	Cruzamento entre uma das ruas e travessa da cidade.	56
Fotografia 8 -	A imagem retrata a qualidade da água que sai das torneiras, de cor amarelada, imprópria para o consumo.	57
Fotografia 9 -	Esta foto demonstra por onde é coletada a água que entra nas torneiras da população. A empresa responsável: Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, fornecedora do serviço de abastecimento de água à cidade.	57
Fotografia 10 -	Principal praça da cidade – muitos moradores chamavam de “currutela” –a qual retratava o nível de lazer que era proporcionado quando estava ativada.	58
Fotografia 11 -	A principal rua do comércio de Oiapoque.	59
Fotografia 12 -	O caráter informal da economia de Oiapoque, representado por um vendedor ambulante.	60
Fotografia 13 -	Desembarque de turistas guianenses no final de semana.	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição do grupo pais de alunos por estado civil, Oiapoque/AP – 2010	73
Tabela 2 -	Distribuição do grupo pais de alunos por grau de instrução, Oiapoque/AP– 2010	74
Tabela 3 -	Distribuição do grupo pais de alunos por grau de instrução, Oiapoque/AP– 2010	75
Tabela 4 -	Distribuição do grupo Pais de alunos segundo a ocupação formal, Oiapoque/AP – 2010	76
Tabela 5 -	Distribuição do grupo pais de alunos por renda mensal, Oiapoque/AP – 2010	78
Tabela 6 -	Distribuição do grupo pais de alunos por casa própria, Oiapoque/AP – 2010	79
Tabela 7 -	Distribuição do grupo pais de alunos por disponibilidade de água encanada, Oiapoque/AP – 2010	80
Tabela 8 -	Distribuição do grupo pais de alunos por disponibilidade de água em condições de consumo, Oiapoque/AP – 2010	80
Tabela 9 -	Distribuição do grupo pais de alunos – Características do domicílio e infraestrutura urbana, Oiapoque/AP – 2010	83
Tabela 10 -	Distribuição do grupo pais de alunos por acesso a computador e internet, Oiapoque/AP – 2010	84
Tabela 11 -	Distribuição do grupo pais de alunos – filhos que trabalham para auxiliar na renda, Oiapoque/AP – 2010	85
Tabela 12 -	Distribuição do grupo pais de alunos – benefício bolsa escola, Oiapoque/AP – 2010	85
Tabela 13 -	Distribuição do grupo pais de alunos por filhos que utilizam transporte escolar público, Oiapoque/AP – 2010	86
Tabela 14 -	Distribuição do grupo pais de alunos por filhos que têm aula de informática na escola, Oiapoque/AP – 2010	86
Tabela 15 -	Distribuição do grupo pais de alunos por filhos que têm aula de idiomas na escola, Oiapoque/AP – 2010	86

LISTA DE SIGLAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CFB	Constituição Federal Brasileira
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
DUF	Departamento Ultramarino Francês
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INODEP	Instituto Oecuméniqueau Service du Développement des Peuples
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEM	Núcleo de Educação de Macapá
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PARNA	Parque Nacional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDDE	Programa Dinheiro Na Escola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PERSPECTIVA TÉORICA: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20
2.1	EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.2	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO	22
2.2.1	Breve histórico do processo de formação da nova LDB	23
2.2.2	Análise acerca da nova LDB sob a perspectiva da formação dos profissionais da educação	25
2.2.3	A democracia e a LDB	26
2.2.4	Políticas públicas no setor da educação	28
2.2.5	Processo de descentralização/municipalização	31
2.2.6	A regulação das políticas públicas	33
2.3	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	36
2.3.1	A influência da educação no desenvolvimento econômico	39
2.3.2	Principais índices relacionados ao desenvolvimento e educação	42
3	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE – AMAPÁ	44
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS, FÍSICO E TERRITORIAIS	44
3.2	QUESTÃO FRONTEIRIÇA: BENEFÍCIOS, PARCERIAS E ENTRAVES DE COOPERAÇÃO.	48
4	ABORDAGEM METODOLÓGICA	64
5	A EDUCAÇÃO REALMENTE INFLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DE OIAPOQUE?	72
5.1	PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA POPULAÇÃO ESTUDADA E ANÁLISE QUALITATIVA	72
5.2	A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE - BARREIRAS A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	87
5.3	A PARTICIPAÇÃO ENTRE A ESCOLA, A SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO, QUAIS OS ENTRAVES?	91
5.4	A QUALIDADE EDUCACIONAL DE OIAPOQUE EM QUESTÃO	94
5.5	O PAPEL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA DETERMINAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE OIAPOQUE	97
6	CONCLUSÕES	102
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICES	117

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, buscou-se tecer considerações e conclusões acerca do papel desempenhado pela educação na determinação do desenvolvimento econômico do município de Oiapoque. Dentre as razões para essa opção, tem-se que este município apresenta uma série de peculiaridades, tais como: localizar-se em um Estado com um número grande de áreas conservadas ou preservadas¹; também, por ser um município de fronteira e apresentar concentração grande garimpos. Essa última particularidade traz como consequência uma atração enorme de pessoas que migram de partes as mais diversas do Brasil².

Tais características tornam Oiapoque um local diferenciado, onde, teoricamente, ocorrem intervenções constantes do Estado. Isso somente é possível ao haver a assunção de que o Estado apresenta papel de destaque na intermediação entre as necessidades sociais e a resolução de problemas. Assim, entende-se que, na determinação do desenvolvimento, a educação tem papel de importância extrema, uma vez que prepara o indivíduo para situações as quais enfrentará ao longo de sua existência. Países que alcançaram níveis elevados de desenvolvimento investiram maciçamente em seu sistema educacional, tanto na ampliação da oferta de educação quanto na qualidade educacional.

No Brasil, as políticas educacionais tendem, desde a década iniciada em 1980, para a universalização da educação. Hoje, a discussão gira em torno da qualidade dessa educação, tornando-se essa a frente política mais importante, a ordem máxima na questão de se fazer justiça social. No entanto, ainda há um caminho longo a percorrer em busca da qualidade educacional, principalmente em Oiapoque.

O sistema educacional tem passado por modificações profundas nos últimos anos, com avanços no acesso à educação básica e superior, aparelhamento e material didático de qualidade superior. Todavia, ainda há um caminho longo a percorrer. Principalmente, no que concerne a questões como qualidade da educação e educação para o desenvolvimento.

É dever da família e do Estado promover a educação como meio de desenvolvimento para o educando. Isso porque hão de prepará-lo para o exercício da cidadania e para a busca de qualidade no trabalho (BRASIL, 1996). O Estado possui a responsabilidade de fomentador

¹ Com um total de 12 áreas protegidas/AP.

² Principalmente, do estado do Pará e Maranhão. As pessoas que migram para esse município, em sua maioria, deslocam-se em busca de trabalho e renda.

e incentivador principal das práticas educacionais e de desenvolvimento, além da criação da infraestrutura necessária aos seus alunos e professores³.

A partir deste ponto, o debate que se estabelece é muito mais profundo do que simplesmente utilizar a educação como um meio de adestramento para o processo produtivo – o que parece ser uma tendência e, ao mesmo tempo, uma exigência do capital quando se teoriza sobre competição global. Esse debate diz respeito ao ganho de autonomia e liberdade que envolve a educação e a participação dos segmentos sociais diversos nas questões de planejamento e desenvolvimento. Conforme ressalta Bastos Filho (2001, p. 62), somente com uma “[...] educação crítica [...]” ou “[...] educação cidadã [...]” é que pessoas capazes de tomar iniciativas e criar soluções que respondam às situações novas ou até mesmo situações de conflito são criadas.

Tal complexidade emerge ao lidar com incertezas e perspectivas de longo prazo,⁴ bem como interesses diversos: primeiro do Estado, que por um lado, tem necessidade crônica de auferir mais tributos e manter o controle fiscal; em segundo, das empresas, por terem que expandir sua produção e ganhar competitividade no mercado, interno e externo, demandando, assim, profissionais qualificados em uma sociedade pouco escolarizada. A população necessita de meios de sobrevivência material – emprego e renda –, além de maior autonomia social e política. Dessa maneira, estabelece-se o conflito entre os interesses múltiplos dos atores diversos, pois cada agente busca satisfazer suas próprias necessidades.

Vale a pergunta: o Estado planejador e desenvolvimentista se preocupa com o ganho de autonomia dos seus cidadãos, incluindo estudantes, e promove políticas adequadas quanto a isso? As empresas estão inseridas em projetos de melhorias sociais, voltadas aos habitantes dos locais onde se inserem, além da sua tendência mercadológica? Os cidadãos e os alunos têm a noção exata do que têm que exigir de melhorias e como exercer seu papel de agente social, fiscalizador e construtor de mudanças?

Segundo Redin e Zitkoski (2007), a política educacional – conjunto de medidas tomadas ou formuladas pelo Estado relativas ao aparelho de Ensino, escolar ou não – visa essencialmente à reprodução da força de trabalho,⁵ à formação de intelectuais, à disseminação de concepção de mundo dominante. Isso além da evidente regulação e gerenciamento dos

³ Nesta direção, considerara-se como um ambiente propício ao aprendizado dos alunos salas de aulas adequadas, amplas e arejadas, presença de quadras de esporte, salas de informática e infraestrutura disponibilizada aos professores, como sala de professores, de modo que se possibilite um lugar adequado ao planejamento de suas aulas e demais aspectos relacionados à preparação das rotinas escolares.

⁴ Neste sentido, tem-se que todo e quaisquer investimentos ou projetos que tenham a função de alavancar a qualidade educacional de Oiapoque, se implantados em data presente terão resultados significativos somente no longo prazo. Isso quer dizer que as melhorias educacionais precisam acontecer imediatamente.

⁵ Por meio de escolarização e qualificação.

aspectos necessários ao funcionamento do sistema educacional. Na prática, a realidade educacional é de constantes desigualdades e incertezas, e em Oiapoque não é diferente.

Para a realização de mudanças consistentes e a promoção do desenvolvimento econômico, é necessário observar a educação como uma prioridade. Ainda nessa direção, Simonian (2005) destaca a importância da educação para o desenvolvimento como um dos elementos essenciais. E explicita isso que tanto do desenvolvimento humano, quanto do desenvolvimento sustentável.

Conforme destaca Resende (1986), a educação é um instrumento de transformação social. Ainda conforme esse autor, isso diz respeito não só quanto à educação formal, mas quanto à ação educativa que propicia a reformulação de hábitos, à aceitação de valores novos que estimulam a criatividade. Além disso, Pires (2005) considera a educação como condição fundamental para o desenvolvimento econômico e para o avanço material dos indivíduos.

Por mais que se chegue à conclusões errôneas e reducionistas de que somente a educação não dará conta de todos os problemas sociais, é inegável que sua negligência traz mais malefícios à população. Por sua vez, essa finda por buscar outras modalidades de resolver suas mazelas econômicas e sociais. Porém, isso nem sempre se dá pela via lícita ou a mais acertada, gerando uma série de contradições que podem ser vistas em tipos diversos de cidades: grandes, médias ou pequenas.

No Brasil, a educação é alvo de políticas públicas diversas, tanto em âmbito federal, quanto estadual ou mesmo municipal, visando ao aumento do número de pessoas na escola e a melhoria dos índices estatísticos educacionais, o que nem sempre representa aumento da qualidade educacional. O governo busca a eficácia⁶ para a educação já a partir da década iniciada em 1970, com a Lei de Diretrizes e Bases de 1971, e sua posterior reformulação na década iniciada em 1990, precisamente em 1996. Esse foi o momento da promulgação da LBD nova (BRASIL. LEI nº. 9.394, 1996), que estabelece as diretrizes para a elaboração de uma política nacional de educação, apesar das críticas enormes em sua reformulação.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2006, a educação superior no estado do Amapá tem se caracterizado por um processo gradual de expansão, tendo havido um período longo de quase estagnação. Nesse ínterim, apenas a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) tinha, sozinha, a função de atender à demanda por educação superior de todos aqueles que

⁶ Conceito amplamente discutido entre os pesquisadores da UFPA e alvo de constantes críticas quanto à sua aplicabilidade e à lógica neoliberal por trás embutida.

quisessem ascender a esse nível de ensino. Note-se que até então, essa era a única existente no estado até então.

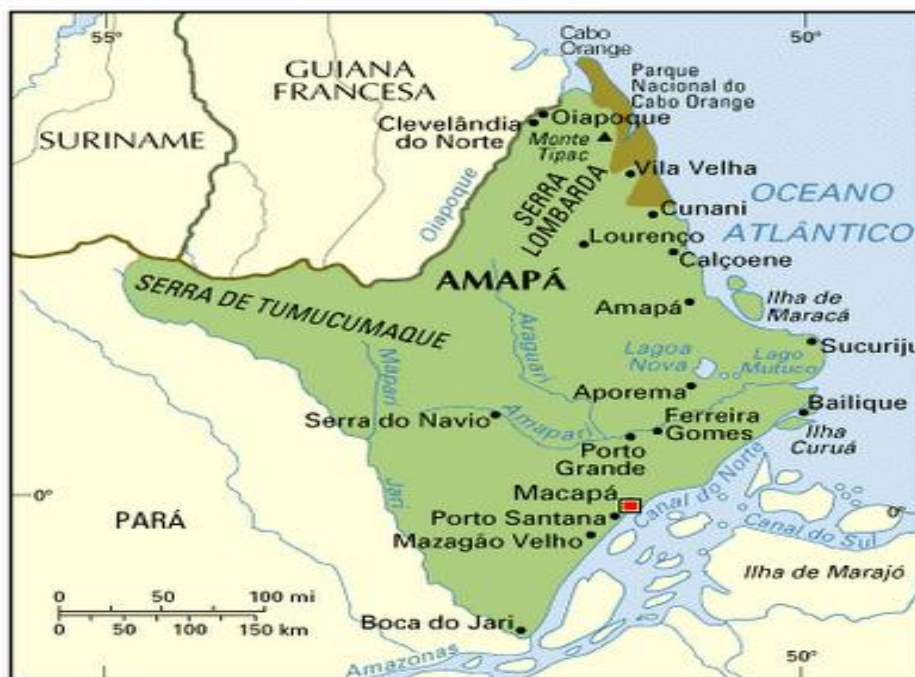
Por caracterizar-se como município de fronteira, o município de Oiapoque apresenta características próprias, dentre elas: importante entreposto comercial, caracterizado por um intenso comércio com o lado francês; área de conflito entre garimpeiros, por configurar-se como cidade “passageira” aos que buscam “atravessar” para o lado francês e empregar-se nos garimpos. Tais características permitem concluir que há uma necessidade premente de participação maior do Estado, importante ator impulsionador e catalisador das condições de desenvolvimento. Entende-se que a educação é condição precípua em todas essas questões levantadas, relacionadas ao desenvolvimento econômico e social desse município.

Desenvolvimento humano e econômico requer investimentos constantes e eficientes em educação e políticas. Nesse sentido, identificar, estudar e analisar as estratégias políticas e de desenvolvimento é necessário e imperioso, uma vez que os resultados de uma pesquisa podem contribuir com a sociedade na qual é desenvolvida (SIMONIAN, 2005). A intenção é exatamente apresentar conclusões que contribuam com a problemática proposta.

A ter-se em vista os pressupostos acima especificados, desenvolveu-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: as políticas públicas educacionais no município de Oiapoque estão sendo efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e tanto do ponto de vista da gestão dos recursos humanos e materiais, quanto da melhoria da qualidade de vida das pessoas?

A pesquisa que subsidia essa dissertação teve como objeto a influência positiva ou negativa exercida pela educação sobre o desenvolvimento econômico do município do Oiapoque, no estado do Amapá (Mapa 1-2). Desse modo, durante a pesquisa explicações acerca da importância dessa influência na determinação do desenvolvimento econômico foram buscadas, isso além de destacar e analisar sob a ótica dos grupos entrevistados, o papel das políticas públicas educacionais nesse desenvolvimento. Isso porque na perspectiva do novo modelo de desenvolvimento, o Estado é o condutor principal dos processos necessários de desenvolvimento, econômico e social.

Mapa 1 - Localização do estado do Amapá.



Fonte: Portal Brasil. (2010).

Mapa 2 - Localização do município de Oiapoque



Fonte: BRASIL, (2008). Adaptado pelo Autor (2010).

Além disso, também se investigou e analisou-se a efetividade das políticas públicas educacionais no município de Oiapoque, estado do Amapá, tanto do ponto de vista da gestão

dos recursos humanos e materiais, quanto da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Precisamente, buscou-se saber se a distribuição de benefícios sociais ocorre por meio da ação do Estado. Ademais, a realização da pesquisa visou contribuir na produção de conhecimento científico acerca de tais questões, o que, eventualmente, poderá ser apropriado pelo Estado e/ou pela sociedade como base para projetos e programas de políticas públicas.

Pretendeu-se ainda, com este estudo, atingir os seguintes objetivos específicos: caracterização socioeconômica dos atores sociais – pais de alunos; análise do papel das políticas públicas educacionais na promoção do desenvolvimento socioeconômico, tanto do ponto de vista econômico, no que diz respeito à geração de emprego e renda, quanto, e principalmente, do ponto de vista social; isso no que se refere à autonomia política e condições de participação efetiva na busca por resolução dos problemas vivenciados pelos próprios cidadãos; análise da gestão pública local quanto à educação e desenvolvimento.

Ainda como objetivos específicos, se tentou identificar o nível de alcance que as políticas públicas têm na área de educação no município de Oiapoque para a promoção do desenvolvimento econômico; a apresentação de um quadro sobre o nível de desenvolvimento econômico e social no município sob a ótica da qualidade de ensino. Essa será pautada na consecução de ganhos sociais e econômicos; identificar se a eficácia e a eficiência propostas na LDB estão sendo realmente aplicadas e se atingem os fins a que se propõem.

No município de Oiapoque, existem 15⁷ escolas municipais de ensino fundamental e duas de nível médio, um polo de nível superior da instituição UNIFAP⁸ e dois de nível superior de educação à distância⁹. A gestão local ou do governo municipal possui apenas um prédio próprio ocupado por escola. Nele funciona uma escola de nível fundamental que é a maior do município.

Existe uma necessidade de se desenvolver estudos na área educacional em Oiapoque. Isso porque nesse município o estado do Amapá é a única instância de oferta de educação; e em quase cem por cento das escolas, apresenta deficiências de qualidade educacional grandes, prejudicando o aprendizado dos alunos e as condições de desenvolvimento, bem como toda capacidade de reprodução material e econômica da população. Foram identificados os motivos mais diversos que contribuem para a não consecução de uma educação de qualidade. Tratou-se disso nos capítulos que seguem.

⁷ Total de escolas da área urbana e rural.

⁸ Esse polo funciona como prédio para educação de nível fundamental, cedido à gestão municipal.

⁹ Não existe nível superior presencial permanente no município.

O capítulo dois trata das questões teóricas norteadoras desta dissertação; também, nele se apresenta os conceitos principais trabalhados ao longo da pesquisa. Dentre esses, tem-se políticas públicas, desenvolvimento econômico. Isso de modo que pudesse acrescentar às discussões tratadas nos capítulos próximos.

No capítulo três, realiza-se uma caracterização e análises acerca da área pesquisada e realiza um debate acerca da principal característica de Oiapoque, ser área de fronteira; peculiaridade que pode ser utilizada tanto como uma barreira quanto como uma oportunidade; tanto comerciais quanto sociais, tendo em vista a necessidade de se utilizar tal característica como uma oportunidade em busca do desenvolvimento.

No capítulo quatro, abordam-se os caminhos metodológicos. Trabalhou-se, assim, a perspectiva interdisciplinar a partir da utilização de dados quantitativos e qualitativos, em uma triangulação de métodos e técnicas de pesquisa. A expectativa é de que se pudesse fornecer uma visão de pontos de vista diversos acerca de um mesmo problema.

No capítulo cinco, faz-se a análise das propostas principais, utilizando os dados primários colhidos em campo. Esses foram comparados com os demais depoimentos dos grupos entrevistados, além do uso de dados secundários. Tudo de modo a que se pudesse enriquecer a discussão e também fornecer subsídios para análises relevantes acerca do objeto de pesquisa anteriormente definido.

Por fim, no capítulo seis, têm-se as considerações finais acerca da pesquisa. Ainda, nele apontam-se caminhos que auxiliem na conclusão dos problemas científicos. Também, espera-se conseguir soluções para os problemas sociais, conhecidos *in locus* a partir das observações de campo e da vivência durante a pesquisa.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O estudo ora proposto aborda a problemática da influência das políticas públicas educacionais no desenvolvimento econômico por meio da comparação entre os diversos grupos envolvidos no processo escolar. A busca por explicações, ao se estudar fenômenos educacionais, é um trabalho complexo, importante e necessário. Nesse caso, em especial, procura-se concluir acerca da influência das políticas públicas de educação em região de fronteira.

Assim alguns tópicos foram discutidos. Dentre eles, tem-se a: LDB, eficácia, eficiência e efetividade, democracia, educação no Oiapoque, desenvolvimento econômico e questão fronteiriça. Entende-se que a reflexão sobre os rumos do desenvolvimento apresenta-se hoje como uma questão fundamental da sociedade, pois ela é balizadora das políticas públicas e privadas e das ações individuais e coletivas. Ao tratar da relação entre desenvolvimento e políticas sociais, quer-se contribuir para a reflexão a respeito dos rumos da sociedade brasileira atual, em meio ao contexto de transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva e societária mundial.

2.1 EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando se trata de políticas públicas, leva-se em consideração três conceitos fundamentais, tidos como balizadores dos processos políticos: a eficiência, a eficácia e a efetividade. A eficiência diz respeito à relação entre os esforços empreendidos por determinada política e os resultados alcançados com a utilização desses recursos. Para Arretche (1998), esse conceito implica em um objetivo democrático, tendo em vista que o governo gasta um recurso financeiro que não é seu e sim do contribuinte.

Neste sentido, o conceito é apresentado como um ponto de convergência entre as ações e a percepção do público. Isso exige ou ao menos teria que exigir resultados. Precisamente, por que segundo Arretche (1998, p. 36), “[...] a probidade, competência e eficiência no uso de recursos publicamente apropriados constituem, em regimes democráticos, uma das condições para a confiança pública [...] no Estado e nas instituições democráticas”.

Nada mais essencial de se destacar, tendo em vista a importância do Estado nas questões de desenvolvimento e a necessidade de se atingir resultados que sejam benéficos a todas as partes envolvidas no uso da coisa pública. Marques e Santos (2010) destacam que a

eficiência procura maximizar o uso dos recursos, procura controlar os “meios” e não os fins das atividades das instituições. No entendimento de Ribeiro (2000), a eficiência é diretamente a relação entre o que é gerado por uma atividade e os custos dos insumos utilizados nessa atividade, gerando perdas ou ganhos de acordo com os fins obtidos.

A eficácia diz respeito à relação entre os recursos e os fins atingidos com determinada política. Nesse sentido, a eficácia leva em consideração a máxima pretendida pelos governos de se fazer mais com pouco, ou seja, conseguir um maior resultado com recursos cada vez menores, o que acaba por se tornar uma justificativa para muitas ações políticas. Para Marques e Santos (2010, p. 5):

A eficácia é uma medida normativa do alcance dos resultados, de seu sucesso, enquanto a eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo. É uma relação entre custos e benefícios. A eficácia, por outro lado, preocupa-se com o resultado, em fazer a “coisa certa” e não a “coisa da forma certa”

Ribeiro (2000) considera que a eficácia é o grau de alcance das metas em um determinado período de tempo, não importando os custos do processo de realização dessas metas.

Já a efetividade busca mensurar se a política pública foi capaz de promover mudanças concretas em dada sociedade, o que caracteriza o sucesso ou o fracasso na obtenção de determinados objetivos sociais e econômicos, denotando a forma como estão sendo utilizados os recursos escassos. Ribeiro (2000) considera a efetividade como a relação entre os resultados e os objetivos. Nesse sentido, Marques e Santos (2010, p. 5) destacam:

Modernamente a sociedade científica passa-se a incorporar um terceiro conceito, mais complexo que eficiência e eficácia. Trata-se da efetividade, que é especialmente válida para a administração pública. A efetividade, na área pública, afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício ao público-alvo. Ela é mais abrangente que a eficácia, na medida em que essa indica se o objetivo foi atingido, enquanto a efetividade mostra se aquele objetivo trouxe melhorias para a população visada.

A configurar-se como um modo de medir qualitativamente os efeitos de determinada política, os autores Marques e Santos (2010, p. 5) vão além quando fazem a relação entre esses três conceitos:

Seja qual for a orientação político-ideológica do Estado hoje (2010), a gestão pública precisa mudar e deixar de ser apenas eficiente. A busca da eficácia e efetividade é uma necessidade em todos os níveis de gestão do Estado. Não basta mostrar o percentual de gasto do orçamento direcionado, por exemplo, para saúde. É necessário que se analise o resultado final da utilização deste recurso. Quando se faz isto, está se buscando a eficácia. Paralelamente, a efetividade trabalha com a acessibilidade e o impacto das políticas relacionadas com o conjunto de fatores

determinantes da dimensão “pobreza”. A efetividade, desta forma, está relacionada ao acesso à educação, à qualificação, ao trabalho, à saúde, à renda, à segurança alimentar.

O que só vem a confirmar o papel de extrema relevância do Estado na promoção do desenvolvimento e a necessidade de se pensar nos conceitos e se trabalhar ações que realmente proporcionem mudanças sociais. Ainda no sentido de análise dos conceitos, Marinho e Façanha (2001, p. 12) destacam:

No uso corrente, a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia, por sua vez, remete a condições controladas e a resultados desejados de experimentos.

O entendimento e a conjunção dos três conceitos em mudanças sociais de fato é um desafio que extrapola a produção do conhecimento.

2.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO

No aspecto das definições das políticas públicas, as medidas que definem uma abrangência maior no âmbito da educação são mais que emergenciais, principalmente porque as sociedades se transformam incessantemente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil (BRASIL, 1996) prioriza a responsabilidade dos estados e municípios em regime de colaboração. Essa Lei reitera ainda a assistência do Estado Federal na competência da educação, embora exista no país certa disparidade, em termos de regionalização, apontando para políticas públicas que não respeitam as características e singularidades de cada região – como cultura, relações econômicas e sociais.

Toda esta diversidade, conflitualidade e complexidade que envolve os aspectos ambientais, socioculturais e produtivos da Amazônia. Eles constituem o material por excelência que referenciam os processos de formulação e implantação de políticas e práticas educacionais e curriculares para a região¹⁰. Para Souza (2006, p. 178), “A Amazônia, com suas características particulares, é um grande desafio para a humanidade”.

Pensar em tais características é condição necessária quando se assume a intencionalidade de teorizar e de propor a elaboração de políticas, práticas educacionais e curriculares do lugar dos grupos e populações da Amazônia. De acordo com a constituição e a

¹⁰ A educação que se quer é a que proporcione o aumento de consciência, de participação, de cidadania, ao mesmo tempo em que melhore a vida das pessoas de um ponto de vista econômico, gerando emprego e renda.

legislação vigente no país, há de se valorizar e afirmar suas identidades culturais (BRASIL, 1996; 1998, não paginado). Todas essas características são aplicáveis à região do Oiapoque e à fronteira com a Guiana Francesa, pois estão inseridas nesse contexto e exigem políticas diferenciadas que respeitem sua individualidade e aproveitem as oportunidades geradas que acontecem somente neste local.

As experiências e as políticas educacionais a serem formuladas precisam ser sinalizadas a partir da necessidade de que o currículo seja definido num processo de construção coletiva. Nesse processo há de se ter como referência a valorização das experiências, saberes, valores e especificidades territoriais, produtivas, ambientais e socioculturais diferentes. Isso caracteriza as populações que nasceram ou migraram para Amazônia na busca de uma oportunidade melhor de vida.

Precisamente, “A educação pode contribuir de maneira significativa para consolidar tais rumos inovadores de desenvolvimento social da região [...]”, conforme o entendimento de Souza (2006, p. 178). Em Oiapoque essa é uma realidade vivenciada todos os dias. Isso por tratar-se de área de migrações em busca de condições de vida melhores e do ‘dinheiro farto’.

2.2.1 Breve histórico do processo de formação da nova LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996, não paginado) – tem por finalidade estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional – tem-se conforme Brasil (1996, não paginado), que “[...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]”. Entretanto, a questão é saber sobre a aplicação desse princípio em toda a sua complexidade e em todo o território nacional.

Desta maneira, o desenvolvimento econômico se configura como o elo entre a qualificação e os casos de sucesso de uma sociedade. Assim sendo, a qualidade social e a necessidade de se

[...] pensar as políticas e a gestão da educação no Brasil, sobretudo a partir da defesa de um padrão de qualidade socialmente referenciada, nos insere no desafio de pensar a lógica centralizada e autoritária que tem permeado as políticas educacionais para todos os níveis de ensino, particularmente para a educação básica (DOURADO, 2001, p. 938).

A LDB de 1996 possui, em seu corpo de normas, um mecanismo importante de desenvolvimento socioeconômico, que é a garantia de atendimento prioritário às classes mais carentes.

Na referida Lei, encontram-se princípios básicos, como: a garantia de verbas às escolas da esfera pública municipal, estadual e federal e a gratuidade, como pode ser observado no trecho extraído de (BRASIL, 1996, não paginado):

[...] incisos: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

Se tais mecanismos não encontrarem eco entre o que está disposto na lei e os resultados efetivos, o que finda é um conjunto de leis bem elaboradas, mas com consecução baixa de resultados práticos e mais profundos. Na prática, o que se tem verificado, tanto em âmbito nacional quanto regional, é isso. Realidade que poderá ser alterada somente com esforços e ações conjuntas entre o Estado e a sociedade civil organizada.

Além disto, a LDB prioriza a gestão democrática da Educação,¹¹ valorização dos profissionais do ensino (BRASIL, 1996), por meio da garantia de um piso salarial profissional e ensino público de qualidade aos alunos; isso com o objetivo da promoção do desenvolvimento econômico. Entidades sociais como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) tiveram participações importantes no processo de construção da LDB vigente; por sua vez, elas passaram a fazer parte do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública na LDB e do Fórum Nacional via Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Desta maneira, estabeleceu-se um debate amplo entre partes distintas¹² e outro atrelado à orientação da política educacional governamental e assumido pelo professor homenageado: Darcy Ribeiro. Ainda, por meio de constantes pressões, lideradas pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, obtém-se uma importante conquista. Em 1993, ocorre a aprovação na Câmara dos Deputados de um projeto da LDB, que caracteriza a síntese de propostas diferenciadas.

No entanto, ao chegar ao Senado, o projeto entra em um cenário de disputa entre mais dois projetos distintos: o primeiro encabeçado por Cid Sabóia, expressando as propostas do

¹¹ A ter-se em vista a participação por meio de um debate amplo dos setores os mais diversos da sociedade.

¹² Câmara Federal, governo, partidos políticos, associações educacionais, educadores etc.

Fórum; e o chamado projeto Darcy Ribeiro, que é o segundo e foi articulado com a base governista do Senado e da Câmara dos Deputados.

Quando o então candidato à presidência, Fernando Henrique Cardoso assumiu de fato a presidência da república, a matéria sobre a reformulação da LDB passou a ser apreciada. Do Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ), o senador elaborador do projeto Darcy Ribeiro foi nomeado relator na Comissão de Constituição e Justiça. Por meio de manobras regimentais, esse projeto que levava o seu nome substituiu o originário da Câmara dos Deputados, e o espaço de atuação do Fórum limita-se à apresentação de emendas ao texto em discussão no Senado Federal.

No dia 20 de dezembro de 1996, a LDB vigente foi sancionada pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Ela é também conhecida como a Lei 9.394/96 e como a 'lei Darcy Ribeiro'. Porém, com críticas no que diz respeito ao processo de formação e constituição da lei nova, muitos autores a definem como antidemocrática.

2.2.2 Análise acerca da nova LDB sob a perspectiva da formação dos profissionais da educação

Destaca-se como ponto importante da lei, sobretudo relacionado com a promoção do desenvolvimento econômico, que a educação profissional (BRASIL, 1996) integrada às modalidades diferentes de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. No entendimento de Carvalho (2005), é de importância maior a elaboração de políticas públicas de formação que proporcionem qualificação profissional aos docentes da rede educacional. Do nível inicial de graduação à educação continuada, como pós-graduação etc., tais políticas públicas podem ser traduzidas sob a modalidade de planos de cargos e salários e condições de trabalho¹³.

A formação de qualidade dos profissionais da educação é fator principal no atendimento às demandas por objetivos dos diversos níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase de desenvolvimento do educando. Desse modo, criar condições e meios para se atingir os objetivos da educação básica¹⁴ é algo pensado pelos profissionais da educação, bem como das políticas públicas. Para isso, exigem-se incentivos. A formação com tal finalidade terá por embasamento, conforme a LDB, a junção entre a teoria e a prática, até

¹³ O que é, segundo o mesmo Carvalho, condição necessária para alavancar o nível de qualidade do ensino público destinado à população de jovens e crianças. Ainda, é interessante notar que diversas ações deverão ser tomadas em conjunto para melhorar a qualidade do ensino público.

¹⁴ Neste trabalho, entende-se a educação básica como o pilar da vida do profissional.

mesmo, mediante capacitação em serviço e a aplicação da formação e experiências anteriores, obtidas em instituição de ensino ou por meio de outras atividades.

A relação entre teoria e prática muitas vezes apresenta um fosso enorme, em que a transposição só ocorrerá com esforço enorme. Principalmente, se as condições objetivas e materiais que dão sustentáculo ao desempenho dos docentes em busca da qualidade educacional,¹⁵ tão essencial e almejada, não forem atendidas. Nesses termos, as condições estruturais têm papel de destaque nos casos de sucesso escolar, influenciando de modo acentuado o desempenho de professores e alunos.

A lei estabelece ainda que a formação de docentes para atuação na educação básica só será feita mediante a realização de curso de nível superior ou treinamento no serviço. Ela comporta ainda outras instituições de ensino superior, tais como faculdades integradas, faculdades isoladas e centros universitários. Somente a partir da conclusão do curso em uma dessas instituições é que será autorizado ao docente ministrar aulas. Mas como bem lembra L. Simonian,¹⁶ nesses últimos anos o que se vê é uma formação precária e aquém das necessidades para um ensino e aprendizagem de qualidade. Aliás, essa é uma realidade bem presente em Oiapoque.

Do ponto de vista da inovação de uma ferramenta educacional, esse dispositivo é considerado um marco em políticas da educação; e isso tendo em vista que essa é a primeira vez que a legislação brasileira contempla tal dispositivo. Entretanto, é necessário se avaliar a qualidade desses profissionais, pois muitas vezes e principalmente em localidades mais afastadas, os cursos oferecidos apresentam deficiências enormes que irão impactar de modo extremamente negativo no dia-a-dia escolar.

2.2.3 A democracia e a LDB

Do ponto de vista da democracia política, os princípios e os valores que têm como função a manutenção e a proteção do desenvolvimento social no Brasil estão expressos com a devida clareza com o que se objetiva. A democracia tem como uma de suas funções principais a observância das liberdades individuais e a constituição do aparelhamento melhor dos processos de participação na consecução de resultados sociais de qualidade. De acordo com

¹⁵ A qualificação técnica é condição necessária para um bom andamento das práticas educacionais, mas as condições materiais e estruturais devem ser asseguradas para se atingir a qualidade educacional em todos os sentidos.

¹⁶ Conforme comunicação pessoal em sessão de orientação realizada em 2011.

Nascimento (2001, p. 104), ela “[...] significa não apenas a expressão da vontade da maioria, mas o respeito aos direitos fundamentais da minoria”.

Especificamente, na área da educação, a Constituição vigente estabeleceu um dos princípios importantes: o da “[...] gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988). Por sua vez, a Lei 9.394/96 prescreve, como parte do processo de reforma do Estado, a gestão democrática nas escolas (BRASIL, 1996I), a participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica da escola (BRASIL, 1996) e da comunidade escolar e local em conselhos escolares (BRASIL, 1996). A expectativa nessa direção é a de uma conquista continuada de autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares.

Ainda no que diz respeito a essa lei federal, pode-se observar que, em decorrência do direcionamento político ocorrido no Brasil, o processo democrático está vinculado intimamente aos interesses de pequena parcela da sociedade. Logo, esse progresso está determinado a atender e fazer com que parte significativa da sociedade não faça juízo de valor dessa suposta democracia. Assim, desenvolvimento é um processo complexo que concerne aos aspectos econômicos, sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade.

Este exige crescimento econômico e social com o qual ele não se confunde e que supõe uma transformação profunda das estruturas econômicas e sociais. Lima (2006, p. 44) define que

[...] a política educacional deverá se pautar nos princípios da inclusão social e construção da cidadania, tendo como eixo: a democracia do acesso e a permanência com sucesso; a gestão democrática do sistema estadual e municipal de educação; a valorização profissional dos educadores; e a qualidade social da educação.

A educação, como ponto de exigência de uma democracia, está moldada a superar o processo de exclusão social.

A saber, o processo de democratização na escola envolve aspectos diversos, principalmente na construção de um clima adequado de socialização que se dá entre os atores sociais envolvidos. Nesse sentido, Rocha e Perosa (2008, p. 445) ressaltam que:

Convém, ainda, lembrar que a utilização de espaços e equipamentos da escola pela comunidade e pelas famílias dos alunos [...] estratégia fundamental para a construção de um clima positivo de relações entre estas diferentes instâncias de socialização não pode ser colocada em funcionamento por um mero decreto de gestores. Especialmente quando se trata de trazer para perto uma população com histórica relação de distanciamento e estranhamento do universo escolar [...].

Isso demonstra a necessidade de se pensar uma educação com práticas democráticas bem mais profundas, que realmente estimulem a participação e que sejam utilizadas como instrumentos de transformação. Participar é necessário ao processo de desenvolvimento econômico.

Precisamente, como apontado por Riscal (2006), uma democracia entendida simplesmente como modernização, acesso à tecnologia da informação e gestão de recursos materiais satisfaz somente aos interesses de um Estado preocupado com a eficiência administrativa. Isso porque historicamente a educação se transformou em ferramenta de dominação e manutenção de valores e interesses do processo de desenvolvimento que, predominantemente, envolve exclusão de muitíssimos cidadãos¹⁷. Apesar disso, a pensar-se no futuro, a expectativa é a de que se possa construir a democracia em seu sentido pleno.

Ao tratar-se de cidadania, a educação é um indicador importante. Tal questão aponta para os níveis de escolaridade de uma dada população. Nesse sentido, a cidadania é vista como resultante da participação social em busca de resultados socioeconômicos melhores. No entanto, se o capital cultural dessa sociedade é baixo, o que se tem são expectativas intelectuais que dificilmente se concretizarão.

2.2.4 Políticas públicas no setor da educação

Segundo Redin e Zitkoski (2007), a política pública caracteriza-se pela intervenção do poder público no sentido do ordenamento de opções prioritárias entre necessidades e interesses dos diferentes segmentos que compõem a sociedade. Para esses autores, as políticas públicas podem ainda referir-se a ações e omissões que demonstrem uma modalidade determinada de intervenção do estado em relação a uma questão de interesse da sociedade civil¹⁸. Por sua vez, a ter-se em vista o constante embate que se estabelece na arena política, é importante destacar que grupos e alguns cidadãos têm peso maior no momento das definições de prioridade e formação da agenda política, o que configura a necessidade de participação social maior nas tomadas de decisão¹⁹.

De acordo com os pressupostos da LDB nova, a educação é um direito fundamental e precisa ser provida por políticas de qualidade, que visem à inserção social e diminuam as desigualdades. Consequentemente, tais políticas precisam promover o desenvolvimento

¹⁷ A educação deve ser inclusiva: todos devem ter acesso à educação de qualidade, mesmo que ao longo das trajetórias individuais as escolhas sejam outras. Nesse sentido, quer-se contribuir com a produção de conhecimento acerca da utilização dos recursos de forma racional, mas aliada à qualidade social.

¹⁸ Nesse sentido, tem-se um dilema: como conciliar esses interesses com práticas equitativas, mesmo sabendo que os recursos econômicos são escassos?

¹⁹ Na chamada Arena Política.

econômico sustentado como um todo, uma vez que “[...] deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996, não paginado.). Ainda, ela precisa ser desenvolvida com padrões de excelência. Nesse contexto, as políticas públicas têm que ser coerentes e assertivas, do ponto de vista da aplicabilidade prática.

Desta maneira, terá a função de promover à maioria da população os direitos fundamentais exigidos em lei. De acordo com a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL, UNESCO, 1995, apud CAPANEMA, 2004, p. 41):

[...] só a educação pode dar conta desta assimetria no desenvolvimento social e econômico das sociedades, realizando a compatibilização entre crescimento econômico e justiça social, capacitando a população e incorporando a ela o progresso científico-tecnológico, de modo a alcançar progressivamente a equidade social, conforme proposta pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) para a América Latina.

As políticas públicas têm que primar pela reorganização da sociedade, fundamentando-a em uma justa distribuição dos bens materiais e culturais, de modo a construir a cidadania de modo pleno.

Na busca deste objetivo, tais políticas terão de minimizar as desvantagens, principalmente as relacionadas ao difícil acesso do trabalhador à tecnologia avançada e aos padrões culturais da sociedade do conhecimento. O nível baixo de educação de parte grande da sociedade impossibilita a assimilação dos códigos culturais modernos; já que, como destaca Costa (2009) em sua pesquisa, as políticas implantadas pelo Estado encontram-se aquém dos anseios das camadas mais pobres da sociedade, isso tanto no meio urbano quanto no meio rural. A carência material e pedagógica da educação básica brasileira reproduz os altos índices de evasão escolar²⁰ e repetência, conforme afirma Lima (2006), problemas que refletem e impactam de modo muito negativo na reprodução social.

No processo de democratização do Brasil, as políticas públicas passaram por bastantes mudanças. A descentralização e a participação da sociedade aparecem como características novas na formulação e na execução de políticas numa perspectiva universalista de direitos sociais. No final da década passada, é de se destacar a crise fiscal estabelecida no país, além da escassez de recursos aliada à fase de democratização, o que favoreceu a introdução de uma característica nova: a efetividade da ação estatal centrada na eficácia dos resultados.

A alternativa foi reduzir o tamanho do Estado, desregulamentar a economia e garantir a abertura do mercado. Observa-se que as concepções neoliberais tomaram parte na área

²⁰ Em muitos casos, isso ocorre por conta da necessidade de ajudar na complementação da renda familiar.

social e, conseqüentemente, nas políticas públicas brasileiras. A perspectiva focalista passa a substituir a universalista, na medida em que concentra a ação estatal em serviços essenciais e não ofertados pelo mercado, e em segmentos mais vulneráveis e expostos à pobreza extrema. “Na década de [19]90, vivenciamos a educação sendo consumida enquanto um serviço, subordinado às leis do mercado, ditadas pelos organismos financeiros internacionais [...]” (LIMA, 2006, p. 37). Atualmente, essa concepção parece não arrefecer.

Concomitantemente, aparece a privatização como meio de transferir os serviços públicos para a iniciativa privada, visando justificar a crise do Estado por sua ineficiência e esgotamento. Na concepção de que “O neoliberalismo tem no mercado a estratégia mais eficiente na alocação de recursos” (LIMA, 2006, p. 32) ou como nas palavras de Santos (2006, p. 105) “O particular aparece no senso comum como o mais organizado, o de melhor qualidade [...]”. Embora as propostas neoliberais se opusessem à democratização vivida e iniciada na década 1980, entende-se que as alterações na economia capitalista mundial impuseram um Brasil inserido no cenário internacional. Por sua vez, isso exigiu desafios novos por parte do governo e da sociedade civil.

Embora a sociedade brasileira seja politicamente democrática, os seres humanos são desiguais socialmente. De fato, “A imensa maioria das crianças brasileiras está matriculada no setor público, que recebe 82% da população em idade escolar, enquanto apenas 17,4% frequentam o ensino fundamental privado” (ROCHA; PEROSA, 2008, p. 429). Como declarou Santos (2006), cabe à sociedade pressionar no coletivo para se encontrar um caminho melhor.

O fim das políticas sociais só será viável por meio de um movimento global e também local. Tal movimento há de ser solidário a ponto de querer políticas sociais, educacionais de melhor qualidade e, acima de tudo, deve priorizar a socialização da política, tornando-a participativa, para que o Brasil e o mundo não precisem mais de políticas sociais. Assim, entende-se que o papel do educador torna-se fundamental nessa luta.

O trabalho docente comprometido com uma sociedade mais justa não se justifica apenas na formação de técnicos com habilidades técnicas. O mesmo é importante na formação “[...] do ser humano de modo mais global, em sua dimensão ética, afetiva, espiritual, técnica, cognitiva, política [...] que favoreça a inclusão de todos na dinâmica da vida social, como construtores da sociedade²¹ [...]” (LIMA, 2006, p. 45). O compromisso também está em atuar

²¹ Com liberdade de escolha e consciência das escolhas.

como profissional reflexivo na escola profissionalizante, buscando desenvolver outras habilidades em paralelo com as técnicas.

Dentre estas, tem-se as habilidades científicas. Além dos conteúdos produzidos, essas precisam incentivar a pesquisa e as políticas, entrosando o aluno com o grupo, consigo próprio, com o trabalho e com os estágios que executa, propondo competência quanto à análise e à crítica em múltiplas situações cotidianas. A relação entre globalização e educação procura demonstrar que aquela é um conjunto de dispositivos político-econômicos, para a organização da economia global, conduzidos pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores.

A adesão aos princípios capitalistas é veiculada por meio da pressão econômica, da percepção e do interesse nacionais próprios de cada país. Desse modo, sua abordagem diferencia-se de outras tantas que tratam essa relação como um reflexo da cultura ocidental. Nesse caso, baseia-se cognitivamente em torno de um conjunto particular de valores que penetram em todas as regiões da vida moderna.

2.2.5 Processo de descentralização/municipalização

De acordo com Hamze (2009), a Constituição de 1988 introduziu os princípios da descentralização e municipalização na gestão e implantação das políticas públicas sociais. A Constituição vigente reconheceu o município como instância administrativa. No campo da educação, com a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) possibilitou-se a organização de seus sistemas de ensino em colaboração com a União, os estados e o distrito federal. Ainda conforme essa lei, os municípios têm de manter cooperação técnica e financeira com a União e com os estados, por meio dos programas de educação infantil e de ensino fundamental.

Por meio dessa colaboração e de sua secretaria administrativa especializada, o município pode administrar seu sistema de ensino, definindo normas e metodologias pedagógicas que se adaptem melhor às suas peculiaridades. As articulações entre as esferas existem, e as leis seguidas pelo município são estaduais e federais. Na esfera municipal, as leis se articulam entre os sistemas de ensino, o que nem sempre é visto como uma vantagem por seus integrantes.

Rodríguez (2004) considera que, desde meados dos anos de 1980, o Estado Nacional vem implantando medidas destinadas ao aprofundamento da descentralização. Isso como modalidade de transferência de responsabilidades da gestão e execução dos serviços concernentes à educação, bem como pela diminuição dos custos e eficiência administrativa

maior. A proposta é que isso se dê via transferência da esfera da União para os municípios e estados da federação.

Trata-se de um processo que teve suas bases aprofundadas, principalmente, no período de gestão governamental presidido pelo governo FHC, seguindo diretrizes e especificações destinadas especialmente ao atendimento de demandas do setor produtivo e que seguiu as mesmas diretrizes no cenário do governo Lula. Ainda é cedo para se generalizar tal tendência ao governo da presidenta Dilma.

Por conseguinte e de acordo com as políticas de descentralização, leva-se em consideração conceitos há muito trabalhados – especificamente desde a década de 1950, com a implantação da teoria do Capital Humano – tais como: equidade, eficiência, qualidade, conciliação, recursos humanos etc. De modo geral, a responsabilidade executiva dos projetos de porte grande e programas nacionais de educação ficou sob a responsabilidade do governo federal. Dentre as medidas iniciais que intensificaram a transferência de responsabilidade aos estados e municípios, destaca-se a distribuição dos livros de texto e da merenda escolar.

Em 1993, as políticas públicas intensificaram recursos a municípios e escolas para que realizassem seu próprio processo de aquisição da merenda escolar, fortalecendo a autonomia financeira e a autonomia pedagógica com o intuito de otimizar os recursos. Porém, como ressaltam Simonian e Freitas (2010, p. 5), “[...] os fóruns municipais e os tribunais estão superlotados de processos instaurados contra o desvio de recursos e de corrupção generalizada envolvendo o processo de aquisição e distribuição da merenda, dentre muitos outros”. Outra questão é que:

Na medida em que o Estado concede autonomia às escolas (transferindo não apenas recursos, mas também funções e atribuições e não garante recursos financeiros suficientes para que as unidades de ensino realizem os serviços de educação) estas são obrigadas a resolverem, por si mesma seus problemas de falta de recurso, como em certas medida vem sendo feito há muito tempo (SANTOS, 2006, p. 89-90).

O que ao invés de promover autonomia pode influenciar em práticas negativas diversas, e até mesmo antiéticas na obtenção e captação de recursos.

O modo como vem sendo conduzido o processo de descentralização, por si só, já é bastante questionável. Para Lima (apud SANTOS, 2006, p. 97), em um processo profundo de “desresponsabilização” do Estado, o Ministério da Educação (MEC), por meio de seus documentos, propõe de modo impositivo e exacerbado a participação dos pais nos serviços de

manutenção da escola. Ainda segundo, Lima (apud SANTOS, 2006, p. 97), há uma “[...] substituição da prestação estatal dos serviços pelo serviço voluntário”²².

Teve papel importante no processo de descentralização de responsabilidade a LDB 5.692/71 (BRASIL, 1971). Essa lei concentrava a oferta de ensino rural nos municípios e proporcionava forte predomínio de municipalização das matrículas. Outro aspecto importante é que a transferência de competências não garantia uma fonte de recursos estável destinada às políticas de educação, que eram repassadas por meio de convênios. De certo modo, isso dificultou o processo, uma vez que os municípios não podiam contar com apoio técnico do governo federal para a municipalização. Somente com a Constituição de 1988 é que fontes estáveis de recursos foram garantidas.

No entanto, neste período, o que se tinha era simplesmente uma concentração das matrículas nas esferas municipais e estaduais, não se tinha claramente a atribuição de cada uma das esferas. Somente na década de 1990, leis que definiam as competências de cada esfera foram aprovadas. De acordo com essas leis, os municípios têm que atuar na educação infantil e na educação básica, os estados têm que atuar na educação básica e no ensino médio, podendo ainda atuar em outros níveis. À União, cabe atuar de modo redistributivo e suplementar aos estados e municípios.

2.2.6 A regulação das políticas públicas

Tem-se o processo de regulação de políticas públicas como fundamental do ponto de vista do atendimento às demandas sociais. Precisamente, tais demandas relacionam-se às realidades locais, sobretudo, o mercado de trabalho e a geração de renda. Assim como, em geral, a regulação da economia é vista como necessária às relações de mercado, a regulação social, por meio de políticas públicas educacionais pode ser entendida como aspectos relacionados à proteção dos interesses públicos. Se relegados, esses podem pôr em risco a coesão social.

Mas, a realidade do sistema educacional brasileiro que se tem observado, principalmente a partir da década de 1990, é a seguinte: o Estado brasileiro tem buscado retirar, por meio de medidas políticas e administrativas diversas, seu papel de executor e de gestor principal dos serviços concernentes às políticas públicas, transferindo tais

²² O voluntariado não pode ser impositivo.

responsabilidades à sociedade. Isso aliado à incompetência na gestão municipal dos recursos piora ainda mais o cenário educacional local.

Esta tendência é, de certa maneira, um tanto perigosa, uma vez que os sistemas escolares são importantes ao extremo na regulação da sociedade. Por sua vez, as escolas são instituições que atuam como formadoras de força de trabalho e disciplinadores da população, papel ainda mais aprofundado no que se refere à população mais carente de recursos. E, de acordo com Oliveira (2006, p. 122),

No debate da qualidade (social) da educação o desafio continua sendo o de encontrar outras formas de estruturar politicamente o conhecimento escolar, resgatando o sentido da formação geral, revisitando a racionalidade baseada na chamada cultura historicamente acumulada, sem renunciar a ela, mas admitindo que as políticas educacionais elaboradas para a escola (e não com a escola) por si só, não respondem às novas exigências sociais

Logo, o que se almeja é que políticas públicas sejam implantadas em uma sociedade, que a transformem para um modo qualitativo, mas tal modo refere-se a uma qualidade social e não simplesmente à dos meios de produção.

Portanto e ao que parece, quanto menor é o nível de regulação dos sistemas educacionais, igualmente menor é o acesso das populações mais pobres à educação de qualidade. Consequentemente, o nível de produtividade e a consciência crítica dos ditos trabalhadores serão também menores. Nesse sentido e extrapolando ao nível de importância da escola, ela não se limita unicamente à qualificação para o trabalho, mas se estende à formação de cidadãos conscientes de dada realidade e de seu papel nessa realidade.

Porém, há ainda de se observar a divisão do trabalho com a complexidade trazida à sociedade pelo crescimento dos setores informais. Busca-se assim criar modos de frear esse crescimento ou pelo menos retardá-lo. Afinal, de acordo com Oliveira (2006, p. 129), “Na realidade escolar [...] localizam-se problemas, tensões, conflitos, mas também convicções, alternativas e esperanças”.

Precisamente, de uma população de 20.962 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para Oiapoque em 2010, somente 889 (4,24%) encontram-se no mercado formal de trabalho. Isso mesmo levando-se em consideração que em torno de 60% vive no centro urbano (BRASIL, 2003). Tal quadro mostra uma realidade de disparidades, que pode ser entendida tanto como um problema, quanto como uma possibilidade e oportunidade de mudança.

Quando há o envolvimento da realidade na qual os projetos de desenvolvimento estão inseridos, percebe-se o grau de complexidade alcançado por tais questões. Bursztyn (2001)

entende que à medida que as sociedades vão se tornando mais complexas, surge uma necessidade maior de regulação estatal, bem como de contratar com os demais atores sociais. Esses desempenham, por diversas vezes, papéis diametralmente opostos, mas que no campo das soluções, buscam meios de diálogo.

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em economias desenvolvidas, melhorias dos mecanismos institucionais e estruturas produtivas são verificadas. O processo de desenvolvimento se caracteriza, segundo Souza (1999), por uma transformação importante de economias ditas arcaicas para as modernas. Dentre outros benefícios, essas desenvolvem capacidade ampla de utilização dos recursos naturais, sociais e econômicos.

Desta maneira, economias desenvolvidas são aquelas que apresentam crescimento continuado. E, normalmente, em ritmo maior em relação ao crescimento demográfico. O desenvolvimento econômico é um fenômeno a prazo longo, caracterizado ainda pelo fortalecimento da economia nacional, ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade²³.

Estas são mudanças importantes que fazem parte da caracterização do desenvolvimento econômico. Dentre elas, tem-se o aumento da atividade industrial em relação à atividade agrícola, a migração da mão-de-obra do campo para as cidades por conta da oferta de empregos industriais, a diminuição das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários; também, como uma dependência menor de empréstimos externos.

Como posto por Sandroni (2003), a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu indicadores para a classificação dos países. Eles são: grau de instrução, de alfabetização, potencial científico e tecnológico, expectativa de vida, índice de mortalidade infantil, nível de industrialização, grau de dependência econômica externa e condição sanitária. Em estudo recente e no que diz respeito à qualidade de educação, revelou-se que o Brasil se encontra na posição mais recuada entre os países emergentes.

Precisamente, em Salomão (2006, p. 12), lê-se que o Banco Mundial entende que a situação educacional brasileira “[...] aniquila as chances de crescimento e a competitividade do país na nova economia do conhecimento”. Por certo, essa é uma conclusão preocupante para qualquer Estado e/ou sociedade, Em especial os que se reconhecem e são percebidos como em processo de desenvolvimento.

No entendimento de Nascimento (2001, p.107-108), “Desenvolvimento significa, necessariamente, mudanças de padrão: de produção, de consumo, de cultura, de valores [...]; também de instrumentos cada vez mais hábeis para permitir ao cidadão compreender e

²³ Isto está associado ao grau tecnológico disponível e especialização do trabalhador.

enfrentar essas mudanças, direcionando-as no sentido que mais desejar”. Isso remete à ideia de autonomia e liberdade. Aliás, Pereira (2006) partilha da ideia de que desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico característico de Estados Nações, determinado pela taxa de produtividade que ele também denomina de renda por habitante.

Este processo, segundo o mesmo autor, é seguido por um sistemático processo de acumulação de capital em relação ao produto nacional e de maior agregação de progresso técnico ao processo produtivo, para o qual as taxas de desenvolvimento serão determinadas pela capacidade dos Estados Nação na utilização do mercado. Pereira (2006) considera, ainda, essencial, na promoção do desenvolvimento econômico, a adoção de uma estratégia nacional, pois segundo ele, quando economias estão em pleno processo de crescimento, significa que há uma estratégia de desenvolvimento operando.

Ainda, quando reporta ao Estado, Pereira (2000) destaca novamente a importância de um Estado atuante. Isso do ponto de vista da capacidade efetiva de fazer valer a lei, assegurando perspectivas democráticas de controle social aos serviços públicos. No que diz respeito a isso, para que a estratégia seja eficaz quanto à consecução dos objetivos propostos, é necessário que haja um determinado grau de qualidade das instituições formais²⁴ e informais²⁵ nas sociedades nacionais.

Sobre tais pressupostos, Pereira (2006, p. 1) considera essencial a ação do Estado na construção do desenvolvimento, sob a égide do que chama de “[...] principal instituição normativa de uma sociedade moderna [...]” e de caráter organizacional. Esse é um fator primordial à construção do desenvolvimento, tendo em vista a elaboração de políticas públicas necessárias ao processo. No entanto, o que se viu principalmente desde os anos de 1980 e seu aprofundamento na década de 1990 é uma constante desresponsabilização do Estado no processo de intervenção na economia.

Neste sentido, Biasoto Júnior (apud MONTEIRO NETO, 2006) argumenta que o processo de desmontagem da capacidade do Estado de intervenção na economia ocorre em fases. A primeira, na década de 1980, via negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no sentido de se negociar a dívida externa. A segunda, na década de 1990, com as privatizações²⁶. Segundo Monteiro Neto (2006), tal dívida minou a capacidade do Estado de conduzir com eficácia o crescimento econômico. Os embates são inevitáveis entre as esferas de poder envolvidas.

²⁴ Legislação e políticas.

²⁵ Práticas sociais, costumes e tradição.

²⁶ Neste processo, ocorre a transferência do setor produtivo, antes de domínio estatal, para o setor privado.

Em análise importante acerca da postura dos países ricos em relação ao conhecimento intelectual, Pereira (2000) considera que, atualmente, há uma proteção grande da propriedade intelectual, bens e serviços. Essas propriedades são os que exigem o trabalho de pessoal com nível educacional elevado ou, mais precisamente, de conhecimento técnico, administrativo e comunicativo, ou seja, trabalho especializado, que segundo ele, envolve maior valor agregado per capita. Nesse sentido, o autor refere o conhecimento intelectual como fator estratégico ao desenvolvimento econômico continuado.

A análise da postura dos países ricos em relação ao conhecimento intelectual demonstra um direcionamento à proteção grande de bens e serviços, mas, sobretudo, de sua propriedade intelectual. Pereira (2000) considera que trabalho especializado,²⁷ por necessitar de níveis elevados de escolaridade, envolve maior valor agregado per capita e destaca o conhecimento intelectual como um fator estratégico ao desenvolvimento econômico continuado. Além disso, nos termos de Nascimento (2001, p. 108), a “[...] educação como dever ético é evidente em si. Sem ela, não há vida política, não há o espaço da igualdade, nem o da gestão dos bens comuns”.

É de ressaltar-se que o desenvolvimento sem melhoria das condições de vida da população não pode ser mais considerado como desenvolvimento pleno. e que, somente pautar desenvolvimento em pontos como produção e efetividade empresarial nunca é a melhor saída, uma vez que foca somente na perspectiva do crescimento econômico. Há que se considerar a responsabilidade, a justiça e a equidade com as diversas populações. Como destaca Nascimento (2005, p. 58), no caso específico do estado do Amapá:

A busca pelo desenvolvimento econômico sem a consideração da dimensão ecológica e social resultou na instalação de dois grandes empreendimentos: o projeto Jari, para exploração de recursos minerais, produção agropecuária e silvicultura [...]. O outro tipo de desenvolvimento foi a exploração do manganês na Serra do Navio, fins dos anos de 1940 [...]. Ambos não conseguiram contribuir para o desenvolvimento do estado e a melhoria na qualidade de vida da população [...].

Isso demonstra que a preocupação com o desenvolvimento há de tomar uma direção mais abrangente que considere várias dimensões, não só a econômica, mas a social e a ambiental.

O debate que se estabelece na concepção de desenvolvimento economicossocial diz respeito a uma participação maior do Estado, levando-se em consideração a participação social na obtenção de resultados sociais, em uma parceria ampla entre poder público e sociedade civil. A respeito, Santos (2006, p. 108) destaca que:

²⁷ Conhecimento técnico, administrativo e comunicativo.

O Estado precisa estabelecer políticas públicas educacionais antecipatórias e coordenadas em cumprimento a sua obrigação, de forma global e não focalizada, episódicas e eventualmente, a partir de demandas que vão sendo disseminadas na mídia ou pressionadas pelos movimentos sociais.

Isso remete à consideração e à necessidade de um modelo de desenvolvimento pautado nas pessoas e no atendimento das suas necessidades.

Como bem destacado quanto ao desenvolvimento desigual de uma região de fronteira, e dos desníveis entre o social e o econômico, Martins (2009, p. 80) pondera:

As forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades, e não uniformidades da mesma realidade econômica e social.

No entanto, para que tal desnível no desenvolvimento seja diminuído, é necessária uma preparação social, do ponto de vista criticoeducacional, em busca de uma observação maior aos seus próprios problemas e vislumbre de soluções possíveis.

2.3.1 A influência da educação no desenvolvimento econômico

Um dos papéis principais da educação na economia recai sobre os desníveis salariais, particularmente quanto à desigualdade. Nessa direção, quanto mais heterogênea é a escolaridade da força de trabalho, maior a desigualdade salarial de tal força (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2002). Essas desigualdades educacionais influenciam da mesma maneira o processo de organização social.

De modo geral, indivíduos com nível educacional baixo obterão salários menores no mercado de trabalho. Assim, suas condições de vida serão piores em relação aos indivíduos com melhores níveis de educação. Simonian (2005) ressalta que o nível educacional baixo e o analfabetismo dificultam, em situações diversas, a capacidade de autonomia e de participação das populações locais em processos decisórios.

No Brasil, os resultados de implementos educacionais são maiores, tanto no âmbito positivo,²⁸ quanto negativo²⁹. Isso acontece por conta da intensidade elevada da

²⁸ Políticas públicas educacionais, investimento etc.

²⁹ Falta de investimento.

heterogeneidade educacional. Destaca-se que as desigualdades salariais decorrentes das desigualdades educacionais são mais evidentes em países subdesenvolvidos do que em países desenvolvidos. Nesses termos, Martins (2009, p. 94) afirma que “O capital tira vantagens comparativas do atraso social e econômico. Sobretudo tira vantagens do amortecimento da consciência [...]”, o que pode muito bem ser entendido como a relação estreita entre educação e pobreza, na qual os níveis de pobreza se relacionam com os de escolaridade baixos.

Dois fatores determinantes dos desníveis salariais podem ser apontados: primeiramente, a desigualdade educacional – quanto mais heterogênea a força de trabalho em termos educacionais, o desnível salarial é maior entre esses trabalhadores. Segundo, a desigualdade nos salários varia de acordo com a resposta dada pelo mercado aos níveis educacionais dos trabalhadores, ou seja, é a resposta monetária em termos de valor que o mercado de trabalho atribui a cada ano adicional de escolaridade. Nesse sentido, quanto mais elevado for esse valor, maior será a desigualdade salarial relacionada a cada nível de desigualdade educacional.

Hanushek (2005) entende que há uma relação forte entre a qualidade da educação e o desenvolvimento econômico, cuja mensuração quantitativa se aprofunda na utilização cada vez mais comum de bancos de dados e indicadores, e o desenvolvimento de habilidades cognitivas individuais. No âmbito microeconômico, esse processo de desenvolvimento resulta em consequências importantes, uma vez que melhora o desempenho dos indivíduos. Isso por serem qualificados para o mercado de trabalho, proporcionando taxas maiores de crescimento do produto no âmbito macroeconômico. Também, é de comparar-se o macro e o microeconômico, mas levando em consideração que ambos são influenciados pela educação.

A educação possui um papel relevante e impactante de modalidades diversas no nível do desenvolvimento econômico e na sociedade (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2002). Por apresentar caráter sistêmico, em um nível muito elevado, cada acréscimo na quantidade ou na qualidade educacional reflete diretamente em melhorias no desenvolvimento. Ao surgirem oportunidades novas, viabiliza-se um ciclo virtuoso de progresso em todas as esferas sociais.

Deste modo, a educação tem um papel muito importante na criação de condições para a inovação tecnológica. Tal aspecto é tido, sob a perspectiva macroeconômica, como uma consequência indireta do processo econômico. Entretanto, sob a perspectiva microeconômica, possui uma ação mais direta da educação no processo de inovações tecnológicas.

Ao tratar da questão das desigualdades entre países ricos e pobres, Aragón (2001) a define que o modo de equilibrar as forças que atuam no nível planetário é fortalecendo a

“massa crítica” nos países em desenvolvimento, e que isso é fator fundamental para obtenção de resultados mais eficientes. No entendimento de Simonian (2005), é necessário que se invista em educação e na área científica para que se obtenha ganhos significativos ao desenvolvimento economicossocial. O que se parece firmar como uma tautologia, na correlação positiva entre níveis educacionais e de desenvolvimento melhores, em um processo que não se pode relegar ao segundo plano.

Em se tratando de Brasil, a questão educacional é ainda mais complexa. De fato, “A defasagem escolar ainda é grande no Brasil – apesar das mudanças que buscam impedir a repetência –, e a qualidade do ensino é sofrível” (NASCIMENTO, 2001, p. 107). Para exemplificar tal complexidade, no debate entre os desafios, no desenvolvimento da construção de uma capacidade científica adequada, Aragón (2001, p. 4) apresenta como desafio “Diminuir iniquidades dentro dos próprios países em desenvolvimento [...]”. Ele conclui que as oportunidades estão concentradas nas cidades grandes e a renda concentra-se entre poucos privilegiados e as benesses da ciência, da tecnologia e da educação alcançam poucos.

Do ponto de vista individual, a educação é um sinalizador da produtividade de cada trabalhador e um mecanismo importante que desenvolve as habilidades desse indivíduo. Precisamente, a educação cria a produtividade e não simplesmente a revela, como posto por Hanushek (2005). Portanto, além da quantidade, a qualidade da educação é fator determinante para o processo de acumulação de capital e crescimento econômico.

No que concerne ao desenvolvimento econômico, Souza (1999) considera como um conjunto de transformações estruturais verificadas em uma economia. Tais transformações proporcionam melhorias significativas no modo de vida da população e são expressas, de maneira geral, por meio dos indicadores sociais e econômicos, que serão analisados no decorrer da pesquisa. E Cohen e Franco (1993) chamam de obtenção de resultados eficientes, os resultados que envolvem tanto variáveis econômicas quanto sociais. Logo, a eficiência que se quer contribuir não é somente a econômica, mas sim com a eficiência social.

Todavia, se a educação tem papel relevante na economia e na vida social, utilizando-se o questionamento em tom conclusivo de Nascimento (2001, p. 108), destaca-se:

Por que não se dá a devida importância à educação como fator de mudança e mobilidade social, de integração nacional, de democratização da sociedade e de melhoria da qualidade de vida geral. E se não estaria em sua ausência uma das razões maiores de nosso atraso, de nossa desigualdade, de nossas mazelas enquanto país e povo.

As experiências mostram que o investimento em educação é sempre recompensador, na medida em que, uma sociedade escolarizada é mais atuante e melhor amparada no que concerne às condições efetivas de participação e intervenção.

2.3.2 Principais índices relacionados ao desenvolvimento e educação

Em especial a educação básica, a educação pública apresenta índices inferiores aos da educação privada no Brasil. Como a maioria da população possui apenas aquele meio para se educar, é plausível que haja no mínimo uma equiparação, se não superação da qualidade desse serviço. Caso contrário, adiantará pouco investir em tecnologia, uma vez que a população média não conseguirá absorvê-la, nem gerar tecnologias novas.

Estudos revelam que tal país apresenta desempenho aquém em ciências naturais e matemática (OCDE, 2007)³⁰. O resultado será a produtividade baixa na geração econômica ou, a geração abaixo da capacidade humana. Isso acaba incorrendo em perdas de produtividade e competitividade, tanto na escala micro quanto na macroeconômica.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o indicador de qualidade de vida das populações, sendo que esse possui uma escala que varia de zero³¹ a um³² e apresenta uma medida comparativa de riqueza, educação, esperança de vida, natalidade, dentre outros (PROGRAMA, 2006). O IDH tem a particularidade de, na sua avaliação da qualidade de vida da população, considerar os critérios abrangentes sobre tal qualidade. Precisamente, priorizam-se os aspectos econômicos e outras características sociais, culturais e políticas, desde que influenciem na qualidade da vida humana.

O índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição determinada (PROGRAMA, 2006). Também, o seu valor varia de zero³³ a um³⁴ e explicita a comparação de renda entre as camadas mais ricas e as mais pobres. O índice ainda mede o grau de desigualdade de uma região específica.

Porém, já se definiram índices específicos para analisar a realidade educacional. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um cálculo que mede a qualidade da educação fundamental e foi criado em 2007. Conforme Instituto de Pesquisa Econômica

³⁰ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2007) produziu a análise a respeito da posição do Brasil em relação a outros países no campo da educação e divulgou esse resultado no sítio eletrônico respectivo.

³¹ Isso em países com nenhum desenvolvimento humano.

³² Isso em países com desenvolvimento humano total.

³³ Precisamente, a perfeita igualdade.

³⁴ Precisamente, a desigualdade máxima.

Aplicada (IPEA), o hiato educacional é um índice usado para medir a situação educacional brasileira, em especial a quantidade de anos que em média falta aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação obrigatória³⁵.

³⁵ No caso, são oito anos de estudos para se atingir a meta de educação básica.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE – AMAPÁ

Este município situa-se ao norte do estado do Amapá (Mapa 3). Amapá é uma palavra de identificação de origem indígena e é proveniente da Nação Nuaruaque, população habitante da região norte do Brasil. É também uma espécie de árvore brasileira importante no estado – o amapazeiro – da família APOCINACEAS.

Mapa 3 - Localização do município de Oiapoque.



Fonte: Portal Brasil (2011)

O estado apresenta 16 municípios e inicialmente era incorporado ao estado do Pará sob o nome Araguari. Em 13 de setembro de 1943, passou a território federal do Amapá, vindo a se transformar em estado a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De acordo com Ristoff e Giolo (2006), essa Constituição extinguiu o estatuto politicoadministrativo de território federal.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, FÍSICOS E TERRITORIAIS

Historicamente, muito se fez em termos educacionais, principalmente no período de governo de Janary Gentil Nunes, primeiro governador do Amapá. Precisamente, entre 1944 e 1956, houve significativo aumento do número de escolas, na tentativa de imprimir na

realidade do caboclo, costumes e cuidados considerados de última ordem na construção do chamado “homem novo”. Em concordância com os interesses do governo federal de Vargas, segundo Lobato (2009), buscou-se imprimir na rotina do caboclo, questões como ambição produtiva, por meio do trabalho disciplinado e cuidados com a higiene.

De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2009), a população atual é de 626.609 mil habitantes com grande parte concentrada na capital, Macapá, distribuídos em uma área de 142.814,585 km², o que equivale a 3,32 habitantes/km². O estado do Amapá é cortado pela linha do Equador. Limita-se ao norte com a Guiana Francesa, ao sul com o estado do Pará, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o Suriname e com o Pará.

O estado do Amapá se destaca por ser o mais bem preservado do País. Tem o índice de desmatamento de apenas 2% do total³⁶. Tal realidade pressupõe ou teria que pressupor uma participação maior do Estado frente à realidade, inclusive, à educacional.

Além disso, apresenta grande diversidade de ecossistemas representados por florestas de terra firme, várzeas, cerrados, igapós e manguezais. O Parque Nacional (PARNA), Montanhas do Tumucumaque, é considerado o maior parque de floresta tropical do planeta, correspondendo a quase um terço do território do Amapá – 38.867 km², com a maior altitude igual a 701 m. O Amapá possui ainda outras 12 UC correspondentes a 65% de seu território. Ainda no entendimento de Ristoff e Giolo (2006), 12 Unidades de Conservação (UC) constituem o corredor de biodiversidade do Amapá, que possui como objetivo realizar inventário da fauna e da flora da região.

Quanto à atividade econômica, seu desenvolvimento foi impulsionado pela descoberta de jazidas de manganês. Desse modo, por muito tempo, teve enquanto atividade principal a exploração do manganês. No setor agropecuário, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2003) pode-se destacar o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl.) e a criação de bubalinos (*Bubalus bubalis*), seguindo-se a produção de laranja (*Citrus sinensis*), de bovinos (*Bos taurus*) e de suínos (*Sus domesticus*). Também, no âmbito da economia, têm-se os setores secundário e terciário, respectivamente, a indústria, a indústria de construção, o comércio e os serviços.

A educação superior no estado do Amapá teve início com o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA); essa ligação ocorreu

³⁶ Apresenta 54,85% de seu território demarcado como Áreas Protegidas – AP, em que 47,10% correspondem a Unidades de Conservação – UC e 7,75% às Terras Indígenas – TI ao todo são 16 UC e cinco TI (COSTA, 2006).

desde meados do século XX³⁷. Ainda segundo Ristoff e Giolo (2006), por determinação da Comissão Internacional de Arbitragem, anexou-se o território ao estado do Pará sob o nome de Araguari.

Assim, em 1970, o Centro de Educação da UFPA firma convênio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Departamento de Ensino Fundamental, com o objetivo principal de formar professores atuantes no interior do estado. E conforme o Estatuto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) (1989, apud RISTOFF, GIOLO, 2006), deu-se início ao funcionamento da primeira instituição pública federal do estado do Amapá: essa Universidade foi autorizada pela lei nº. 7.530, de 29 de agosto de 1986 e criada pelo decreto nº. 98.997, de 02 de março de 1990.

Dentre os 16 municípios, destaca-se, nesta dissertação, o de Oiapoque, o qual apresenta características singulares em relação à evolução de renda, pobreza e educação. De acordo com dados do IBGE, na comparação entre os últimos dois censos (1991 e 2000) detectou-se algumas mudanças importantes. Precisamente, essas mesmas fontes apontam uma redução significativa, em torno de 50%, da taxa de analfabetismo na faixa etária de 10 a 14 anos e diminuição em 32% na faixa de sete a 14 anos e, à medida que ocorre um aumento da renda *per capita* de 50%. Isso seria muito bom do ponto de vista estatístico, se taxas elevadas de pobreza no município não tivessem sido identificadas simultaneamente.

Ao considerar-se o mesmo período, identificou-se um aumento de 10% na taxa de crianças indigentes, de 5% na intensidade da indigência, além de um aumento de 2% no percentual de crianças pobres e de 3% na intensidade da pobreza. Tal realidade implicou em um salto de 46,58% para 47,8%. Em outras palavras, dados conflitantes e que merecem análise mais cuidadosa, pois não explicam as causas e os motivos de tais disparidades.

Ainda na análise de disparidades, segundo o IBGE (BRASIL, 2000, 1991), em 10 anos, a desigualdade entre os 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres aumentou em 90%. Por sua vez, conforme tais fontes, quando comparados os coeficientes de Gini nos últimos dois censos (1991 e 2000) e na contagem de 2007, o crescimento foi de 14%. Nessa situação, o aumento foi de 0,59 para 0,67, o que caracteriza desigualdade de renda muito elevada.

Criou-se o município de Oiapoque em 1945 (BRASIL, 1945). Localiza-se ao norte do estado do Amapá, a 590 km da capital Macapá (SOUZA, 1995). De acordo com Souza

³⁷ Existiu de 1970 a 1992.

(1995), a ligação com essa capital se dá por via aérea, marítima e rodoviária e faz fronteira com a Guiana Francesa com o chamado Departamento Ultramarino Francês (DUF).

Possui uma área territorial de 22.625 km² e uma população estimada em 2008 em 20.226 habitantes (BRASIL, 2008). Integra a faixa de fronteira setentrional, estando sua área urbana às margens do rio Oiapoque. Demarca a fronteira com essa Guiana, formando com Saint George, pequeno vilarejo francês de presença militar forte, caracterizando-se uma zona de fronteira estagnada com visíveis peculiaridades (BRASIL, 2008). Por essa referência, sabe-se que o município possui 15 escolas públicas municipais voltadas para a educação básica.

A cidade é banhada pelo rio Oiapoque, que flui em direção ao nordeste e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange. O rio se constitui como uma fronteira natural entre o Amapá e a Guiana Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual e é onde estão localizados os povos indígenas com expressividade maior no estado. Dentre esses e conforme Souza (1995), os Karipuna das aldeias do Manga, os Galibi do Oiapoque, os Galibi do Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no rio Urucau.

Como atividades econômicas importantes, o destaque é para: o setor primário, a criação de animais e o plantio de algumas culturas como mandioca para a produção de farinha, o milho (*Zeamays*), a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum L.*) e a laranja (*Citrus sinensis*) (IBGE, BRASIL, 2008); no setor secundário: artesanato, extração de ouro, cassiterita, macassita e pedras preciosas para a confecção de joias de valor grande adicionado (BRASIL, 2008). Ainda de acordo com Souza (1996), existem serrarias e padarias; no setor terciário, destaca-se o comércio entre os próprios moradores do município e entre esses residentes e os comerciantes do lado francês, o que é fomentado pela entrada de produtos a preços competitivos oriundos de Saint Georges e de Clevelândia.

Percebe-se que a economia do município necessita de uma atenção maior por parte do Estado, tendo em vista o nível baixo de formalidade do mercado de trabalho oiapoqueense. Pela estimativa do IBGE (BRASIL, 2008), o número de habitantes na região gira em torno de 21.000; entretanto, calcula-se que em média 1000 pessoas façam parte do mercado formal de trabalho. A renda *per capita* é de R\$ 10.340,00,³⁸ em um município cujo índice de Gini³⁹ é de 0.41; isso configura desigualdade significativa na distribuição de renda. Essa situação caracteriza-se como contraditória, no sentido de uma diferença grande entre o que se ganha e o que se distribui.

³⁸ Dez mil trezentos e quarenta reais.

³⁹ Índice de Gini – apresenta o nível de desigualdade na distribuição de renda. Quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. Índice estimado em 2003.

Neste sentido, a política pública se configura como um instrumento importante de intervenção social, principalmente em regiões e municípios com desigualdades grandes, como é o caso de Oiapoque. Nesse município, a falta de indução de políticas que possam coligar áreas potenciais a programas – os quais melhorem a infraestrutura e possibilitem o desenvolvimento adequado do sistema produtivo. Isso em concordância com as necessidades reais da população, pois terminou por aprofundar as desigualdades de desenvolvimento e condições de vida da maioria da população.

3.2 QUESTÃO FRONTEIRIÇA: BENEFÍCIOS, PARCERIAS E ENTRAVES DE COOPERAÇÃO

Os aspectos relacionados à questão da fronteira entre o Brasil e o território francês (Fotografia 1) aparecem como pontos estratégicos nas questões de políticas sociais e desenvolvimento (GOMES, 2007; SIMONIAN, 2006; SIMONIAN). Nesse contexto, o rio Oiapoque surge como uma via importante de integração socioeconômica e cultural entre os povos, a se considerar aspectos como lugar de subsistência às populações tradicionais. Além disso, é via determinante das relações econômicas entre povos indígenas do lado estrangeiro; potencializador do alto nível de migrações de brasileiros na busca de maiores ganhos do lado francês por meio da inserção no garimpo ou outras atividades.

Fotografia 1 - Entrada principal de Oiapoque, onde se lê “Aqui começa o Brasil”. Demarca a Fronteira entre Brasil e Departamento Ultramarino Francês.



Fonte: Fotografia de Silva, outubro (2010).

Além do mais, Oiapoque constitui-se em fator gerador de oportunidades de cooperação entre os dois governos, como a troca de experiência e conhecimento entre ambos. Silva e Ruckert (2009, p. 12) definem assim essa questão:

Por cooperação transfronteiriça, entende-se um conjunto de ações entre atores de dois ou mais estados nacionais, institucionalizadas ou não, a fim de elaborar/implementar propostas com impactos nos dois lados da fronteira. Estas ações, quando institucionalizadas, são irradiadas a vários quilômetros de cada lado [...].

No que diz respeito à cooperação, confirmam a responsabilidade dos Estados na implantação de ações e os efeitos que tais mudanças podem ocasionar no modo de vida das populações.

Há ainda que se considerar a influência do lado francês ao lado brasileiro, como por exemplo, na questão da identidade entre os índios que residem em ambos os lados, justamente por não considerar o rio como uma fronteira territorial intransponível (AROUCK, 2002; SIMONIAN, 2006). Geralmente e conforme essas mesmas fontes, devido às melhores condições de infraestrutura das cidades da Guiana, é comum a migração feita por mulheres as quais tentam garantir a nacionalidade francesa de seus filhos. Homens e mulheres também migram na expectativa de obter melhor atendimento às suas necessidades, uma vez que o território francês possui melhor infraestrutura.

É importante observar os motivos que incentivam a travessia da fronteira francesa pelos oiapoqueenses. Ela ocorre por diversos fatores, sendo um deles a busca da satisfação de necessidades materiais, tais como bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e não duráveis, como vestuário e alimentos. Um fator importante e influente nessa travessia constante é a intensa competição de preços no território francês em relação aos praticados em Oiapoque. Em razão disto, a população se vê obrigada a enfrentar os riscos e desafios ao atravessar o rio que também se configura como fronteira.

A partir destas análises, constrói-se um questionamento: o Estado possui políticas específicas destinadas a superar os desafios de uma cidade de fronteira, com suas peculiaridades, singularidades e diferenças. Nessa direção, é que “A fronteira tem sido, entre nós, um sujeito político” (MARTINS, 2009, p. 20) e como tal, continua em movimento constante na história ou como destaca Velho (1976), a fronteira é um fenômeno contemporâneo ainda em fluxo. O desafio grande que se estabelece para os Estados brasileiro e francês é desenvolver e fazer com que de fato a cooperação Brasil-França aconteça, observando sempre as motivações e ideais de cada Estado.

Importa ainda que se viabilize, por meio da construção da ponte de integração, benefícios reais à população oiapoquense, a parte mais fragilizada e desassistida entre os dois municípios (SIMONIAN, 2006). Também de acordo com essa autora, se espera que promova medidas eficientes para a geração de emprego e renda. Medidas como essas podem ser consideradas estratégicas, uma vez que tendem a combater o tráfico de produtos, o garimpo ilegal e a prostituição, os quais são atrativos nessa região.

Isto impacta diretamente no modo de vida das populações destes *loci*, na sua cultura e dinâmica de reprodução social. Nesse sentido, Oliveira (1999, p.112) destaca: que “Uma sociedade é composta por uma multiplicidade de culturas que mantêm umas com as outras relações que precisam ser estudadas empiricamente, podendo envolver exclusões e conflitos, com também passar por esferas de indiferença e ambiguidade”. Uma atuação melhor do Estado em regiões de fronteira acaba por se tornar uma necessidade de última ordem quando se pensa na qualidade de vida dessas populações.

Ainda, tais regiões são consideradas locais privilegiados de ‘violência privada’. Nessa direção, Martins (2009, p. 33) ressalta que:

[...] na ausência expressa e direta das instituições do Estado, o domínio do poder pessoal e a ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público, até mesmo pela sujeição dos agentes da lei aos ditames dos potentados locais.

Isso reforça ainda mais a necessidade de se estabelecer e desenvolver práticas democráticas nesses locais, que atendam as demandas sociais de modo adequado e eficiente, tendo em vista que esses são quase sempre locais de conflitos.

A decisão de construção da ponte (Foografia 2) se configura como um avanço importante do Estado quanto à maneiras de promover a cooperação França-Brasil. Nesses termos, é essencial pensar-se quais seriam os benefícios diretos e indiretos da construção da ponte e quais os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais tal empreendimento irá acarretar. Isso precisa ser questionado, uma vez que parte significativa das cidades fronteiriças carece de infraestrutura intraurbana e redes de comunicação eficientes.

Fotografia 2 - A construção da ponte binacional ao fundo.



Fonte: Fotografia de Silva, out. 2010.

Além disso, “A expansão do capital e da sociabilidade [...] não implica necessariamente na supressão súbita das diferenças que tornam peculiares os diferentes grupos envolvidos na situação de fronteira” (MARTINS, 2009, p. 25). Dessa maneira, o desenvolvimento de uma área de fronteira é diferenciado das outras; tanto pelo atraso social, quanto pelo econômico ou pela própria situação de conflito que “naturalmente” se implanta no local. Gerhard (apud VELHO, 1976) considera a fronteira como uma fase em um processo total de evolução. É nesse ponto que talvez as oportunidades estejam mais aparentes.

O Estado tem perspectivas quanto a isso, mas até que ponto busca pensar suas linhas de ação e suas medidas de integração? A cooperação prometida ocorrerá de fato? Se isso ocorrer, de que modo se dará? Indaga-se sobre isso por que muito do que se acordou entre os governos brasileiro e francês ainda não saiu do papel.

Neste ponto, há de se observar a inserção dos Estados contemporâneos no processo de globalização e quanto à cooperação internacional mais ampla. De acordo com Castro (2005, p. 76), “[...] o local está irremediavelmente ligado, nas relações econômicas, ao global, ainda que por processos diferenciados”. Também, é uma realidade vivida cotidianamente pelos cidadãos oiapoquenses por conta de sua localização geográfica.

O município de Oiapoque apresenta condições singulares em relação aos outros municípios do estado do Amapá. Isso aponta para a ideia de que existem certas peculiaridades no município que o difere dos demais, embora tais particularidades não representem melhores

condições de desenvolvimento, as quais, porém, não podem ser apontadas como as piores. O que se tem nesse município é uma soma de valores culturais, comportamentos – como em qualquer outro lugar – mas com uma diferença crucial: ali, os costumes são os mais variados possíveis, já que sua população advém de todas as partes do Brasil, além disso, nota-se que há uma variedade de povos indígenas, mesclando-se com outros povos e culturas de diferentes regiões do país.

A população migrante vem para ‘dentro de Oiapoque’ com os motivos e intenções mais diversos. Contudo, o motivo principal é a busca por melhores condições de trabalho e um lugar que proporcione renda melhor; ‘as mulheres e os homens de fronteira, são atraídos pela ideia de dinheiro fácil e abundante, ou seja, a intenção é de ‘ganhar muito real’. Ainda hoje existe esse imaginário a respeito de Oiapoque, mesmo ‘hoje não sendo mais como antigamente, no dizer de um dos moradores, as pessoas ainda pensam que em ‘Oiapoque corre muito dinheiro’. Moog (apud VELHO, 1979, p. 19) destaca que “[...] a principal motivação para ir à fronteira era enriquecer rapidamente, encontrar ouro ou outros metais preciosos”.

Em entrevistas feitas aos cidadãos oiapoquenses novos,⁴⁰ formulou-se a seguinte pergunta: “Quanto tempo você mora no município”⁴¹? As respostas indicam que sua vivência no local, cheios de experiências e observações, de como o município era quando o cidadão chegou e de como é hoje, o que mudou e o que continua sendo a “mesma coisa”. Poucos dos entrevistados são realmente de Oiapoque, o que não os afasta totalmente da condição de migrantes, pois são descendentes de migrantes do passado.

Isto evidencia um perfil totalmente heterogêneo da população. Conforme Martins (2009), isso em virtude de toda migração ser carregada de subjetividade, de costumes, de crenças; o emaranhado cultural é dos mais ricos, afinal, é na fronteira que tudo acontece com mais intensidade. De acordo com Velho (1976), é exatamente para a fronteira que ocorre a fuga de empreendedores em busca de terras novas; são os chamados seres homanos de fronteira.

Esta condição de migrante demonstra, nas perguntas relacionadas ao desenvolvimento do município, riqueza nas respostas, muito adequada e conveniente, tendo em vista que essas pessoas conseguem fazer comparações em relação ao seu lugar de origem e têm propriedade de dizer se estão satisfeitas ou não com as condições atuais do município. Conseguem observar, por exemplo, que onde não há opção de lazer aos jovens, há a possibilidade de

⁴⁰ Novo é apenas uma expressão, porque a maioria das pessoas que mora em Oiapoque, mas que tem origem em outras cidades e estado, já vive no local há muitos anos. Isso pode ser comprovado no grupo dos pais de alunos, em que a grande maioria vem de outras partes do Brasil e tem em média 9 anos residindo em Oiapoque.

⁴¹ Esta pergunta emergiu no momento da realização das entrevistas em campo.

buscar diversão em outras coisas, que nem sempre são as mais saudáveis; e que onde não há uma praça, não tem lugar para as crianças brincarem. E quais as oportunidades possíveis que esse caráter migrante pode apresentar em termos de políticas públicas ao município?

Inicialmente, o caráter migrante do município exige que as políticas que são destinadas a Oiapoque sejam relacionadas com a intenção de fazer com que o município seja um pólo de oferecimento de oportunidades reais, não simplesmente um pólo “imaginado”⁴² de oportunidades. Assim sendo, há a necessidade de se estabelecer parcerias do município com a Guiana francesa. Em entrevistas, constatou-se que normalmente não há qualquer tipo de parcerias entre os municípios.

As ações são muito pontuais, dizem respeito a feiras culturais, eventos esportivos, restritas ao ambiente escolar estadual: campeonato de futebol entre as escolas, ações que são muito importantes por envolver trocas culturais e “confronto de costumes”, uma vez que exerce influência e de certo modo regula as interações entre indivíduos no cotidiano (OLIVEIRA, 1999). Entretanto, do ponto de vista econômico na geração de emprego e renda são pouco eficazes. Isso é algo que não pode ser ignorado, tendo em vista a autoridade que a Guiana Francesa exerce na vida dos oiapoqueenses.

Desde a “superioridade” na paridade do dinheiro, em que aqui um Euro custa dois reais, até as melhores condições estruturais de vida em Oiapoque, a qual cria um sentimento de subserviência na população Oiapoqueense. Essa relação se torna evidente do modo como segue: “Eles vem pra cá, fazem o que querem e depois vão embora [...] a gente precisa dos dinheiro deles” (Entrevistado: Profissional Liberal). Isso cria uma relação de dependência e subserviência que impacta na autoestima da população, que se sujeita aos desmandos.

Este tipo de sentimento é evidenciado na fala das pessoas quando se referem à construção da ponte, por exemplo, sobre a qual afirmam que “só vai melhorar a vida dos que vem de lá”, garantindo que “pra gente não vai mudar nada”. Então, esse tipo de relação precisa encontrar um ponto de equilíbrio em que os interesses de ambos os lados sejam convergidos. Só assim a população de Oiapoque eliminará esse sentimento de cidade inferior.

Oiapoque é um município com carência de infraestrutura grande (Figuras 6 e 7), uma cidade com um potencial enorme, principalmente na área de turismo. Precisamente, tem-se uma quantidade grande de franceses, guianenses e surinameses que vêm ao município a passeio, principalmente nos finais de semana, período em que o trânsito de pessoas aumenta.

⁴² Polo imaginado, no sentido de se apresentar ainda o imaginário de que Oiapoque é a “terra do dinheiro fácil”. Noção muito difundida pela existência dos inúmeros garimpos naquela região. Hoje a realidade é outra, a maioria dos garimpos foi fechada, e os que existem estão na ilegalidade.

Eles chegam pelas catraias⁴³ (Fotografia 3), próximas à praça principal ainda em construção em frente à prefeitura municipal, então se dirigem ao posto da Polícia Federal do Brasil para garantir sua autorização de permanência.

Fotografia 3 - Foto de uma das principais vias de Oiapoque. Essa retrata um dos poucos locais onde há algum tipo de esgoto.



Fonte: Fotografia de Silva, out., 2010.

Fotografia 4 - Uma das travessas, pouco afastada do centro do município de Oiapoque



Fonte: Fotografia de Silva, out.(2010

⁴³ Importante ressaltar, com a conclusão da ponte binacional a atividade catraieira sofrerá impacto grande, visto que a travessia pela via terrestre será mais frequente.

Fotografia 5 - Catraieiro, ex-garimpeiro. Uma das atividades da economia local.



Fonte: Fotografia de Silva, out., 2010.

Até que ponto este turismo é benéfico ao município? Até que ponto esse turismo causa mudanças profundas na sociedade de Oiapoque? Quanto se deixa de renda aos oiapoqueenses? As políticas públicas não levam em consideração tais aglutinações de informações na formulação de projetos. Um banco de dados eficiente pode muito bem fazer esse papel, pode fazer com que haja o aproveitamento de oportunidades e o prospecto de oportunidades novas para a manutenção da vida dos cidadãos. Ao pensar em áreas de entorno do PARNA Cabo Orange, Gomes (2007) discutiu a possibilidade de um turismo de base comunitária.

Uma infraestrutura precária é o que se vê em Oiapoque: ruas com asfaltamento incompleto (Fotografias 6 e 7) e sem adequado tratamento de esgoto, o qual desagua no rio Oiapoque. A maioria das ruas asfaltadas está localizada na parte central do município. A água para o consumo (Fotografias 8 e 9) não possui tratamento algum e é de cor amarelada, imprópria para utilização imediata, o que, em famílias mais carentes sem recursos para cavar poço artesiano e comprar água mineral, pode resultar em tipos diversos de doenças.

Fotografias 6 - Rua sem asfaltamento em Oiapoque.



Fonte: Fotografia de Silva, out., 2010.

Fotografia 7 - Cruzamento entre uma das ruas e travessa da cidade. Demonstra o asfaltamento incompleto.



Fonte: Fotografia de Silva, out., 2010.

Fotografia 8 - A imagem retrata a qualidade da água que sai das torneiras, de cor amarelada, imprópria para o consumo.



Fonte: Fotografia de Silva, out. (2010).

Fotografia 9 - Esta foto demonstra por onde é coletada a água que entra nas torneiras da população. A empresa responsável: Companhia de Água, Esgoto e Saneamento do Amapá (CAESA), fornecedora do serviço de abastecimento de água à cidade.



Fonte: Fotografia de Silva, out., 2010.

Contaminações possíveis por meio da água são extremamente perigosas. O hospital público do município é único e está em reforma há mais de dois anos, sem qualquer previsão de término das obras. Isso sem contar o lazer que parece ser inexistente e teria que ser oferecido à sociedade: algumas opções são oferecidas como balneários particulares ao longo da rodovia de acesso ao município; contudo, diz-se que para quem não tem recurso para transporte, torna-se inviável.

A praça única da cidade está em reforma (Fotografia 10), também sem previsão de conclusão. Vale perguntar: onde os jovens se divertem? Como não há nenhum lugar disponível, principalmente para os que fazem parte da faixa mais vulnerável de qualquer sociedade, o que sobra são bares e locais de consumo de bebida alcoólica. Não é incomum vê-los fora das escolas, aglomerados sem qualquer tipo de ocupação saudável.

Fotografia 10 - Praça principal da cidade – muitos moradores chamavam de “currutela” – a qual retratava o nível de lazer que era proporcionado quando estava ativada.



Fonte: Fotografia de Silva, out. 2010.

Oiapoque tem uma população ávida por mudanças. Também, tem na lembrança um passado próspero do tempo em que o garimpo trazia muito dinheiro à cidade, bem como uma quantidade grande de dinheiro aos comerciantes locais vinda do turismo desorganizado e sub aproveitado que há em Oiapoque. Ao mesmo tempo, uma população desesperançosa quanto ao futuro devido ao nível baixo de suas escolas, da estrutura educacional oferecida, ou seja, sem perspectiva de avanço ou melhoras.

Todos os pais esperam que os seus filhos no futuro tenham uma profissão e que “seja alguém”. Entretanto, como isso é possível se não há uma universidade pública atuante? A que tem oferece uma formação de estilo modular⁴⁴. Não está se levando em consideração, aqui, a quantidade de cursos, a qual é insuficiente para atender a uma economia com qualquer pretensão de se estabelecer como economia forte, considerando-se que, no caso do município em questão, tal economia tenta apenas “sobreviver”. Oiapoque continua distante em desenvolvimento, fisicamente e culturalmente, desde sua constituição até os dias atuais.

As palavras de um morador, a economia “é informal”, regida por um comércio de ambulantes⁴⁵ (Fotografias 11 e 12), como em qualquer cidade brasileira. Apresenta um comércio de bens de primeira necessidade: vestuário, alimento que, trazidos de outras partes do estado, têm o seu preço encarecido principalmente pelo difícil acesso por meio de estradas; são os chamados “custos de produção em plena atividade”. O setor público é o empregador formalizado na cidade.

Fotografia 11 - A principal rua do comércio de Oiapoque.



Fonte: Fotografia de Silva out. 2010.

⁴⁴ Os cursos modulares têm aulas somente no período de férias.

⁴⁵ Isso não se diferencia das cidades médias e grandes brasileiras.

Fotografia 12 - O caráter informal da economia de Oiapoque, representado por um vendedor ambulante.



Fonte: Fotografia de Silva, out. 2010.

Além disto, sobram os pequenos comércios com um potencial enorme de crescimento, já que existe uma população que quer crescer, mas não sabe de que maneira começar. Tal população não entende que a participação popular e a cobrança por resultados é um caminho sem volta na construção do desenvolvimento e que a organização da sociedade civil é o caminho do acúmulo de capital cultural necessário a todo acúmulo de capital físico. Esse sendo tão necessário ao crescimento do produto e ampliação do desenvolvimento.

O desenvolvimento de Oiapoque é barrado pela estrutura educacional do município, repleta de falhas e incongruências. Uma delas é a falta de profissionais qualificados para atender a demanda educacional, crescente e com uma característica própria: o número mutante de alunos que oscila ao longo do ano letivo. Isso se dá por conta do número grande de famílias que chega ao município, ainda motivadas pela expectativa de ganhos fáceis e fartos, na intenção de empregar-se nos garimpos.

Tal realidade faz com que as crianças sejam matriculadas ao longo do decurso do ano escolar. Porém, muitas abandonam as aulas, pois as famílias mudam novamente, ou seja, saem de Oiapoque. Essa é uma cidade típica de migrantes, com um movimento constante de entradas e saídas de pessoas, o que dá um caráter totalmente diferenciado a esse local.

Para os jovens de renda baixa que tem a intenção de “crescer”⁴⁶ e permanecer no município, o entrave é ainda maior; isso porque, mesmo que queiram estudar, normalmente isso se torna impossível. Isso é, pois, uma realidade somente para os de família com poder aquisitivo mais elevado, com condições financeiras para direcionar seus filhos a concluir o ensino médio em Macapá ou outras cidades com universidades, como Belém do Pará.

Algumas pessoas, normalmente motivadas por interesse em obter ganho maior, e por já atuarem na rede de ensino municipal, fazem cursos de pedagogia⁴⁷ em faculdades particulares⁴⁸ à distância, as quais adotam a prática de formar profissionais minimamente qualificados. Isso apresenta novamente um caráter econômico importante, sob a ótica da educação, e que funciona como meio de promoção do desenvolvimento econômico ao proporcionar a oferta de trabalhadores graduados nas escolas de nível básico. A qualidade normalmente é questionada nesse tipo de educação, mas é ferramenta utilizada no município.

Oiapoque é uma cidade de interior com todas as possibilidades de construir uma história importante, um futuro de sucesso. A *Internet* já é uma realidade no município, a cidade já está inserida na globalização da informação e com acesso aos padrões culturais mais variados. Guardadas as proporções devidas, todas as instituições básicas necessárias a qualquer cidade estão no município: fórum, correios, bancos públicos e privados etc., responsáveis pela comunicação entre o município e o restante do estado.

A estrada de acesso ainda é um entrave à vida das populações. A atração de mão-de-obra qualificada para atuar nas instituições públicas (escolas, secretarias etc.) torna-se prejudicada pela distância dos centros maiores e pelas condições estruturais inadequadas ao acolhimento desses profissionais. Dentre essas, tem-se a falta de lazer, de saúde adequada, de escolas para os filhos e um comércio diversificado.

Há espaço para suprir todas estas necessidades, tão prementes aos meios essenciais de atração de profissionais para o município. O índice alto de malária é outro problema de saúde pública que aflige a população e se choca com as pretensões dos que almejam mudar-se para este município (ANDRADE, 2005). De fato, não é raro encontrar pessoas que, com seis anos de residência em Oiapoque, já tenham contraído a malária pelos menos “umas sessenta vezes”. Ou seja, são condições que poderiam ser modificadas com atenção maior aos problemas, com interesse maior, com compromisso maior.

⁴⁶No sentido de estudar e ter uma profissão escolarizada formal e utilizar todos os conhecimentos em prol de sua cidade.

⁴⁷A oferta de nível superior se concentra nessa área em Oiapoque.

⁴⁸O que não deixa de ser um incentivo à produção de gente especializada.

No aspecto das oportunidades, tem-se o intercâmbio que pode ser aprofundado entre Oiapoque e Guiana francesa, na troca de conhecimento, de experiências, de práticas comerciais benéficas para ambos os lados, tendo em vista que existe uma gama de produtos que são comercializados em Oiapoque, que faltam na Guiana Francesa, tal como a carne bovina. Segundo Trotsky (apud VELHO, 1976, p. 45) “Um país atrasado assimila as conquistas materiais e intelectuais dos países avançados”. No entanto, qualquer tipo de parceria há de ser institucionalizada e reconhecida pelos governos e legitimada pela população, caso contrário, corre-se o risco de criar práticas espúrias e indesejadas.

Existem relatos a respeito da pressão sobre os brasileiros, impedidos que são de entrar na Guiana. É justamente por conta de tais pressões que guianenses buscam evitar a entrada de produtos brasileiros. Devido ao valor baixo da moeda brasileira – o real –, os guianeses evitam a entrada de tais produtos por sua competitividade maior no mercado franco-guianense.

Uma das escolas do município de Oiapoque tem o que eles chamam de “ensino integrado”⁴⁹. É escola estadual Joaquim Nabuco, a qual prepara os adolescentes com cursos de hotelaria, isso no quarto ano, para que eles possam ser aproveitados no município, por conta do turismo (Fotografia 13). Essa é uma maneira de capacitar os jovens e de prepará-los para o mercado de trabalho.

Fotografia 13 - Desembarque de turistas guianenses no final de semana.



Fonte: Fotografia de Silva, out. 2010.

⁴⁹ Ensino médio integrado: modalidade que tem como premissa básica fornecer uma profissão aos alunos concluintes do ensino médio. É uma maneira de preparar a mão-de-obra para o mercado de trabalho. Configura-se como espécie de ensino técnico voltado à realidade do município.

Nas escolas, há também o ensino de língua francesa, mostrando mais uma vez a importância dessa fronteira, que está sendo subaproveitada. Isso mostra a necessidade de se aprofundar modos de cooperação entre os dois países,⁵⁰ como as medidas inovadoras que promovam a cooperação intelectual, econômica, setorial, de serviços, comercial e que resgate a autoestima do povo oiapoquense.

⁵⁰ A foto evidencia o turismo como uma das oportunidades que a fronteira disponibiliza ao município de Oiapoque.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A problemática da pesquisa realizada visa contribuir com a produção de conhecimento acerca do efeito das políticas de educação sobre o desenvolvimento econômico, sob a ótica dos grupos entrevistados. Por meio dessa problemática, busca-se identificar de que modo se dá essa influência em Oiapoque. É importante destacar que estudos com a abordagem dessa problemática em regiões de fronteira são praticamente inexistentes. Portanto, ainda há muito a ser pesquisado e discutido com vistas a se descobrir caminhos novos para o ensino de qualidade e alternativas para o desenvolvimento, bem como a criação de leis e planos de ação governamental.

Neste sentido, uma reflexão crítica e construtiva visando à busca de uma educação que dê conta de questões como cidadania e emprego voltados para um tipo de desenvolvimento que atenda à sociedade é um caminho inevitável como meio de transformação social. Assim, é importante conhecer como os indivíduos interagem e transformam os sistemas em que estão inseridos e são transformados por ele. Para tanto, um caminho interdisciplinar é de suma importância. A produção de conhecimento na academia busca, e já o faz dialogar com as áreas diversas do conhecimento, tais como: a geografia, a sociologia, a antropologia, a economia, a ciência política etc.

Buscar sempre a localização dos fenômenos, causas e efeitos, implicações de determinada política, contextualização, em um diálogo interdisciplinar, permitir que se analise a complexidade dos fenômenos sociais. Pode ser utilizado, também, como instrumento de intervenção social, em busca de um melhoramento das relações sociais, econômicas e espaciais⁵¹. E na expectativa de garantir a coerência necessária para a compreensão da especificidade da questão proposta e compatibilizá-la com o referencial teórico, com a metodologia, optou-se por uma pesquisa quanti-qualitativa.

Assim, facetas diferentes da realidade foram comparadas para se ter uma compreensão melhor das características e fatores constituintes de determinado fenômeno social. Em trabalhos com essa abordagem, estabelece-se uma junção de procedimentos quantitativos e qualitativos numa mesma pesquisa, conforme afirma Santos (2009). Para Günther (2006), um pesquisador dificilmente utiliza apenas um dos métodos, o que demonstra a necessidade de se utilizar aspectos tanto do método quantitativo, quanto do método qualitativo.

⁵¹ Precisamente, cada elemento e cada fenômeno ocorrem de modo diferenciado de acordo com a especificidade de contexto inserido e disponibilidade materiais daquela realidade.

Um discurso recente defendendo a importância dos dois enfoques é o de May (2004, p. 146), como segue:

[...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativa-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma verdade melhor do que a outra –, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social. Para tanto é necessário um entendimento de seus objetivos e da prática.

Portanto, esta pesquisa utilizou dados quantitativos que na intenção de abrigar o estudo realizado, principalmente no que diz respeito aos efeitos das políticas públicas educacionais no desenvolvimento econômico no município de Oiapoque.

De acordo com Lakatos e Marconi (1996, p. 15): “Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”. No entendimento de Creswell (apud SANTOS, 2009), nos projetos de métodos mistos, a integração de dados numéricos e de dados textuais ou audiovisuais no mesmo estudo pode ser desenvolvida de maneira simultânea/concomitante ou em sequência⁵².

Entende-se que o método misto é capaz de delinear as características socioeducacionais e desenvolvimentistas de Oiapoque. Nesses termos e de acordo com Mills (apud SANTOS, 2009, p. 146), é importante que o pesquisador raciocine em “[...] termos de vários pontos de vista [...]” para assim possibilitar que sua mente “[...] se transforme num prisma móvel, colhendo luz de tantos quantos ângulos quanto possível”. Para tanto, uma abordagem interdisciplinar se torna um ponto necessário às análises do problema.

De um ponto de vista econômico e mais utilitarista, um nível de renda mais baixo insere o trabalhador em uma realidade de escassez de bens e de limitações sérias, tais como moradia,⁵³ educacionais,⁵⁴ lazer e segurança, ou seja, sua capacidade de reprodução social e econômica estará seriamente prejudicada. De um ponto de vista macroeconômico, esse trabalhador faz parte de uma cadeia produtiva em que ora atua como família fornecedora de mão-de-obra em troca de salário, ora atua como agente⁵⁵. Esse se relaciona com outros agentes por meio das relações de consumo, favorecendo a circulação econômica.

Neste sentido, há a relação estreita entre as áreas diversas do conhecimento, em que são utilizadas categorias como produção material, desenvolvimento, inovação. Além disso,

⁵² Precisamente, os dados quantitativos são coletados no mesmo período de realização de pesquisa de campo, ou trabalha-se inicialmente com uma etapa e, depois de concluída, inicia-se a próxima.

⁵³ Localização.

⁵⁴ Comprador de bens e serviços de ordens diversas.

⁵⁵ Idem à nota anterior.

podem ser extrapolados e generalizados na produção científica. Do ponto de vista sociológico, a interação subjetiva dos indivíduos produz realidades ao mesmo tempo em que é resultado dessa mesma realidade.

No que concerne aos objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, como apontado por Gil (2002), isso porque visa proporcionar a descrição das características de uma população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa constituir-se-á em uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2008, p. 50):

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Gil (2008, p. 50) entende que “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Esta dissertação teve, ainda, como procedimento técnico o uso de documentos e materiais que não receberam tratamento analítico, característicos de uma pesquisa documental. Nessa direção, Gil (2002, p. 46) descreve:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes [são] constituídas sobretudo por material impresso, localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas [...]. Nesta categoria, estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

Essa pesquisa visou analisar a amplitude das políticas públicas educacionais na promoção do desenvolvimento econômico, nesse sentido, ao pensar-se como Chizzotti (1991, p. 29), a pesquisa experimental considera:

Os fatos ou os dados como frutos da observação, da experiência e da constatação, devem ser transformados em quantidades, reproduzidos e reiterados em condições de controle, para serem analisados de modo neutro e objetivo a fim de se formular leis e teorias dos fatos observados.

Em outros termos, buscou-se identificar índices educacionais e de desenvolvimento, de modo que explique se as políticas públicas educacionais interferem no desenvolvimento socioeconômico.

No que concerne aos documentos, incluiu-se imagens. Dentre essas, trabalhou-se com imagens indicativas de localização, o que remete a mapas e nesta dissertação aparecem como figuras. Ainda e apoiando-se em Simonian (2007), produziu-se uma série de fotografias in locus. Como no caso das imagens, também as fotografias são inseridas como figuras.

Definiu-se como um dos instrumentos de coleta de dados, o questionário com questões fechadas,⁵⁶ que no método quantitativo de pesquisa, é uma das principais ferramentas. É a partir dos resultados obtidos nessa técnica de coleta de dados que são feitas as induções, que ora confirmam as suposições inicialmente levantadas pelo pesquisador, ora as refutam. Para Chizzotti (1991), o questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas de forma sistemática e com itens sequencialmente dispostos a constituir o tema da pesquisa, com o objetivo de provocar, nos entrevistados, respostas por escrito ou verbalmente sobre assuntos que entrevistados saibam opinar ou informar.

Na construção de um questionário, se há de ter em mente que ele será elaborado com vistas a responder os objetivos da pesquisa em questões específicas. Desse modo, a elaboração de um questionário requer uma série de cuidados, tais como: “[...] constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões, quantidade e ordenação das questões, construção das alternativas; apresentação do questionário [...]” (GIL, 2008, p. 121), no sentido de tornar a busca por esclarecimentos de forma melhor dinamizada.

Além do questionário, fez-se uso de entrevistas dirigidas, ou seja, uma forma de comunicação entre o pesquisador e o informante, com o objetivo de esclarecer uma questão. Semiestruturada, no qual o discurso é livre e orientado por perguntas-chave. No que diz respeito à entrevista, Chizzotti (1991, p. 109) afirma que as “[...] informações colhidas sobre fatos e opiniões devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar [...], ou seja, [...] um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho”.

Convém ressaltar ainda que segundo Gil (2008), a entrevista permite a aquisição de dados relativos aos mais variados aspectos da vida social. Isso além de ser uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano. Também, os dados levantados são passíveis de classificação e quantificação.

⁵⁶ A resposta está limitada aos itens preestabelecidos.

Para a aplicação destes instrumentos de coleta de dados, fez-se necessário a realização de uma pesquisa de campo, *in loco*, no município de Oiapoque, extremo norte do Brasil, a 590 km da capital Macapá, no estado do Amapá, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Planejamento, Prefeitura municipal, nas escolas e na comunidade. O município em questão possui uma área territorial de 22.625 km², uma população estimada (em 2010) em 20.509 habitantes (BRASIL, 2010). Integra a faixa de fronteira setentrional, estando sua área urbana às margens do rio Oiapoque.

A coleta de dados ocorreu em etapas, a saber:

- a) Etapa 1: Consultou-se legislações, planos de ação do governo local, relatórios, dados do IBGE, dentre outros que pudessem complementar o conhecimento das políticas vigentes e atuantes.
- b) Etapa 2: *In loco*, junto aos gestores de educação (diretores de escola, secretários municipais e técnicos) e municipais, professores, profissionais liberais e à população (pais de alunos), com vistas ao levantamento das percepções e impressões da influência da educação no desenvolvimento econômico local.

Realizou-se as entrevistas com os sujeitos, em local apropriado, e em horário compatível com as suas atividades. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos entrevistados.

As fontes de informação foram os gestores municipais e gestores da educação e planejamento, envolvidos no processo de execução das políticas públicas de educação e desenvolvimento. Ainda, ouviu-se profissionais liberais, professores e pais de alunos. Os dados coletados possibilitaram, conforme Selltiz (apud GIL, 1998), a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

Realizou-se o processo de coleta por meio de entrevistas e questionários. Mas apenas o grupo de pais de alunos passou pela aplicação dos questionários, isso por entender-se que havia a necessidade de se realizar a caracterização socioeconômica desse grupo. Buscou-se, desse modo, buscar compreender a estrutura familiar em que as crianças estão inseridas e a sua recepção em relação ao sistema educacional municipal.

No primeiro grupo,⁵⁷ inquiriu-se os coordenadores/gestores das secretarias municipais de educação e de desenvolvimento de Oiapoque. Aqui, eles são denominados “grupo dos

⁵⁷ Entrevistou-se sete pessoas, dentre as quais cinco faziam parte da secretaria municipal de educação e duas eram da prefeitura municipal. Todas envolvidas diretamente com a administração, o planejamento e distribuição

gestores públicos” para facilitar a retomada à fala dos entrevistados ao longo das análises e evitar identificação pessoal das fontes consultadas. A intenção foi levantar dados referentes à gestão, à aplicação dos programas educacionais, à análise educacional quanto ao número de matrículas, ao aparelhamento escolar e estratégias educacionais locais em busca da qualidade educacional. Buscou-se identificar e analisar os reflexos do nível educacional da população no desenvolvimento socioeconômico local.

O segundo grupo compreendeu profissionais liberais⁵⁸. Direcionou-se as entrevistas aos economistas, advogados, administradores, médicos, contadores, bibliotecários, entre outros. A partir desse grupo objetivou-se identificar como esses profissionais interpretam a atuação do estado nas questões do desenvolvimento do município.

O terceiro grupo⁵⁹ envolveu os pais de alunos. A importância das impressões desse grupo recai na tentativa de identificar a percepção positiva ou negativa e as expectativas quanto à qualidade da educação a qual vivenciam e sua interpretação quanto ao desenvolvimento econômico. É importante salientar que, na aplicação de questionário, informou-se o entrevistado. A expectativa era a de que ele compreendesse as questões que lhe são propostas de modo claro, sem dúvidas de conteúdo com termos compatíveis com seu nível de informações, com sua condição e com suas reações pessoais, tal como Chizzotti (1991) propõe.

Constituiu-se o quarto grupo⁶⁰ de diretores escolares, professores e demais profissionais responsáveis pela execução da política escolar, circunscritos às dependências das escolas municipais. Denominou-se esse somente como “grupo dos professores”. Esse foi submetido, a exemplos dos demais, à entrevistas com perguntas semiestruturadas acerca dos objetivos da pesquisa.

de recursos educacionais diversos: merenda escolar, projetos educacionais, recursos do FUNDEB, planejamento escolar, material escolar, finanças municipais.

⁵⁸ Neste grupo, entrevistou-se cinco pessoas, das profissões mais diversas: contabilistas, administradores, turismólogos, economistas etc. Possuíam como meio de renda, atividades empreendedoras que não dependiam diretamente da renda do estado, o que permitiu isenção ao falar de assuntos ligados à administração pública e questões de desenvolvimento. Em outro critério estabelecido, os entrevistados teriam que ser pessoas que tivessem filhos matriculados na rede de ensino local, o que em tese, daria maior propriedade aos depoentes.

⁵⁹ Fez-se 30 entrevistas com esse grupo. Além destas, utilizou-se a aplicação de questionários socioeconômicos com perguntas estruturadas, em busca de dados que pudessem definir a estrutura familiar em que crianças estão inseridas e delinear alguns objetivos da pesquisa. As entrevistas findaram neste número devido à repetição das respostas ao longo da pesquisa, ou seja, houve certa saturação das respostas, o que findou por determinar o tamanho da amostra do grupo pais de alunos.

⁶⁰ Com este grupo, realizou-se oito entrevistas, com um número de perguntas maior em relação aos outros grupos. A intenção foi fazer com esses depoentes disponibilizassem um número maior de informações acerca do sistema educacional em que fazem parte. O que foi muito proveitoso do ponto de vista das insatisfações e impressões observadas pelo pesquisador em campo.

Importa ressaltar que a opção por classificar e denominar os entrevistados somente por “grupos” se faz necessária em função do próprio temor de muitos deles quanto à serem identificados pessoalmente. Fosse isso por medo de represálias ou outros modos de coerção. Precisamente, porque o Estado em suas três instâncias é o provedor maior das famílias oiapoquenses, direta e indiretamente.

Ao se tratar de políticas públicas, há de considerar-se que a intervenção em uma sociedade determinada poderá causar alterações profundas no espaço: tanto no espaço físico ou paisagem, como no caso de uma política de urbanismo. Também, tanto quanto ao espaço social, como das políticas educacionais ou de emprego com a função de mitigar problemas sociais e minimizar as desigualdades.

Neste sentido, Oliveira (1999, p. 23) destaca “O campo político intersocietário costura sua unidade justamente em função de sua condição bicultural, pois é a virtualidade da dupla leitura das ações, dos atores e das motivações que instaura e potencializa a sua existência”. De qualquer modo, a política pública irá impactar, positiva ou negativamente. Quando se institui uma determinada política, ela terá mais impacto em um dado espaço que em outro, mas não se pode dizer que as mudanças ou os efeitos serão isolados, tendo em vista que se vive em um mundo globalizado.

Os tomadores de decisão munem-se de sistemas de informações eficientes que facilitem a análise e observação clara do panorama ao qual se destinam. No entanto, sabe-se que, para que se desenvolva sistemas de informações, há necessidade que se busque graus de escolarização e níveis educacionais elevados, pois requer níveis avançados de tecnologia e, por conseguinte, demanda um nível maior de capital humano, uma vez que a educação de qualidade facilita a absorção e utilização de tecnologias novas, bem como favorece o desenvolvimento dessas novas tecnologias. Nos processos produtivos, o uso maior de tecnologias favorece o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, aumenta a lucratividade e a competitividade.

Com vistas à análise dos dados, buscou-se fazer uma análise integrada de dados quanti-qualitativos. Os resultados foram apresentados em forma de tabelas e gráficos, essencialmente, triangulados com trechos de depoimentos dos entrevistados. Além disso, fez-se a triangulação com documentos textuais⁶¹. Como afirma Chizzotti (1991, p. 58), a transcrição das informações pode ser feita

⁶¹ Legislação, relatórios, dados do IBGE, entre outros.

[...] por meio de notas manuscritas, respeitando-se o vocabulário, o estilo das respostas e as eventuais contradições da fala, ou por meio de gravador. Todas as informações transcritas devem ser passíveis de codificações para serem transformadas em indicadores e índices objetivos de variáveis que se pretende explorar.

É importante salientar que o conceito de triangulação surge na área da topografia e consiste num recurso efetivo para analisar as interseções, os pontos de vista diversos sobre uma problemática determinada, no entendimento de Santos (2009).

Uma visão mais abrangente da problemática em estudo e das perspectivas teórico-metodológicas disponíveis possibilita expandir a compreensão do objeto de pesquisa. Ainda, possibilita avaliar os resultados provenientes da utilização de técnicas diferentes de coleta de dados. Por esse motivo, e como necessidade do próprio objeto de estudo, optou-se pelo estudo misto, quanti-qualitativo.

5 A EDUCAÇÃO REALMENTE INFLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DE OIAPOQUE?

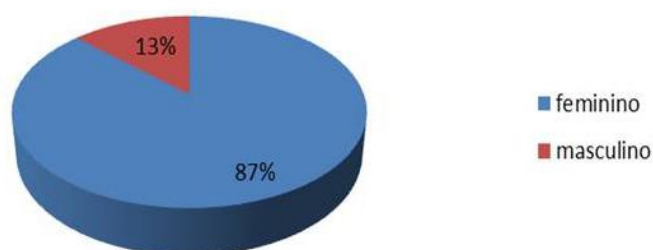
A série de caracterizações abaixo produzida a partir de 30 famílias do grupo “Pais de alunos” no município de Oiapoque. Isso, na intenção de se ter um panorama do nível de educação no município pela ótica dos pais de alunos da rede municipal e estadual, no sentido de se entender o nível educacional e a influência dessa educação no município e das condições de desenvolvimento oferecidas. Importante ressaltar, para esse grupo – Pais de alunos – que além do roteiro de entrevistas, houve a utilização de questionários específicos para o grupo.

5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO ESTUDADA E ANÁLISE QUALITATIVA

Os entrevistados do grupo “Pais de alunos” perfazem um *mix* variado composto de profissionais: desde donas de casa a funcionários públicos, além de estatutários, temporários, autônomos e empregados de estabelecimentos comerciais privados; resguardando o critério de inclusão de terem filhos matriculados na rede pública de ensino, em escolas de nível fundamental e nível médio, para que se buscasse um entendimento mais adequado do quadro educacional por meio da ótica desse grupo que compõe a demanda do sistema educacional. Buscou-se levantar informações diversas do panorama educacional municipal, e a partir do grupo em questão entende-se que esse grupo é o que melhor sente os efeitos de um sistema educacional eficiente ou deficitário.

A distribuição do grupo pais de alunos, como demonstra o Gráfico 1, de acordo com o gênero, consiste em 87% de mulheres versus 13% de homens. Conforme o IBGE (2010), dos 20.509 habitantes do município de Oiapoque, 10.704 são homens e 9.805 são mulheres.

Gráfico 1 - Distribuição do grupo Pais de alunos por gênero, Oiapoque/AP -2010



Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Por sua vez, a Tabela 1 demonstra que 40% do total dos pais de alunos são casados legalmente. A seguir, tem-se no mesmo patamar, solteiros e estáveis com 23%, o que é seguido de divorciados 7%. Apenas, 3% de viúvos.

Tabela 1 – Distribuição do grupo pais de alunos por estado civil, Oiapoque/Ap – 2010

ESTADO CIVIL	NÚMERO	PORCENTAGEM
Casado (os)	12	40%
Solteiro (os)	7	23%
Divorciado (as)	2	7%
Viúvo (as)	1	3%
Estáveis	7	23%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Ao longo das entrevistas, evidenciou-se que o universo feminino é o responsável maior pela condução educacional dos filhos: acompanhamento nas escolas – nas lições de casa – participação em reuniões e demais atividades relacionadas ao aprendizado dos filhos. Isso se explica pelo caráter social ainda muito comum no qual o homem é tido como o provedor maior da família, ficando uma parte significativa do tempo fora de casa em busca do sustento familiar. Isso nem sempre se configura como uma verdade absoluta, uma vez que a participação das mulheres na geração de renda é a cada vez maior, e em parte é a única geradora dos recursos familiares.

São apresentados, a seguir, alguns trechos das entrevistas realizadas com pais de alunos. As indicações das falas estão divididas entre os grupos entrevistados, já mencionados nesta dissertação:

[...] eu pouco me interesse nesse negócio de escola aí, é mais a minha mulher que mexe com as crianças aí, e [...] é mais na rua [...] trabalhando, né? Num [...] cê sabe que taxista não tem hora aqui, né? E quando ele chega, chega pra dormir [...] aí dorme, quando tá [...] já vai pra rua.[...] é mais a mulher que [...] por sinal ela me ajuda também. Tá trabalhando também, de táxi [...] na hora que ela chega, ela passa pra mim[...] aí eu vou. Quando tem uma reunião aí, aí eu libero ela, ela vai pra lá [...] (Pai de Aluno)

[...] olha, sempre eu participo de reunião, vou lá com diretor, pergunto como é que eles estão. Quando eu pergunto pras professoras mesmo, pergunto como é que estão. E eles tão bem na escola [...] (Mãe de Aluno)

Eu acho que eu vou umas seis vezes. Sempre eu estou lá [...] (risos). O meu envolvimento mesmo só é de ir lá [...] saber como eles estão [...] (Pai de Aluno)

Meu envolvimento com a escola [...] é em relação a minha filha que tá estudando.[...] eu vou muito a sala que ela estuda e também na [...] falar com a diretora pra saber, sobre como é que tá a merenda escolar[...]se ela tá se alimentando bem. Porque tudo isso a gente se preocupa, né? (Mãe de Aluno).

Obteve-se as respostas acima quando lhes fora indagado sobre quais programas educacionais conheciam. A interpretação dessas falas evidencia um conhecimento baixo ou nenhum acerca de programas educacionais. Por outro lado, ressalta o papel de destaque que a mulher possui na educação dos filhos e, ainda, na obtenção da renda familiar, inclusive, uma das mães entrevistadas dirige o táxi do marido.

Tais características, que configuram a “jornada dupla” da mulher, são presenciadas em todas as grandes e médias cidades do resto do país. Isso apenas reforça que Oiapoque apresenta características, por mais distante que esteja dos centros grandes, mesmo da capital Macapá, de “cidades grandes”⁶² e como tal, necessita de uma atuação maior do Estado, no sentido de responder às necessidades de uma sociedade local com características globais. Caso contrário e como Martins (2009), torna-se refém dos desmandos do poder privado, sobrepondo-se ao que é público e ao poder público.

De acordo com o PNAD (2009), a distribuição do grupo pais de alunos por grau de instrução caracteriza-se da seguinte maneira: parte grande possui o ensino médio, 40%, seguindo-se de 33% com ensino fundamental, 20% com ensino superior e apenas 7% representaram pais de alunos que não estudaram (Tabela 2). Atualmente, no Brasil, a taxa de analfabetismo entre pessoas acima de 15 anos é de 14 milhões e 100 mil, o que corresponde a 9,7% da população nessa faixa etária. 43,1% da população ocupada possuem o ensino médio e 11,1% da população ocupada têm nível superior.

Tabela 2 – Distribuição do grupo pais de alunos por grau de instrução, Oiapoque/Ap - 2010

GRAU DE INSTRUÇÃO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Não estudou	2	7
Fundamental	10	33
Médio	12	40
Superior	6	20
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Nos temos do IBGE (2011), a taxa de analfabetismo significa a percentagem das pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo, considerando analfabeta – pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Tal realidade é vista como um gargalo enorme do ponto de vista do desenvolvimento, no sentido de que uma escolarização maior da população fornece capital

⁶² Dentre elas, muitos problemas semelhantes. A falta de creches é um deles, mães são obrigadas a levar para o local de trabalho seus filhos por não ter onde deixá-los. É comum ver crianças em comércios brincando em meio aos clientes ou fazendo a lição de casa, expostas aos riscos mais variados.

cultural e intelectual que é utilizado em todos os campos da vida social: mercado, participação política, produção de conhecimento e pesquisa. Conforme comenta Bastos Filho (2001), um movimento em que o indivíduo se destaca como o suporte básico da sociedade moderna.

Ao se destacar e interpretar a palavra indivíduo, surge a importância de se olhar cada ser humano como um pilar dessa teia social. Porém, mesmo se constituindo de pessoas individuais, só funciona em grupo. Daí a importância de se educar a todos, de maneira qualitativa, de modo que, ao invés de promover a adaptação do indivíduo à sociedade, torne o ser humano um agente transformador⁶³.

A Tabela 3 demonstra que seis pais de alunos, correspondentes a 20% do total, são concursados. Isso demonstra que um dos empregadores é, entre os entrevistados, o próprio Estado, por meio do serviço público. Enquanto que 80% dos entrevistados ou são regidos pela CLT ou são autônomos.

Tabela 3 – Distribuição do grupo Pais de alunos segundo o trabalho em serviço público, Oiapoque/Ap – 2010

SERVIÇO PÚBLICO	NÚMERO	PORCENTAGEM
SIM	6	20%
NÃO	12	80%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo, (2010).

Ao se cruzar as informações entre quantas pessoas moram em cada residência e quantas trabalham, notou-se que, em média, dois membros são responsáveis pelo sustento da família. Ainda, em cada residência, moram cinco pessoas, o que evidencia uma densidade grande por residência. De fato, existe um total de três filhos em cada família.

Quando questionados sobre a ocupação formal ou informal (Tabela 4), ou seja, com ou sem carteira assinada, (33%) dos pais de alunos responderam que trabalham de modo formal e 67% trabalham informalmente. Segundo o IBGE (2010),⁶⁴ a população ocupada de Oiapoque é de apenas 1.366 pessoas, do total de 20.509 habitantes, isso corresponde a 6,7% da população.

⁶³ Freire (1979) destaca em seu trabalho intitulado “Educação e Mudança” que o ser humano, há de transformar a realidade para ser mais. No sentido de que busque, ao ter consciência plena da sua realidade, maneiras criativas, com seu trabalho, de resolver os problemas identificados.

⁶⁴ Último recenseamento.

Tabela 4 – Distribuição do grupo Pais de alunos segundo a ocupação formal, Oiapoque/Ap – 2010

TRABALHO FORMAL	NÚMERO	PORCENTAGEM
SIM	10	33%
NÃO	20	67%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Um dos entrevistados – pai de aluno – em um grupo de 10 empregados formalmente é servidor por contrato temporário. Ao analisar-se que três dos 10 empregos formais gerados provêm da iniciativa privada, torna-se evidente que o Estado apresenta caráter de destaque na geração de emprego e renda entre os entrevistados, tendo em vista que 67% estão na informalidade e somente 33% estão no setor formal. Combinação perigosa, uma vez que segundo Velho (1979), o autoritarismo, em muitos casos acaba por emergir da articulação entre o poder político e o econômico no mais puro modo de dominação.

A economia local está baseada em serviços e comércio de mercadorias secundárias, a qual, em sua maioria, tem caráter de informalidade, o que é claramente evidenciado no centro comercial. Nesse, pode-se ver a quantidade de estabelecimentos comerciais. Dentre essas, tem-se venda de confecções, calçados e alimentos, bem como vendedores ambulantes os quais comercializam desde a farinha de mandioca a produtos eletrônicos “importados”, provavelmente oriundos por meio de via ilegal.

Um dos entrevistados do grupo “Profissionais Liberais” fez alusão a essa economia de forma a considerá-la uma “economia ilegal”. Essa correlação refere-se à dependência do dinheiro do garimpo, que há “uns vinte anos” foi muito intensa, mas que nos dias atuais é somente lembrança. Ainda hoje, perpassa pelo imaginário de muitos a ideia de que em Oiapoque “corre muito dinheiro”; porém, o garimpo já não é uma realidade tão atraente e eficiente, como destaca um depoente:

[...] quando o garimpo quebrou né? Muitos comércios já[...] muitos empresários foram embora daqui do Oiapoque, que gerava emprego[...] A atuação é como te falei, pouquíssima, né? Pouquíssima mesmo [...] (Economista - Profissional Liberal)

Uma fala retrata o que essa relação comercial, entre Oiapoque e Guiana Francesa, de caráter informal, representa ao município:

[...] eles compram muito aqui, compram muito aqui [...] é mais produto comércio ali [...] comércio [...] isso, esse tipo de produtos. Eu sei que eles compram muito aqui, o dinheiro é muito bem vindo. Acho até que eles são exaltados demais, já que nós não temos esse mesmo direito lá [...] então a gente sabe disso, a meu ver, eu acho que o, o [...] o dinheiro deles [...] não sei né [...] muitas pessoas dizem ah porque[...]quando

chega no final de semana, um período assim que eles vem muito aqui, é que eles tem trânsito livre aqui, ao contrario de nós [...] que não temos lá [...] é[...] eles são muito bem-vindos[...] eu já não vejo nesses olhos, nessa[...] parceria[...] isso não é parceria, esse, como é que se diz?[...]jessa[...] vinda deles até aqui[...] uma opinião minha[...]é uma outra relação. Então muito[...] comércio, muitos comerciantes, amigos nossos, conhecidos, tudo[...] não pensam assim, né?[...] (Economista - Profissional Liberal)

O depoimento acima demonstra a relação de comércio que é estabelecida entre os dois lados, baseada na venda de mercadorias de primeira ordem; ao mesmo tempo em que ressalta pontos os quais exigem grandes debates: de que forma se dá esse comércio? Para quem ele é benéfico? E como criar estratégias que favoreçam o município de Oiapoque?

Existe uma dependência grande dos comerciantes brasileiros em relação aos turistas guianenses, isso explica a posição na qual se coloca o povo oiapoqueense: de subserviência e de dependência do dinheiro de “quem vem de lá”, do turismo dos finais de semana. Como em uma economia de mercado, o preço determina as relações e o lucro é a principal instituição, conforme aponta Singer (2010); e como defendem Pindyck e Rubinfeld (2005), no município de Oiapoque, a situação não é diferente; no entanto, as trocas podem ser mútuas e benéficas.

Atualmente, a moeda Euro equivale, em média, a R\$ 2,22 e, teoricamente, em relações comerciais, ganham os comerciantes locais e os empregados diretos, bem como outros comerciantes. É uma cadeia de comércio muito importante à sobrevivência da economia local. Porém, segundo Souza (1999), manter uma economia dependente de poucas fontes de recursos é um risco à estabilidade e à diversificação da economia.

O comércio teria que ser apenas uma das atividades importantes, não a única. Em Oiapoque, a dependência desse comércio é elevada ao extremo e a expectativa dos comerciantes locais é que o comércio e o turismo intensifiquem-se com a conclusão da ponte binacional⁶⁵. Isso porque, como destacado no trabalho organizado pelo Instituto Oecuménique au Service du Développement des Peuples (INODEP)⁶⁶ (2008, p. 75), “[...] a infraestrutura da sociedade dependente é manipulada pela vontade da sociedade dominante”.

⁶⁵ Existe expectativa grande de melhorias com a conclusão da ponte, mas esse tipo de esperança se restringe aos ligados diretamente à atividade comercial da venda de mercadorias e comerciantes ligados ao entretenimento, como bares e restaurantes. Entretanto, esse pensamento que não é compartilhado pelas classes mais populares – os moradores. O fato é que a economia de Oiapoque sofre grande influência da economia da Guiana francesa, em grau diverso.

⁶⁶ Órgão cujo presidente foi Paulo Freire em 1970.

A renda é um dos aspectos mais importantes no contexto familiar. Por exemplo, ao se calcular a média salarial dos 30 pais de alunos (Tabela 5), chega-se a um valor confortável e razoável para os padrões locais. Nesse caso, a média é de R\$ 1.561,27⁶⁷.

Tabela 5 – Distribuição do grupo pais de alunos por renda mensal, Oiapoque/Ap – 2010

RENDA MENSAL	NÚMERO	PORCENTAGEM
>Até 1 salário mínimo	7	23%
> de 1 a 2 salários mínimos	8	27%
> de 2 a 3 salários mínimos	7	23%
>acima de 3 salários mínimos	8	27%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Quando analisadas as médias individuais, por nível educacional,⁶⁸ tem-se a comprovação de que esse critério é relevante do ponto de vista do nível de renda das famílias: sete pais de alunos, correspondente a 23%, possuem o nível fundamental e recebem em média R\$ 431,37 cada; oito pais encontram-se na escala de um a dois salários mínimos, recebendo R\$ 784,75; os pais da escala de dois a três salários mínimos recebem em média R\$ 1.320,00 cada; já os da escala acima de três salários recebem na faixa de R\$ 3.537,50. Em termos absolutos, essa última parcela recebe por mês, somados os montantes, R\$ 28.300,00 para o sustento de suas famílias.

O nível educacional fundamental é preponderante entre os que recebem até um salário mínimo. Já o nível médio é a instrução principal entre os que recebem de um a dois salários mínimos. O nível superior é a principal escolaridade entre os que recebem renda mensal acima de três salários mínimos, ficando a maior parte da renda concentrada nesse grupo, ou seja, quanto maior a escolaridade, melhores são as recompensas salariais.

Quando se analisa a renda média, tem-se um valor relativamente alto. Mas, a princípio pode denotar uma situação financeira mais confortável às famílias entrevistadas, principalmente quando se compara com a renda per capita de Oiapoque que é, de acordo com o IBGE (2010), de R\$11.567,08. De acordo com Januzzi (2006), a renda per capita é um indicador econômico que mede o valor total de bens e serviços finais, produzidos internamente em um país relativamente ao tamanho da sua população.

⁶⁷ Por tratar-se de média, não significa que todas as pessoas recebam exatamente tais valores, pois há disparidades grandes nos ganhos das famílias. Por esse motivo, optou-se por estabelecer escalas de valores para retratar mais fidedignamente as diferenças de renda e se fizesse o cruzamento entre os níveis salariais e o nível educacional.

⁶⁸ Superior, médio, fundamental.

No entanto, a desigualdade de renda aparece quando se observa as médias por faixa de ganho, em que a faixa com nível salarial menor é composta por pessoas com somente o ensino fundamental e a faixa com ganho maior é composta por pessoas de nível superior, completo ou cursando⁶⁹. Barros, Henrique e Mendonça (2002) destacam que a heterogeneidade de renda está intimamente ligada à heterogeneidade educacional, em uma relação diretamente proporcional⁷⁰.

A depender dos mercados e da resposta que esses mercados atribuem ao nível educacional, será maior a desigualdade, como um processo que se retroalimenta em um círculo vicioso, principalmente em uma economia como a de Oiapoque. Essa tem problemas estruturais sérios e carência de mão-de-obra qualificada. Segundo relatório de levantamento de demanda profissional realizado pela SEMED local, o sistema educacional de Oiapoque necessita de 157 profissionais para serem distribuídos entre as 15 escolas municipais.

Quanto ao processo de criação de “massa crítica”, Aragón (2001) afirma ser altamente necessário, quando se pensa em eliminação de desigualdades e aproveitamento de oportunidades. No entanto, o modelo de desenvolvimento nacional atual tende a aprofundar a desigualdade entre os escolarizados e não escolarizados. Cestamente, é essa a resposta dada pelo mercado.

Seguem-se abaixo as Tabelas 6, 7 e 8, quanto à distribuição do grupo por “Casa Própria”, “Água encanada” e “Condições de consumo”. Observa-se na Tabela 6 que 73% dos entrevistados possuem casa própria. No que diz respeito à Tabela 7, a maioria dos que responderam sim – se possuíam água encanada – consideram como água encanada a proveniente de poço artesiano, realidade que corresponde à maioria dos moradores. Isso porque a água oferecida pela empresa de fornecimento de água encanada⁷¹ não oferece a qualidade adequada para o consumo.

Tabela 6 – Distribuição do grupo pais de alunos por casa própria, Oiapoque/AP – 2010

Casa própria	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	22	73%
Não	8	27%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo, (2010).

⁶⁹ Durante as entrevistas, ao longo da pesquisa de campo, ficou evidente que o nível educacional é relevante quando se busca observar, por meio da fala dos entrevistados, questões como consciência das condições políticas do município, da situação educacional e a visão crítica quanto a governos e condições de desenvolvimento, no sentido de que é mais presente e forte entre as pessoas de nível educacional mais elevado.

⁷⁰ Enfim, quanto maior a heterogeneidade educacional, maior a diferença na renda.

⁷¹ CAESA: empresa responsável pelo fornecimento de água encanada em Oiapoque e no restante dos municípios do Amapá.

Tabela 7 – Distribuição do grupo pais de alunos por disponibilidade de água encanada, Oiapoque/AP – 2010

Água encanada	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	7	23
Não	23	77
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

No entanto, quando os entrevistados respondem “sim”, se consumiam água em condições boas de consumo, sempre complementaram suas respostas com “poço Amazonas” (Tabela 8). Desse modo, referiam-se à água dos poços artesianos, feito por conta própria. A distinção entre a água que vem da CAESA e a dos poços aparece quando perguntado se possuíam água encanada, 77% responderam que não.

Tabela 8 - Distribuição do grupo pais de alunos por disponibilidade de água em condições de consumo, Oiapoque/AP – 2010

Água em boas condições de consumo	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	24	80
Não	6	20
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A questão da água é essencial no que tange ao desenvolvimento humano. Isso por estar ligada à questões como mortalidade infantil, saúde pública e saneamento básico, por ser a principal fonte de vida. Para Howard e Bartram (2003), existe o acesso à água quando a fonte de abastecimento está situada a até 1 km de distância e o tempo gasto para atingi-la é, no máximo, 30 minutos.

Na acaliação da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), 152 milhões de pessoas na América Latina e Caribe não têm acesso à água. Dentre essas, existem as que se deparam com deficiências no provimento da água e precariedade nos serviços básicos de saneamento. No Brasil, segundo o IBGE (2001), dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) apontaram que as apreensões em relação às condições de saneamento ambiental são pertinentes e emergentes.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabeleceu, mediante documento intitulado "Objetivo de Desenvolvimento do Milênio", metas para garantir a sustentabilidade ambiental. Precisamente conforme o PNUD (2005), a proposição é a de que, até 2015, se reduza em 50% a proporção da população atual sem acesso permanente e sustentável à água segura. Entretanto, caso não haja investimento dos gestores públicos em

ações de intervenção na melhoria da qualidade da água, além do acesso à rede de saneamento, o ciclo da pobreza (Figura 1), decorrente da falta de saneamento ambiental e o acesso precário à água, será difícil de se romper.

Figura 1-Água, saneamento e o ciclo da pobreza



Fonte: Adaptado de WHO/Unicef 2005.

A falta de acesso à rede de saneamento causa impacto, de modo acentuado, às famílias de renda menor, que apresentam inúmeros problemas de saúde. A fala de uma mãe de aluno que também é funcionária da rede municipal de saúde destaca essa condição:

Falta esgo [...] (nesse momento a entrevistada começou a rir) é [...] água encanada, né? {fale um pouco sobre a sua área⁷²} Ah da saúde tá [...] anda péssima esse tempo [...] que, o que, que mais o PE [...] a população pede é o cloro, né? então ficou em falta, agora é que tá vindo. Aí nunca dava de a gente cobrir a área, né? Sempre ficava uma, uma rua sem [...] não tinha o cloro, então nesse tempo agora, da seca, é o tempo que dá mais mesmo diarreia, vômito nas pessoas por causa do verme, né? [...] por causa da água, porque aqui não é tratada (Mãe de Aluno).

Por não ser tratada, a água oferecida em Oiapoque é um risco à saúde da população, pois causa diversos tipos de doenças e parasitoses, dentre elas a verminose. Segundo Oliveira; Simões (2006), melhores condições de saúde e saneamento diminuem consideravelmente o nível de mortalidade nas populações menos favorecidas.

⁷² Neste momento, solicitou-se à entrevistada que falasse sobre sua área de atuação.

Do ponto de vista estrutural das moradias das famílias, tem-se a seguinte configuração: 77% dos entrevistados moram em casa de alvenaria, 17% em casa de madeira e 6% em construções mistas, de madeira e alvenaria; do total⁷³ entrevistado, 87% possuem fossa séptica em suas residências, seguido de 13% de domicílios sem esse recurso; quando se observa os dados sobre o asfaltamento das ruas, identificam-se valores semelhantes, uma vez que 53% moram em ruas sem asfalto, contra 47% que moram em ruas asfaltadas⁷⁴; quanto à disponibilidade de banheiro interno nas residências, a maioria, 83% dos entrevistados responderam que havia, enquanto 17% desproviavam dele (Tabela 9, na página a seguir).

As condições estruturais são fundamentais quando se pensa em desenvolvimento. Isso porque as famílias são fundamentais e o primeiro sustentáculo do sistema educacional pelo oferecimento de condições adequadas aos educandos para que possam se desenvolver plenamente em sua vida escolar. Sandroni (2003) destaca que as condições sanitárias e estruturais são pontos chaves no momento de se avaliar as diferenças de desenvolvimento entre os países.

No que se refere ao município de Oiapoque, há muito que avançar e investir, ou seja, quanto às oportunidades de geração de emprego e renda. Mais: em regiões onde o atendimento é extremamente deficiente, o ganho dos investimentos são mais sentidos e tem maior peso. Uma atração eficiente de serviços de infraestrutura que atendam à população é fundamental ao desenvolvimento econômico desse município com capacidade ampla de absorção de mudanças.

⁷³ 30 entrevistados.

⁷⁴ É importante observar que o asfaltamento de ruas é mais visível no centro da cidade. Ao visitar-se as áreas periféricas do município, constata-se a completa inexistência de asfalto. Também, não há no município qualquer possibilidade de tratamento de esgoto, que deságua diretamente no rio Oiapoque. O que é um problema grave, visto que a água das torneiras das famílias é retirada desse mesmo rio.

Tabela 9 – Distribuição do grupo pais de alunos – Características do domicílio e infraestrutura urbana, Oiapoque/AP – 2010

MATERIAL DE CONFEÇÃO DAS PAREDES	NÚMERO	PORCENTAGEM
Alvenaria	23	77%
Madeira	5	17%
Mista	2	6%
TOTAL	30	100%
INSTALAÇÃO SANITÁRIA		
Fossa séptica		
Sim	26	87%
Não	4	13%
TOTAL	30	100%
DISPONIBILIDADE DE RUA ASFALTADA		
Sim	14	47%
Não	16	53%
TOTAL	30	100%
ACESSO À REDE DE ENERGIA ELÉTRICA		
Sim	30	100%
Não	0	-
TOTAL	30	100%
BANHEIRO DENTRO DE CASA		
Sim	25	83%
Não	5	17%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Ao analisar-se o nível de acesso a computadores em casa e acesso à *Internet*, pode-se inferir que a rede virtual ainda não é uma realidade nos lares oiapoqueenses, conforme se observa na Tabela 10, mais adiante. Isso porque 73% dos entrevistados afirmaram não possuir computador em casa. O percentual que não possui acesso à *Internet*⁷⁵ ficou no mesmo patamar, em 70%. A *Internet* em casa⁷⁶ é uma realidade ainda mais distante, 93% não possuem internet em casa.

Um dos fatores é o custo alto de se possuir o sinal de rede em casa. Também, o nível baixo de tecnologia no oferecimento desse serviço, que desestimula a contratação do serviço. Nos dias atuais, a *Internet* é considerada um importante veículo de informação e uma fonte excelente de acesso ao conhecimento.

⁷⁵ Acesso em qualquer lugar: trabalho ou em *lan house*, localizadas principalmente no centro. O acesso à internet é feito por via rádio, em que a velocidade de conexão é inferior a modalidades banda larga.

⁷⁶ Os entrevistados que possuem acesso em casa, em sua totalidade, apresentam nível superior e nível de renda mais elevados em relação ao restante. Verificou-se na pesquisa de campo por meio da observação, pois realizou-se as entrevistas nas residências dos depoentes. Isso põe em evidência mais uma faceta da desigualdade entre escolarizados e não escolarizados, que recai novamente na discussão acerca da quantidade de recursos financeiros e não financeiros disponíveis e acessados pelos mais escolarizados.

Tabela 10 – Distribuição do grupo pais de alunos por acesso a computador e internet, Oiapoque/AP – 2010

COMPUTADOR EM CASA	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	8	27%
Não	22	73%
TOTAL	30	100%
ACESSO À INTERNET		
Sim	9	30%
Não	21	70%
TOTAL	30	100%
INTERNET EM CASA		
Sim	2	7 %
Não	28	93%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

As instituições públicas e privadas⁷⁷ têm sua base de dados e informações computadorizadas, dado que pode facilitar e restringir, ao mesmo tempo, o acesso da população. Quem não domina tais ferramentas fica fora desse caminho, que parece não ter volta. Goodchild; Appelbaum e Harthorn (2000) ao destacarem a importância crescente da informação espacial⁷⁸ e a necessidade de técnicas para se manipular tais informações ressaltam a urgência de se buscar graus de escolarização cada vez maiores, pois o acesso requer níveis avançados de tecnologia. Desse modo, tecnologia e educação formal caminham juntas, em uma realidade cada vez mais complexa.

Hanushek (2005) aponta que há uma relação forte entre a qualidade da educação e o desenvolvimento econômico. A mensuração quantitativa disso aprofunda-se na utilização cada vez mais comum de bancos de dados e de indicadores. Também, há de se ter o desenvolvimento de habilidades cognitivas individuais.

Ao se ter perguntado aos pais se os filhos trabalhavam para complementar a renda da família (Tabela 11), somente dois responderam que sim. Esse total corresponde a 7% das famílias do grupo⁷⁹. Quanto a trabalharem de carteira assinada, em uma das famílias cujos três filhos possuem emprego, um trabalha de carteira assinada e dois trabalham sem carteira assinada. Já na outra família, os dois filhos que trabalham o fazem de modo formal, com carteira assinada.

⁷⁷ Ao menos as de porte grande.

⁷⁸ Que diz respeito às necessidades específicas de cada local.

⁷⁹ Mas isso também tem uma explicação: as famílias escolhidas deveriam ter filhos matriculados na rede municipal e estadual de ensino, o que joga a média de idade para valores baixos. A intenção dessa pergunta era identificar se havia crianças trabalhando para complementar a renda da família. Não se identificou nenhuma criança. Os que trabalhavam apresentavam idade acima de 17 anos.

Tabela 11 – Distribuição do grupo pais de alunos – filhos que trabalham para auxiliar na renda, Oiapoque/AP – 2010

Filhos que trabalham para auxiliar na renda	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	2	7%
Não	28	93%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Dos entrevistados, somente 23% recebem bolsa escola (Tabela 12). Esse é o Programa Bolsa-Família, criado pela Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 (IBGE, 2011). Conforme o IBGE (2011), essa Lei foi regulamentada pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, e destina-se à transferência de renda direta às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Tabela 12 – Distribuição do grupo pais de alunos – benefício bolsa escola, Oiapoque/AP – 2010

Recebe bolsa escola	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	7	23%
Não	23	77%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A atender-se aos critérios de inclusão no programa, as famílias comprometem-se em matricular e garantir a permanência das crianças e jovens na escola. Essa condição é um instrumento importante de inclusão social (IBGE, 2011). O objetivo desse programa é combater, conforme o IBGE (2011), a evasão escolar (fugas, faltas) e estimular, encorajar a ida à escola pelo acompanhamento individual. Isso em razão da baixa frequência do educando e do abandono à escola.

Este é o programa governamental mais conhecido entre as famílias, o que demonstra um desconhecimento quase total dos programas do governo federal. Freire (2010) destaca que o acesso à educação e às informações municipais, de um modo geral, os indivíduos atuantes socialmente. Isso está relacionado ao seu modo de atuação na sociedade, que será mais eficaz conforme o nível de consciência dos problemas que enfrentam.

O mundo do trabalho está intimamente ligado ao mundo escolar. Seja do ponto de vista de uma consciência crítica, seja do ponto de vista da produtividade das economias; uma vez que, como destaca Hanushek (2005), a educação é um sinalizador da produtividade individual de cada trabalhador. Também, é um mecanismo importante que desenvolve as habilidades desse trabalhador, isso é ela cria a produtividade, e não só a revela.

Em um total de crianças que estudam,⁸⁰ nas famílias pesquisadas, há um gasto de 16 minutos para chegar à escola, tendo em vista que a distância de suas residências para a escola é pequena. Nos casos relativamente afastados, como normalmente a escola do vilarejo Clevelândia se utiliza transporte escolar público ou, como em outros casos, as crianças vão para a escola em carros particulares, de familiares (Tabela 13). Esses dados demonstram que o acesso à escola não é a causa da evasão escolar.

Tabela 13 – Distribuição do grupo pais de alunos por filhos que utilizam transporte escolar público, Oiapoque/AP – 2010

Transporte escolar público	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	16	53
Não	14	47
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Ao se perguntar se os filhos dos entrevistados assistiam aulas de informática (Tabela 14), 63% responderam que não; 33% responderam que sim; apenas 3% não sabiam responder se os filhos usufruíam desse saber tecnológico. Quanto a possuírem aulas de idiomas na escola pública (Tabela 15), 57% responderam que sim, seguido de 33% que não e 10% não souberam responder se os filhos aprendiam outra língua estrangeira.

Tabela 14 – Distribuição do grupo pais de alunos por filhos que têm aula de informática na escola, Oiapoque/AP – 2010

Aula de informática	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	10	33,33
Não	19	63,33
Não sabe	1	3,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Tabela 15 – Distribuição do grupo pais de alunos por filhos que têm aula de idiomas na escola, Oiapoque/AP – 2010

Aula de idiomas	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sim	17	57
Não	10	33
Não sabe	3	10
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

⁸⁰ 75 crianças compõem o universo de estudantes do total das famílias entrevistadas.

Esta resposta importa porque traz consigo mais uma prova da influência exercida pela fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Isso porque o idioma que se estuda nas escolas locais é a língua francesa. Essa escolha tem a ver com um esforço no sentido de preparar a mão-de-obra para o mercado de trabalho.

5.2 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE – BARREIRAS A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Entende-se por educação de qualidade aquela que desenvolve a visão crítica dos educandos, ao mesmo tempo em que favorece o seu preparo para o mundo, cada vez mais complexo e interligado às questões mundiais, globalizado. O preparo⁸¹ é essencial para lidar com as questões⁸² atual da sociedade. Aliás, isso é condição necessária para tratar com questões cada vez mais interligadas e que se modificam rapidamente.

Oiapoque possui 15 escolas municipais e duas estaduais. Desse total de escolas municipais, oito encontram-se na área urbana e sete estão situadas na área rural, orientadas por modos diversos de se fazer escola e de se buscar o desenvolvimento dos alunos. No entanto, a realidade dessas escolas é muito parecida no que diz respeito à qualidade educacional e aos demais problemas enfrentados, tendo pontos diversos em comum, por meio dos quais emerge uma questão grande no panorama educacional atual de Oiapoque. Nesse ponto cabe a pergunta: se está oferecendo uma educação de qualidade às crianças e aos jovens de Oiapoque?

Neste sentido, entrevistou-se, com auxílio de gravador digital, 50 pessoas, divididas em grupos,⁸³ aqui entendidas como atores sociais relacionados direta e indiretamente com o sistema educacional de Oiapoque. É por meio da fala desses atores que se busca responder o problema construído de pesquisa: as políticas públicas educacionais no município de Oiapoque estão sendo efetivas na promoção do desenvolvimento econômico, tanto do ponto de vista da gestão dos recursos materiais, quanto da melhoria da qualidade de vida das pessoas?

⁸¹ Sen (2001) denomina preparo social a capacidade dos indivíduos de lidar com questões sociais e econômicas. Em um tipo de desenvolvimento no qual o indivíduo tenha todas as suas liberdades atendidas e asseguradas.

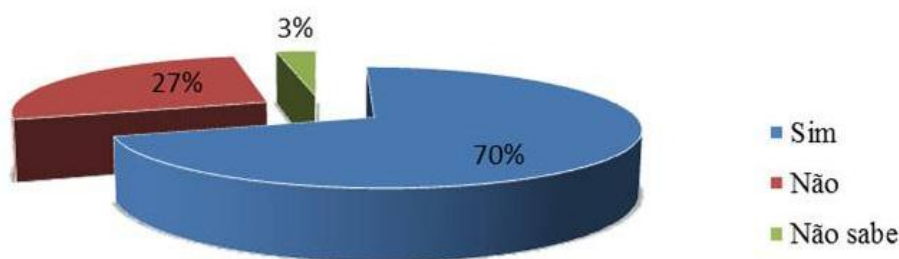
⁸² Dentre elas: economia de geração de emprego e renda; sociedade de participação e responsabilidade por si e pelo outro; além de políticas de consciência e observância aos problemas do município na escolha dos governantes mais preparados e capazes.

⁸³ Grupo 1- gestores públicos; grupo 2- profissionais liberais; grupo 3- pais de alunos; grupo 4- professores.

Todos os entrevistados foram unânimes em suas respostas. Eles consideram a educação oferecida em Oiapoque como uma educação de qualidade baixa. Nessa direção, motivos diversos concorrem para que não seja viabilizada uma educação de qualidade⁸⁴.

Uma das barreiras apontadas por diversos entrevistados é a falta da merenda escolar. Os pais de alunos do grupo 2, quando indagados se “a escola do seu filho possui merenda escolar”, no total de 21 atores sociais 70% responderam sim, que seus filhos recebem merenda escolar; oito deles 27% responderam que seus filhos não recebem merenda escolar (Gráfico 2). Porém, complementaram suas respostas com “às vezes” e/ou com “baixa frequência” e apenas 3% não souberam responder se seu filho a recebe.

Gráfico 2 – Distribuição do grupo de Pais de alunos por filhos que usufruem a merenda escolar, Oiapoque/AP-2010.



Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Uma interpretação mais apurada e fundamentada das entrevistas gravadas aponta que em Oiapoque há irregularidade no oferecimento da merenda escolar. Em uma análise situacional, tal comportamento pode ocasionar certo impedimento ao dia-a-dia escolar desses alunos, tendo em vista que muitos alunos vão à escola na intenção, exatamente, de receber a merenda escolar. Muitas vezes, a merenda finda por ser a “refeição única” a que tais crianças têm acesso.

O depoimento de uma professora (grupo 4) acerca desta realidade e que é uma das principais escolas do município retrata o cenário que segue:

[...] uma merenda de qualidade nas escolas nós não temos... até agora, hoje não teve merenda escolar, e nossa escola não oferece merenda [...] quando não, é só arroz, é mingau de arroz e mingau de aveia, só um nescau com bolacha...aí vão reclamar, né?

[...]. Olha, aqui têm alunos muito carentes, eu tenho [...] na sala mesmo tem, tem aluno que chega [...] quando ele chega, “professora, hoje não vai ter merenda?” Já chega pensando na merenda, já. Porque já veio, já veio de casa e não almoçou. Eu

⁸⁴ Destacou-se somente os que se repetiam nas falas dos entrevistados.

me sinto mal às vezes dentro da sala, quando chega três ou quatro: “professora, hoje vai ter merenda?” Eu digo: – não. Aí já se sente triste na cadeira, porque ele já vem de casa pensando no lanche, já dá na escola, aí é muito triste, eu [...] sinceramente [...] existe situação na escola {Já está há quanto tempo sem merenda na escola?} olha, semana passada, ainda teve dois dias, e [...] eu acho que passou duas semanas sem merenda [...] aí semana passada teve dois dias, aí essa semana já não teve, e assim vai [...] quando tem assim é um mingau, ou mingau de arroz, ou mingau de aveia[...] teve um meu que disse que não toma mais mingau porque a barriga dele já tava azeda já, de tanto mingau. Aí teve um dia mingau de milho, aí o meu aluno disse que não ia tomar mingau de milho porque ele não era galinha, aí fica complicada a situação da criança (Professora).

[...] às vezes chega cedo demais, então [...] às vezes, ‘não porque chegou cedo’[...]‘não, porque não tem merenda’⁸⁵.[..]tem que vir cedo aí eu [...] vejo essas coisas, então é dessa forma que eu...sim dessa forma (Pai de Aluno).

O fornecimento da merenda escolar é assunto importante por estar intimamente relacionado à qualidade educacional, tendo em vista que influencia diretamente no tempo de permanência do aluno na escola⁸⁶.

A falta de merenda modifica a rotina dos alunos nas escolas. Professores relataram que já foram obrigados a “liberar os alunos mais cedo” por não terem como “prender a atenção” deles por muito tempo, exatamente por falta de alimentação. Identificou-se, ainda, na fala de um pai, o mesmo tema, ao exemplificar o seu filho chegando a sua casa cedo, antes do término da aula, por falta de merenda escolar.

A dispersão se torna evidente e isso interfere diretamente no aprendizado e na fixação dos conteúdos ensinados em sala de aula. O interessante é que a secretaria de educação possui nutricionista responsável pelo cardápio das escolas. No entanto, a falta de recursos pode ser apontada como a dificuldade principal em se ter um cardápio variado que atenda à comunidade escolar de modo eficaz.

Uma segunda barreira identificada é a condição estrutural, ou seja, as condições físicas das escolas. A seguir, algumas falas explicitam o porquê de as condições estruturais serem consideradas barreiras à educação de qualidade:

[...] eu acho que a qualidade, não tá ainda [...] né? Se tivesse pelo menos uns 70% (setenta) tava bom, mas acho que nem chega a isso (Gestor Público).

[...] nós temos escolas que não têm espaço, né? Crianças que [...] salas de aula superlotadas e, e salas pequenas, superlotadas. Aí não tem como a criança apreender, ter uma educação de qualidade, se a escola, a sala de aula é quente [...] tá (pausa) superlotada, pequena, não tem quase ventilação[...] então acho que (pausa) de

⁸⁵ As aspas simples indicam a reprodução da fala dos filhos feita pelo entrevistado, para elucidar sua resposta acerca dos motivos que o fazem verificar a rotina dos filhos.

⁸⁶ A tendência nacional é, seguindo exemplos internacionais, que as políticas encaminhem-se para proporcionar um tempo maior de permanência do aluno na escola.

qualidade não está sendo ainda não, não está sendo mesmo [...] a infraestrutura não está ajudando para uma educação de qualidade (Gestor Público).

A gente tem muita dificuldade, em questão, principalmente da infraestrutura[...] nós estamos ensinando[...] a maioria dos prédios da escola do município são alugados [...] isso influencia muito numa educação de qualidade (Professor).

Não, não, infelizmente não, por várias circunstâncias [...] a questão mesmo de estrutura, né? [...] (Gestor Público)

Estrutura física, nós não temos estrutura física (Professor).

Apontada na fala dos entrevistados, a infraestrutura diz respeito ao tamanho das escolas que é reduzido para o número elevado que crianças⁸⁷; à ausência de salas de informática⁸⁸ e locais adequados para leitura; à falta de locais apropriados para a prática de atividades esportivas⁸⁹; e às salas de aula que são pequenas⁹⁰ e, na maioria dos casos, sem ventilação adequada, uma vez que possuem ventiladores somente.

O fato de o município possuir apenas dois prédios de escolas próprios dificulta ainda mais o acesso a certos recursos federais que exigem prédios próprios⁹¹. Na maioria dos casos, os prédios são estabelecimentos comerciais nos quais, alugados para o município, funcionam como escolas. Porém, sem oferecer a estrutura adequada a funcionários e alunos, sendo exemplar o prédio da Escola Municipal Educandário ABC⁹².

Soares e Sátyro (2008) ressaltam que em economias em desenvolvimento,⁹³ a infraestrutura tem papel relevante na qualidade de ensino das escolas com situações piores em relação às de situação melhor. O efeito do oferecimento de mais insumos é extremamente importante aos resultados educacionais. Todavia, isso não significa que somente o oferecimento de mais infraestrutura suplante uma gestão ineficiente ou condições socioeconômicas familiares precárias, bem como a quantidade de capital cultural proveniente das famílias dos educandos.

⁸⁷ Informação importante no que concerne a este item: o fato de a cidade ser uma “cidade de trânsito”, nas palavras de um diretor de escola, a estrutura física para atender a demanda de alunos é basicamente insuficiente porque ela aumenta constantemente por conta da migração constante em busca de emprego nos garimpos.

⁸⁸ Identificou-se isso somente na escola Maria Leopoldina – uma das principais escolas de ensino fundamental – no entanto, essa sala está cedida para a secretaria de educação para aplicação do Projeto Proinfo, que tem a função de disseminar a inclusão digital entre os alunos. Segundo pais de alunos, a fila de espera para participar desse projeto é extensa e, como as vagas são reduzidas, muitos alunos ficam de fora do projeto.

⁸⁹ Existem quadras de esporte somente nas escolas estaduais.

⁹⁰ As duas escolas de Clevelândia são as que possuem maior espaço para os alunos em relação às da área urbana.

⁹¹ O recurso do programa Dinheiro Direto na Escola só pode ser entregue de acordo com algumas exigências e uma delas é que a escola possua prédio próprio, a única escola que teve acesso a esse recurso é a escola Maria Leopoldina, que possui prédio próprio, o restante das escolas não pôde acessar o recurso.

⁹² Nessa escola, a falta de espaço é tamanha que inclusive a sala da diretoria foi cedida para se criar uma sala de aula.

⁹³ Pesquisa que relaciona a infraestrutura à qualidade educacional. Considerou-se além de outros dados e uma série de dados estatísticos, variáveis como a distorção idade/série, a quantidade de professores de nível superior, o oferecimento de merenda escolar e a quantidade de horas que o aluno permanece em sala de aula.

O que se entende a partir das conclusões da pesquisa citada é que, quando se trata de qualidade educacional, todos os fatores têm que ser observados atentamente, principalmente em sistemas de maior carência de infraestrutura, como é o caso de Oiapoque. Assim sendo, a política pública tem papel preponderante na obtenção de melhores resultados sociais, uma vez que ela é constituída via ordenamentos direcionados especificamente para determinados fins, a ser oferecida com eficiência e eficácia. No entanto, os resultados esbarram na capacidade dessa política pública ser gerida de modo adequado e conduzida com o máximo de adequação e esforço e em direção à qualidade proposta.

A falta de material didático-pedagógico é uma constante na rotina de professores. Esse é um componente essencial ao processo de ensino-aprendizagem ou como uma professora destaca é um “material de apoio”. Isso ocorre tanto nas escolas da rede municipal quanto estadual, o que prejudica sobremaneira o aprendizado dos alunos e o andamento normal do ensino nas escolas.

5.3 A PARTICIPAÇÃO ENTRE A ESCOLA, A SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO, QUAIS SÃO OS ENTRAVES?

As políticas públicas educacionais serão eficientes somente se envolverem um esforço coletivo em direção à qualidade educacional. Esse caminho é essencial para se chegar a tão almejada qualidade. Enfim, é necessário que todos os agentes sociais se envolvam no processo e que estes mesmos agentes tomem a responsabilidade para si e o conduzam de modo ativo. As entrevistas demonstraram que a participação em conjunto é bastante reduzida, tendo em vista que cada agente social⁹⁴ apresenta um comportamento e uma opinião em relação ao sistema educacional.

Em muitos casos seus interesses são conflitantes, pois a ordem de significados Oliveira (1999) é diferente para cada grupo. Ao ser questionado de que modo se dava a participação entre o entrevistado em questão e a escola, evidenciou-se tal comportamento:

Das atividades... da minha filha lá, porque ela... estuda aqui comigo, mas da minha filha lá... é... nos projetos⁹⁵. {COMO É QUE FUNCIONA?}. Bom, às vezes têm as atividades as quais os pais podem participar junto né, mas... diretamente não, diretamente não. (Mãe e professora).

⁹⁴ Aqui entendidos como os quatro grupos entrevistados.

⁹⁵ “Os projetos” significam, para o entrevistado, festas juninas e demais datas comemorativas, não exatamente projetos voltados para estimular a participação efetiva dos pais na escola. Isso ficou bastante claro ao longo da entrevista.

No caso eu acho que, participar [...] não tem programação aí na escola, a única coisa que faz é só mesmo o plantão escolar, de vez em quando, aí [...] {O QUE É O PLANTÃO ESCOLAR?} plantão escolar é pra dar a nota pros pais, pra ver como é que tá, aí [...] Não sei nem se tem pedagogo nessa escola (A entrevistada começou a sorrir nesse momento) (Mãe de aluno).

Bom, a gente (pausa) procura estar presente, né? [...] nas escolas é... por exemplo, fazendo visitas, né? Na escola. Trazendo o diretor pra cá, indo pra lá, pra... para as escolas (pausa) fazendo esse intercâmbio, né? Daqui [...] com a escola [...] semanalmente. fazendo o,o,o, diretor vindo aqui nas o,o, escolas⁹⁶, né? muitas vezes os professores vindo aqui na escola (Gestor público)

Olha, ‘as vez’ eu vou uma vez, duas ‘vez’ por mês [...] com a escola. Não, meu envolvimento é só isso mesmo [...] eu vou procurar saber, né? Sobre a, o estudo deles, ver como é que tá, se tão se comportando bem, se não tá tendo bagunça (Pai de aluno).

Toda semana⁹⁸. Eu não tenho, nenhum [...] quer dizer, eu tenho[...] se eu for trabalhar [...] falar como profissional, não como mãe. Como profissional a gente.[...] eu tenho contato todos dias com professores por causa dos cursos[...] {E COMO MÃE} como, eu, na verdade, como mãe e profissional, eu pergunto pra ele como é que tá minha filha, ele me fala, mas assim vou lá[. mas assim um trabalho pra eu fazer, especificamente com ele, dentro da escola, dentro da sala, não tem (Mãe e professora).

Não vou mentir, eu vou só quando só, quando tem reunião, quando tem plantão e quando tem algum problema com o meu filho eu vou lá reclamar, vou ver o que tá acontecendo. {FORA ESSAS SITUAÇÕES VOCÊ COSTUMA IR?⁹⁹} Não (Mãe de aluno).

Não participo¹⁰⁰. [HÁ ALGUM TIPO DE AÇÃO POLÍTICA FORA O PERÍODO ELEITORAL?]. Acho que sim, mas eu não participo (Mãe de aluno).

De que forma? Num dá pra, pra mim lhe explicar, ‘inté’ porque num, num chama a gente pra que converse com eles, pra [...] conversar sobre as ‘criança’, né? Isso aí num, num tem como eu explicar pra você que num aconteceu isso ainda [...] num chama¹⁰¹ (Pai de aluno).

De fato, a participação de pais de alunos nas escolas se resume às idas em busca das notas dos filhos, em momentos de reclamação por brigas entre alunos ou quando os pais vão conversar com professores e diretores sobre determinado comportamento.

⁹⁶ A entrevistada confundiu-se. Sua explicação gira em torno das idas de diretores e professores à secretaria municipal. Ao longo das entrevistas com gestores escolares, viu-se que, constantemente, os diretores vão à secretaria, mas em busca de materiais de expediente que faltam na escola, como uma resma de papel. Em outras situações, vão em busca de apoio financeiro para a realização de algum evento, como o dia das mães.

⁹⁷ Houve a solicitação do pesquisador de que falasse mais sobre o envolvimento com a escola.

⁹⁸ Refere-se à frequência que vai à escola. No entanto, explica que seu envolvimento como mãe na escola é praticamente nulo, resumindo-se no contato com o professor, quando se refere a “ele”.

⁹⁹ A intenção é saber se a iniciativa parte dos pais de alunos ou da escola. Isso demonstra que a participação é pouco estimulada.

¹⁰⁰ A entrevistada não participa de ações políticas em seu município. Não há qualquer envolvimento político. Muitos pais entendem a participação política somente como envolvimento em período eleitoral.

¹⁰¹ Isto ao referir-se ao poder público que, segundo o entrevistado, não “chama para discutir”, dialogar sobre as políticas e as ações públicas. A pergunta refere-se à atuação do poder público para melhorar a educação.

Não se identificou em Oiapoque projetos pensados em estimular a participação entre pais, poder público e escola. De acordo com Brasil (1996), a participação ocorre entre a comunidade escolar e local, em conselhos escolares, mas isso ali não acontece. Nos termos de um entrevistado, as reuniões entre pais e professores resumem-se à entrega de notas, nos chamados plantões pedagógicos¹⁰².

Nas escolas municipais, a proximidade com os professores e diretores é maior em relação às escolas estaduais, bem como à frequência das visitas dos pais. No entanto, as iniciativas são todas difusas, resumindo-se àqueles pais que têm um interesse maior em acompanhar os filhos. O modo como se dá esse acompanhamento é insuficiente para qualquer tipo de mudança de comportamento ou criação de uma cultura de participação.

Quando se observa a participação do poder público nas escolas, verifica-se que essa se dá por meio da SEMED de Oiapoque e demais órgãos. Entretanto, não existem projetos específicos de aproximação entre a escola, o poder público e a sociedade. O que se tornou nítido é que há uma espécie de relação que busca resolver os problemas imediatos, surgidos da necessidade do dia-a-dia. Exemplares nessa direção é a reposição de material de expediente, são as verbas para auxiliar nos eventos do Dia das Mães, do Dia da Pátria etc.

Ao perguntar-se como o poder público participa das atividades políticas do município, as respostas foram evasivas e denotando uma performance pouco participativa. Há uma descrença acentuada em relação à atuação com o poder público. Esses contatos são entendidos somente como discursos políticos em relação a interesses eleitoreiros. Ainda, ao se perguntar se havia associação de moradores no bairro ou, se o entrevistado em questão já tinha sido líder comunitário ou de algum tipo de associação que mobilizasse o bairro ou a rua, a resposta era sempre um não. Isso em um universo de trinta pais de alunos.

Ao levar-se em consideração que a participação está intimamente ligada ao nível de informação, interação em associações, ou seja, ao acúmulo de Capital Social (FRANCO, 2001), essa sociedade tem muito a acumular em termos de força social. O que se percebe é que o esforço é bastante individual, ou seja, cada agente busca “fazer a sua parte” ou o que lhe compete fazer, ou seja, cumprir com sua obrigação. Não há uma interação pensada, efetiva, eficiente. O que há são ações difusas, muitas vezes acessórias às condições impostas pela ocasião.

É importante destacar que existem profissionais bem intencionados nas escolas e nas secretarias do município, bem como pais preocupados com a educação e o futuro de seus

¹⁰² Isto tanto na rede municipal quanto estadual.

filhos. Porém, a intenção sem organização, sem trabalho em conjunto e sem uma estratégia definida na superação dos problemas verificados resulta em um sistema ineficiente. Precisamente, o que se tem é que cada indivíduo ou mesmo grupo possui uma língua própria, não entendida e não partilhada pelo outro, o que não alcança resultados, sociais ou econômicos.

A contradição está nas falas de cada grupo: de professores e gestores escolares que exigem dos pais participação maior, mas para o que não se cria estratégias para aproximá-los da escola. Já os pais culpam o poder público e a escola, mas interagem cada vez menos e cobram pouco ou quase nada. Para Oliveira (1999, p. 23) “[...] o que constitui o fator dinâmico é o processo complexo de construção de sentido por um agente, que opera sempre com um código cultural e uma lógica específica [...]”. Todavia, há uma convergência nas opiniões quando se observa a educação de Oiapoque: todos percebem que algo está errado.

5.4 A QUALIDADE EDUCACIONAL DE OIAPOQUE EM QUESTÃO

Ao analisar-se o IDEB de Oiapoque de 2005 a 2009 percebe-se que houve uma evolução razoável em pontos percentuais, tendo em vista que houve um crescimento de 23%, passando de 3.0 para 3.7. Ao comparar-se com o resultado IDEB do estado do Amapá como um todo, esse cresceu 20%, passando de 3.1 para 3.6, tem-se um IDEB considerado na média em Oiapoque. Na comparação com a média nacional, a qual cresceu 27% no mesmo período e passando de 3.8 para 4.6, revela-se a disparidade entre o que ocorre localmente e o que ocorre nacionalmente. Quando se considera que o ideal é seis,¹⁰³ evidencia-se sinais de preocupação bastante elevados, pois o IDEB na cidade em questão alcançou apenas 60% da meta.

Segundo o relatório da SEMED de Oiapoque para o ano de 2009, necessita-se de pelos menos de 42¹⁰⁴ professores para atuar no sistema educacional. Ainda, mais 53 pessoas com habilitação para os serviços de apoio¹⁰⁵. Por certo, esse é um número expressivo o bastante quando se considera que cerca de 6.000 crianças e jovens são atendidas pela rede educacional desse município.

Como mostrado anteriormente, a educação esbarra na falta de prédios próprios¹⁰⁶. Esse tipo de carência faz com que haja escolas nos locais mais inadequados: prédios comerciais

¹⁰³ Meta nacional para 2012, que é o ideal a ser alcançado para se equiparar a países desenvolvidos.

¹⁰⁴ Dado obtido mediante coleta em campo, precisamente na SEMED de Oiapoque.

¹⁰⁵ Serventes, secretárias, agentes administrativos e demais auxiliares.

¹⁰⁶ Escolas municipais.

alugados para o município. Um exemplo é a utilização do polo da UNIFAP,¹⁰⁷ local pequeno e sem sala de professores, o que prejudica o dia-a-dia das crianças e a interação entre o corpo docente e a comunidade. Precisamente, porque não se faz o planejamento escolar em parceria com tal comunidade, nem entre os próprios professores e pedagogos da escola.

As condições materiais são fatores relevantes ao se mensurar a qualidade educacional das instituições, tendo em vista que um espaço adequado é fundamental ao desenvolvimento do que se define com uma escola boa (ROCHA, PEROSA, 2008). O desenvolvimento adequado das rotinas escolares depende, invariavelmente, das condições objetivas das escolas, sem as quais, todo um trabalho fica prejudicado ou subaproveitado.

Alguns problemas que estão intimamente ligados à qualidade educacional do aprendizado e desenvolvimento da educação como um todo foram identificados. Dentre eles, está a falta de merenda escolar – grave problema que esbarra, segundo os entrevistados do grupo Gestores Públicos – na inadimplência do município. Normalmente, a justificativa é a falta de verbas, resultante da inadimplência de “governos anteriores”¹⁰⁸.

Contudo, é dever do Estado a garantia de verbas às escolas municipais (BRASIL, 1996). Ocorreram, ainda, durante as entrevistas, denúncias de concursos fraudulentos, de acordo com o discurso que segue:

O Oiapoque, ele, tem um concurso que vai fazer quatro anos. Esse concurso, ele passou por judicie durante todo esse período. Agora ele já está [...] parece que aprovado, cem por cento. Então foi um concurso que teve três listas. Quem passou na primeira talvez não passou na segunda que veio na terceira[...]quem que saiu em primeiro na u[...] segunda estava em quinto, lá ou em décimo na terceira [...] então foi um concurso fraudulento. As pessoas eu passaram nesse concurso não [...] muitos compraram os seus certificados (Gestor público).

Para professores da rede municipal, tais concursos resultaram em contratações indevidas e quadro docente mal preparado. Sem dúvida, quem perde com resultados de escolhas indevidas é o município.

A distância dos centros urbanos maiores¹⁰⁹ faz com que os professores que são contratados para atuar nas escolas permaneçam pouco tempo na cidade, uma vez que, sem opção de lazer, hospitais, creches e o custo de vida alto desestimulam sua permanência no local.

¹⁰⁷ Universidade Federal do Amapá. Esse polo é destinado ao programa de educação superior modular, realizado somente nos períodos de férias escolares do ano letivo normal. A qualificação dos docentes fica a cargo do ensino à distância e voluntário, em que os docentes se inscrevem e realizam o curso pela *Internet*.

¹⁰⁸ E como destacado por um entrevistado “sem dinheiro, não tem muito o que se fazer, não dá pra fazer as coisas só na palavra”.

¹⁰⁹ A distância entre Oiapoque e Macapá a capital do estado do Amapá é de 600 km. Essa característica é impactante.

[...] uma empresa que quando [...] ‘pinta’ uma licitação de uma empresa, pra construir alguma coisa aqui [...] tem toda aquela di [...] deficiência até de chegar, pra [...] pra executar o trabalho. Até negócio de, de material [...] pra chegar aqui é muito difícil, a estrada tá difícil. Então, tudo isso dificulta o desenvolvimento do município. Uma empresa que se instalar pra fazer alguma coisa aqui, não tem como, não tem recurso pra nada, não tem energia própria, também (Contabilista - profissional liberal).

Essa fala retrata não somente a distância, mas também as péssimas condições da estrada, as quais atingem as áreas educacional e econômica de modo integrado.

As condições da rodovia de acesso BR 156 é outro fator que impacta no quadro de professores que, em períodos de chuva, torna-se praticamente intrafegável¹¹⁰. Nas escolas estaduais, esse problema se torna ainda mais grave, pois a falta de professores em matérias diversas é uma realidade que remonta há anos e já pode ser considerada uma constante. Relatos de falta de professores em matérias primordiais ao avanço do desenvolvimento econômico foram muito repassados, tais como a matemática e as artes¹¹¹.

A escolha de gestores de escolas por meio de indicação política resulta em gestão ineficiente feita por eles, já que não possuem cursos especializados em gestão escolar. No município, basta que os gestores tenham algum tipo de formação na área escolar, em alguns casos nem isso.

[...] os diretores de escola não são formados pra ser diretor de escola [...] certo? Nós temos alguns casos que a coordenação da escola não está na mão nem de um... alguém que tenha magistério, logo essa escola não vai ter as ferramentas necessárias para dar uma educação de qualidade (Gestor público)

O município perde com isso, mas os jovens e as crianças que dependem do ensino público, o único oferecido em Oiapoque quando se fala em nível fundamental e médio, são quem sentem os problemas de imediato.

Ora denominados “insumos escolares”, conforme destacam Soares e Sátyro (2008), tais fatores, colocam em questão a qualidade educacional do município de Oiapoque, que necessita de muito investimento, qualificação docente, busca por uma qualificação permanente e sistemas de avaliação municipal. Por sua vez, esses identifiquem os pontos que precisam ser trabalhados: estreitamento maior entre a escola e os órgãos de gestão educacional, os quais mantêm certa distância. Os encontros entre os gestores e professores ocorrem somente quando há a necessidade de algum tipo de material escolar.

¹¹⁰ Nos períodos de chuva a viagem Macapá-Oiapoque dura em torno de três dias.

¹¹¹ Cabe lembrar que a realidade nacional não se distancia muito dessa realidade local.

Outra questão é o descolamento da escola com o mundo do trabalho, ou seja, as escolas estaduais têm cursos de francês e também o curso técnico integrado que visam dar uma profissão aos alunos egressos do ensino médio, cursos de hotelaria, por exemplo. No entanto, existe um questionamento enorme, levantado por uma professora de ensino médio¹¹²:

To' formando profissionais pra atuar no mercado futuramente, mas que profissional [...] que profissionais eu 'to' formando que não vai encontrar emprego lá pra frente? Por quê? A cidade parou de crescer, os hotéis já estão com a sua mão de obra já, que não é qualificada, mas já estão com sua mão de obra [...] né, então, quem é uma empresa, um hotel, uma categoria de estrelas que vem querer implantar seu hotel aqui, se a cidade tá assim? [...] Vai ser construída aí a ponte, recentemente aí vai ser 'inaugurado' uma ponte que vai ligar dois países [...] eu acredito que não vai ter muita diferença pro nosso município [...] se [...] porquê, porque a cidade não tá preparada ainda [...] estrangeiros que vão vir pra cá e não vão ficar aqui, já vão direto[...] então não vão [...] gerar economia aqui no município, se não melhorar a cidade (Professora da rede estadual).

A questão da formação do cidadão com vistas à sua utilização, inclusive, no mercado de trabalho é ponto que deve ser observado com atenção, principalmente em municípios com carência de mão de obra qualificada.

No entanto, é um trabalho que se inicia na educação básica como modalidade de produzir sustentáculos ao desenvolvimento econômico. Carvalho (2005) destaca a importância de se criar política pública nesse sentido, com ações e medidas que alavanquem a qualidade educacional do ensino público. Em Oiapoque, há um caminho longo a se percorrer. A integração entre escola e trabalho, proposta na Constituição (BRASIL, 1996), ainda é uma realidade pensada e não observada.

5.5 O PAPEL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA DETERMINAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE OIAPOQUE

Oiapoque apresenta uma série de características que justificariam investimentos elevados na área social, que alavancariam o futuro econômico do município de modo considerável, pois existe uma série de áreas que merece atenção. Dentre elas, a área de emprego e renda, investimentos em infraestrutura, saneamento básico, saúde e lazer¹¹³. Essas ações atrairiam mão-de-obra qualificada e a manteriam no local. O que acontece hoje é o

¹¹² Turismóloga, professora e empresária.

¹¹³ A exemplo da recreação e do entretenimento.

contrário; é atraída mão de obra desqualificada,¹¹⁴ pressionando ainda mais os recursos disponíveis e, quando ocorre a contratação de trabalhadores qualificados, essa não permanece muito tempo na cidade devido às condições precárias de desenvolvimento do município.

No entanto, injetar dinheiro tão somente não resolveria a situação. O que se necessita é um contingente mais elevado de gente preparada para a aplicação e administração desses recursos, acima do que é encontrado atualmente. Desenvolvimento significa altos níveis de melhoramento da vida das pessoas, econômica e socialmente e a política pública descreve o ordenamento dos recursos com vista no atendimento das demandas sociais.

Neste ponto, o Estado tem papel primordial em fornecer os serviços essenciais à população, mas principalmente à superação da essencialidade. Sandroni (2003) destaca que o conceito de desenvolvimento engloba aspectos os mais diversos. Dentre esses, tem-se o grau de instrução, de alfabetização, potencial científico e tecnológico, expectativa de vida, índice de mortalidade infantil, nível de industrialização, grau de dependência econômica externa e condição sanitária.

Souza (1999) lembra que a estrutura produtiva e os mecanismos institucionais obtêm melhoras significativas em países desenvolvidos, mas tudo em um processo de prazo longo, que requer uma série de investimentos e esforços. Não raro, isso exige acompanhamento contínuo das próprias instituições e da sociedade civil organizada. Bem distante do verificado de Oiapoque, essa realidade é ideal, porém, requer anos de esforço para se chegar ao nível avaliado como adequado de desenvolvimento.

Para Lima (2006), a política educacional há de seguir princípios como inclusão social e construção de cidadania e tem que garantir a democracia do acesso e, principalmente, a permanência com sucesso dos educandos, com vistas à qualidade educacional, que ainda é um ideal muito distante da realidade oiapoquense. O depoimento de um entrevistado descreve o resultado da política pública em Oiapoque da seguinte forma:

[...] nós enfrentamos vários problemas com a política em geral, a política educacional. Faltam recursos, materiais, físicos, humanos [...] vários tipos de materiais faltam. Então, o conjunto da educação em si é um resultado de deficiência total. Essa é a grande realidade [...] a qualidade, nós podemos chamar de, pra ser bondosos, nós temos uma qualidade, de regular pra ruim (Economista – profissional liberal).

¹¹⁴ Mas esta atração não é pensada ou planejada, ela ocorre por conta da ‘fama’ que Oiapoque ainda ostenta, de que é um lugar onde o dinheiro “corre fácil”, por conta dos garimpos que antigamente proporcionavam grande circulação de dinheiro na região.

Ao que tudo indica, as políticas públicas continuam a ter um distanciamento entre a teoria e a prática, pois o que se vê em Oiapoque é carência de escolas e creches e perspectivas sombrias de futuro.

Além disto, os jovens com a intenção de continuar os estudos se deparam com tantas adversidades que é praticamente impossível continuar. Isso se deve ao fato de não haver universidades regulares em Oiapoque; o que se tem são modalidades de faculdade à distância. Como se sabe, que exigem o pagamento de prestações mensais, o que seleciona o público e torna a educação superior uma realidade ainda mais distante.

As famílias que possuem recursos financeiros transferem seus filhos para estudar em centros mais desenvolvidos. Isso porque em Oiapoque isso não é possível dar continuidade aos estudos dos jovens. Assim, o município deixa de aproveitar talentos, por falta de faculdades e opções gratuitas de ensino superior.

Com relação a isto, um entrevistado descreve o porquê de ocorrer essa migração de estudantes para outros centros:

[...] eles saíram 9 [...] prá outra escola do estado, né? E quando terminaram o fundamental, eles já [...] foram pra Macapá fazer o ensino médio, porque não tinha[...] a gente acha né [...] aliás, que a ideia de todos e se todos pudessem ou, se nós pudéssemos ter realmente uma educação de qualidade aqui, os nossos filhos não sairiam daqui, pra estudar fora... a universidade [...] a universidade funciona pra que? É como uma [...] ah [...] é um, é um polo de [...] que deveria estar funcionando no município, mas não funciona [...] ela funciona pra [...] atender [...] salas, as salas, são direcionadas pra atender a, a, e, escola do município que ela não tem um prédio próprio, é alugado, lá, é pequeno, não é apropriado pra uma sala de aula (Mãe – Profissional liberal).

Isso vem corroborar o entendimento de Oliveira (2006), quando destaca que as políticas educacionais precisam ser elaboradas com a escola e não somente para elas, em um amplo debate que busque modos de implantar as políticas de acordo com a realidade local e, assim, atingindo os problemas de modo eficaz.

A educação em Oiapoque, na visão de um entrevistado, é deixada em segundo plano. No sentido de que não é dada a devida importância aos princípios fundamentais que devem regê-la: cidadania, democracia, o desenvolvimento das faculdades intelectuais e sociais dos indivíduos:

[...] ela, ela [...] é uma [...] educação voltada simplesmente para justificar uma obrigação do Estado, uma obrigação do município, porquê?! Voltada a atender, realmente, a necessidade, ou seja, uma proposta pedagógica que seja moderna, que realmente esteja encaixada na realidade, no que nós precisamos, não atende [...] (Economista – Profissional liberal).

O hospital da região está em reforma há mais de dois anos, o atendimento à saúde é ineficiente e existe apenas um médico na cidade para uma população em torno de quarenta mil (40.000) pessoas, que não supre a necessidade dessa população. A malária¹¹⁵ conforme a definição de Melão (2006, p. 217):

É uma doença parasitária sistêmica, causada pelo protozoário *Fo* gênero *Plasmodium*, transmitida pelo vetor do gênero *Anopheles*, conhecido popularmente como pernilongo, carapanã, muriçoca, sovela e mosquito prego, conhecido também como paludismo, febre intermitente [...]. Os fatores que mais contribuem para a disseminação da doença são as más condições de higiene, deficiência econômica, pouco conhecimento sobre os vetores no meio ambiente, a expansão de fronteiras agrícolas, exploração de madeira e minérios, contribuindo com a migração para áreas endêmicas e formação de novos concentrados populacionais, na maioria das vezes com péssimas condições sanitárias.

É uma realidade constante na vida da população, dificilmente se encontra um morador que nunca tenha contraído essa enfermidade. Em conversa com morador que reside em Oiapoque há seis anos, esse informou que já contraiu malária 60 vezes, 10 vezes por ano. Pode-se inferir que a população acostumou-se a viver doente.

No município, opção de lazer não existe e entende-se lazer como – uma forma de intercalar o trabalho ou atividade rotineira com atividades que propiciem divertimento, prazer; considerado também uma forma de aliviar a tensão, uma forma de inclusão social, podendo ser individual ou coletiva –, como afirma um entrevistado: “[...] lazer aqui, só as festas mesmo, só e [...] só isso” (Administrador – Profissional liberal).

O lazer e a recreação no município de Oiapoque ocorrem em bares, que estão espalhados pela cidade. A praça existente no município está em reforma, porém com obras paralisadas. Muitos falam da praça – quando estava ativada – como um lugar de diversão inadequada, onde ocorria prostituição, consumo de drogas, assassinatos e todo tipo de violência. Em conversas diversas, o pesquisador ouviu dos moradores o codinome dado à praça: “corrutela”¹¹⁶.

Crianças, jovens e adultos não têm opção de lazer saudável. A alternativa são os balneários que, por ficarem mais afastados do centro, selecionam seu público pelo poder aquisitivo, uma vez que, quem não tem ‘condições’, não os frequenta. Como destaca Santos (2002), a sociedade tem papel de destaque no sentido de pressionar coletivamente a busca de

¹¹⁵ No local onde o pesquisador residia, havia um rapaz, trabalhador braçal, caçambeiro com malária, a realidade do doente é triste, pois não consegue levantar-se da cama, febre muito elevada e a pele amarelada, principalmente na região do rosto.

¹¹⁶ Uma alusão aos garimpos.

caminhos melhores,¹¹⁷ mas em Oiapoque, essa realidade ainda é uma utopia, tendo em vista que a sociedade civil é pouco organizada.

A economia é pouco desenvolvida e pouco diversificada, como apresentado acima, baseada somente no comércio e no emprego público. Realidade que mantém a população presa aos mandos e desmandos dos governos locais. A fala de um entrevistado retrata essa realidade:

[...] se não dependemos tanto do garimpo e tanto do comércio fronteiro, dependemos de uma classe de funcionários públicos. Que, nós sabemos que não é a melhor das atividades econômicas para desenvolver o município[...] não gera riquezas, é de subsistência, basicamente. Você ganha pra comer, pra morar, pra se vestir.[...] respondendo: o município de Oiapoque é desenvolvido? De forma nenhuma! Nós não temos uma política agrária, nós não temos agrícola, pecuária, indústria [...] nós temos gravíssimos problemas de infraestrutura, a energia não atende, o saneamento básico não existe, educação deficiente, saúde sem comentários (Biblioteconomista - Profissional liberal).

Oiapoque necessita de políticas que incentivem e levem em consideração sua localização e principalmente a situação educacional.

Esta anda a passos lentos no sentido da qualidade educacional, muito aquém do que se espera de uma economia saudável, desenvolvida, consubstanciada por uma educação genuína, pública e universal. Políticas que primem pelo desenvolvimento social e econômico; que promovam a equidade e garantam o viver adequado dessa população. Como se verificou *in locus*, essa sofre e se sente desanimada frente à realidade que enfrenta.

¹¹⁷ Caminhos que indicariam qualidade melhor em Oiapoque significam opção de lazer, saúde adequada, infraestrutura e urbanismo, educação, emprego e renda.

6 CONCLUSÕES

De acordo com as análises realizadas, o município de Oiapoque apresenta uma série de características que o torna diferenciado e singular, tanto por sua localização geográfica estratégica, quanto por sua população proveniente de outras regiões da Federação. Isso inclusive de outros países, como estrangeiros que constituíram família na cidade. Além dessas, populações indígenas que vivem tanto nas comunidades indígenas diversas – área rural – quanto no próprio centro da cidade.

Ao mesmo tempo, com o acesso à informação pelas vias diversas de comunicação, pôde-se observar que as características não dizem respeito somente à miscigenação da população. Apesar de ainda ter hábitos antigos, como o de cumprimentar-se nas ruas, algo típico de cidades pequenas. Oiapoque apresenta problemas graves, característicos de cidades médias e grandes, os quais pressionam os recursos disponíveis, como em qualquer outra cidade, tornando-os ainda mais escassos e insuficientes ao atendimento da população.

Ao buscar-se entender o papel das políticas públicas em uma sociedade, há de considerar-se que, na arena política, os assuntos prioritários são eleitos de acordo com as demandas mais divergentes. Ainda, na maioria dos casos, a população não é atendida de imediato. Na disputa entre o social e o econômico, o social muitas vezes é relegado ao segundo ou terceiro plano.

Em Oiapoque, não é diferente: as políticas públicas têm aplicação insuficiente para atender a realidade local, sendo ela econômica ou social. Economicamente, não há uma política destinada a fortalecer o mercado interno e a desenvolver o empresariado local. Uma política nesse sentido deveria rumar para a elaboração de projetos modernos que valorizem a mão de obra local e promovam a atração de contingentes cada vez maiores de mão de obra especializada, a ser empregada nos postos-chaves da administração pública e educacional, com vistas a equilibrar a geração de emprego e renda pelos setores privado e público.

A economia local é dependente ao extremo da economia da Guiana francesa, em aspectos diversos, mas principalmente do ponto de vista financeiro. Mesmo havendo essa dependência, não se identificou em Oiapoque esforços significativos no sentido de transformar essa externalidade negativa em vantagem. A penalização da economia local é agravada em função da distância do município com a capital, dentre outros fatores, o que finda por encarecer os produtos vendidos internamente.

Logo, a proximidade com outro país determina as relações comerciais. Certamente, o país organizado e aparelhado de modo mais sofisticado impõe suas regras. E a vantagem está do lado estrangeiro.

A pesquisa que fundamenta esta dissertação demonstra ainda que a relação de dependência ocorra em função da necessidade de escoamento dos produtos e do turismo guianense¹¹⁸. Esses são os meios principais de geração de renda nesse município. O comércio é aquecido pelo volume de recurso depositado na economia e parte grande desse recurso é oriunda da atividade turística, por meio da oferta de serviços como estada em hotéis e consumo nos estabelecimentos comerciais, em bares e restaurantes.

As análises realizadas nesta dissertação e a observação da dinâmica local apontam que há a necessidade premente de se aproveitar estrategicamente a condição de fronteira. Isso devido ao fortalecimento do mercado interno, setor produtivo e terciário. Também, há de se preparar a mão-de-obra a ser empregada nos setores da economia.

Ainda neste sentido, a janela de oportunidade que se abre com a finalização da ponte binacional não está sendo aproveitada adequadamente, ou seja, a população ainda não está preparada para absorver as mudanças que virão. As análises mostraram opiniões muito divergentes quanto aos resultados práticos da conclusão da ponte. Há os que a veem como algo positivo, os empresários locais, que identificam nela uma oportunidade de melhorar seus ganhos com a intensa comercialização que emergirá do fluxo de pessoas.

No que respeita esta mesma questão, em geral, a população não consegue perceber fatores positivos. Acredita que as vantagens ficarão somente com os empresários e servirá para os turistas que terão o acesso facilitado ao território brasileiro. Por sua vez, os brasileiros não terão as mesmas benesses no lado estrangeiro.

Em linhas gerais, não há uma estratégia política, nem econômica implantada em Oiapoque quanto a essas mudanças, o que existem são encontros pontuais entre instituições e conversas no sentido da utilização da fronteira, mas de pouco efeito. Principalmente, quando se pensa no total da população do lado brasileiro, em torno de 40.000 pessoas. Os moradores aguardam a finalização da ponte, mas com grande ceticismo quanto aos benefícios.

Os depoimentos, a coleta de dados e as análises demonstram, a exemplo do próprio estado do Amapá, uma economia muito dependente do recurso público, sustentada basicamente por funcionários públicos. Essa faceta somada à dependência da Guiana francesa é um enorme gargalo quando se pensa em desenvolvimento econômico, uma vez que, traz

¹¹⁸ Considerado o potencial mais factível em Oiapoque.

consigo o perigo do clientelismo, do mandonismo, da imposição de ideias sem questionamento. Que mesmo tácitos, impedem a população de avançar e se autossustentar.

Uma população atuante é conhecedora de seus direitos, busca melhorias e sua independência. Os depoimentos de Pais demonstraram pouco ou nenhum conhecimento acerca dos programas educacionais. Isso fomenta a discussão acerca do acesso à informação de qualidade e o interesse pelas questões políticas, que é bastante reduzido entre os entrevistados. Todavia, observou-se grande descontentamento com as classes políticas locais e descrédito acentuado no que diz respeito à política em si. O único programa amplamente citado foi o da bolsa-escola: a análise dessa resposta aponta para a necessidade de se estreitar a comunicação entre a família e o poder público, com estímulo à interação.

Para que uma população possa exigir mudanças e seja atuante, é necessário que tenha consciência de sua realidade. No que concerne à participação da vida escolar, os pais pouco interagem nas atividades curriculares dos filhos, reduzindo sua atuação às idas às escolas em busca do boletim escolar. Em outros casos, quando são convocados para os plantões pedagógicos. Nesse sentido, faz-se necessária a criação de estratégias de atração à vida escolar para que a comunidade escolar possa discutir os problemas e soluções relativas ao melhoramento da escola, bem como todo o entorno.

Ainda neste sentido, identificou-se que órgãos e secretarias responsáveis pela gestão da educação raramente vão às escolas. Isso reduz as possibilidades de encontros entre gestores e secretaria: contatos altamente necessários para um melhor andamento da instituição de ensino. Geralmente, os gestores de escola – diretores – comparecem à secretaria quando necessitam de material de expediente, o que é inadequado. Quando se busca interpretar a participação, tanto entre escola e comunidade e escola e poder público, percebe-se a falta de planejamento e coordenação desse processo, uma vez que não foram identificados esforços considerados significativos que pudessem proporcionar mudanças de comportamento em quaisquer dos grupos que ocasionassem a aproximação entre os três grupos.

O grupo de gestores afirma ser frequentador do contexto escolar, já os representantes das instituições de ensino asseguram que a secretaria ou outros representantes do poder público local pouco comparecem às escolas, frequentando-as esporadicamente, quando “querem alguma coisa”. Quanto aos pais, esses afirmam ser a escola a grande culpada de sua ausência no ambiente escolar, uma vez que a direção e a coordenação pouco fazem para tentar levá-los à instituição de ensino. Além disso, os pais também alegam que raramente veem os representantes do poder público na escola.

A escola, por sua vez, enfrenta muitos problemas no que tange à participação dos pais, visto que “muitos nunca foram a uma reunião”. Isso é bastante evidenciado em Oiapoque. De certo modo, para se ter uma relação “estreita”, necessita-se do estabelecimento de um projeto de participação mais efetivo, para que o município todo tenha resultados mais expressivos.

Outro aspecto a ser destacado são os problemas sociais, que são muito fortes em Oiapoque e afetam diretamente o aprendizado da/o criança/adolescente e dificulta sua permanência na escola. A ausência dos pais de casa¹¹⁹ ocasiona o não acompanhamento das atividades e rotinas escolares, além da exposição dessas crianças aos cuidados de terceiros, os quais, muitas vezes, não apresentam o mesmo compromisso com a educação e findam por não participar de reuniões e outros eventos escolares. Esse cenário é importante à discussão, uma vez que se têm aspectos econômicos e sociais interferindo na vida escolar das crianças e adolescentes.

Quanto à atuação das secretarias, a preocupação principal recai sobre seu dia-a-dia, atribulado de obrigações e afazeres emergenciais. Com poucos servidores para lidar com as rotinas, não percebem que deixam em segundo, talvez último plano uma aproximação mais efetiva com a escola. Essa por seu turno necessita apoio para lidar com uma lista sempre crescente de matriculados, os quais, muitas vezes, matriculam-se depois de iniciado o ano letivo. Isso além de enfrentar problemas internos sérios, como a falta de compromisso de muitos profissionais de ensino, que por serem “concursados” descuidam de seu aperfeiçoamento, muito embora ainda haja muitos profissionais sérios.

Do ponto de vista da gestão dos materiais, o município enfrenta constante escassez nas escolas. As análises apontam para tal realidade, que se configura como parte da rotina dos diretores de escola, que em muitas ocasiões têm de “correr atrás” em busca de um determinado material na secretaria ou simplesmente comprá-lo com recursos próprios porque na escola acabou; a falta de merenda escolar é outro ponto bastante levantado. Nesse sentido, os profissionais “vão se virando” e tentam suprir a necessidade com “boa vontade”.

Entretanto, boa vontade não é suficiente para resolver problemas estruturais e setoriais graves. Situações como essas são sérias porque o que se espera é que a escola tenha disponíveis os materiais necessários para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Também, para que se possa desempenhar seu papel adequadamente, que é o de nortear a sociedade por caminhos mais saudáveis.

¹¹⁹ Eles empregam-se nos garimpos e em outros setores.

O município precisa de uma atenção maior, tanto do ponto de vista da gestão, quanto da atração de mais recursos. Tais necessidades ficaram evidenciadas a partir da observação do estado de conservação física das escolas visitadas. Em uma das escolas principais do município – Maria Leopoldina – é possível observar pedaços de madeira amarrados com barbantes no portão principal, na entrada da escola, bem como o grau alto de oxidação dos mesmos portões.

Em todas as escolas visitadas, pôde-se verificar a necessidade de algum tipo de reforma: pinturas, manutenção ou ampliação de espaços para a própria acomodação dos alunos e profissionais. Outro exemplo da carência é a utilização do polo da UNIFAP, como anexo de ensino fundamental, além de não possuir sala de professores. Onde os professores podem elaborar seus planos de aula? Um entrevistado indicou que é feito na sombra de uma árvore, do lado de fora do polo.

Das escolas municipais, a única que possui maior espaço para a recreação dos alunos é a escola localizada no município de Clevelândia, muito distante do centro da cidade. O restante das escolas municipais não possui quadras de esporte. Já as escolas estaduais possuem maior espaço e quadras de esporte. No entanto, as escolas necessitam de melhor conservação e reformas do ponto de vista de pinturas. De modo geral, as escolas estaduais têm melhor infraestrutura em relação às escolas municipais.

As análises mostraram que os pais, de modo geral, possuem consciência acerca do melhor caminho aos filhos que é a educação de qualidade. Sabem da necessidade de se estudar para ser um cidadão melhor, possuir um papel ativo, tanto socialmente quanto economicamente e esperam que seus filhos possam estudar para ter uma profissão adequada no futuro. Mas o município esbarra em outro grande entrave: não há universidade pública na cidade, as alternativas que existem são modalidades de ensino superior à distância de faculdades privadas, que certamente são um caminho ao gerar oportunidades de ensino, mas por exigirem o pagamento de mensalidades findam por selecionar o público pelo poder aquisitivo.

Normalmente as pessoas que estudam nessa modalidade de ensino são pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho. Nas entrevistas, percebe-se que geralmente são profissionais que já estão trabalhando, principalmente no serviço público, porque ao final, na conclusão do curso, terão um acréscimo de salário. Neste ponto, entra uma discussão importante do caráter da educação que está sendo oferecida. Ela proporcionará ou se converterá em mudança de mentalidade, mudanças sociais ou tudo se resume ao aumento do

salário? Os dados indicam que a busca por um salário maior é principal motivação dessas famílias.

Quando perguntado aos pais de alunos como eles achavam que a educação poderia influir na vida de seus filhos, as respostas encaminhavam-se sempre para a obtenção de um bom emprego e ter melhores condições de vida material. A análise demonstra que o jovem, filho de pais sem ou com poucos recursos, não consegue inserir-se nessas faculdades. Alternativa é deslocar os filhos para estudar em outros centros (Macapá ou outros locais), mas as famílias sem recursos não conseguem fazer o intento. As famílias perdem, as empresas perdem, porém o maior prejudicado é o município que continuará a ter grande parte de sua população com baixa escolaridade, subempregada e pouco ativa.

Quando se pensa na educação para o desenvolvimento, verifica-se que há a necessidade urgente de se buscar caminhos diferentes, mais criativos. Todos os entrevistados, de todos os grupos, foram unânimes em afirmar que a qualidade educacional não é adequada, que não “está adequada” e que a educação – a qual caminha com dificuldade –, nos moldes atuais, ainda é insuficiente para atender as demandas sociais. O que confirma a preocupação acerca do futuro de Oiapoque em relação à educação, que parece sustentar-se em outros pilares, mas não os corretos.

As barreiras à educação de qualidade em Oiapoque são muitas: as grandes queixas dizem respeito à estrutura das escolas que, em sua maioria, são pequenas, com ventilação inadequada e insuficiente. O fornecimento da merenda escolar é outra grande dificuldade – irregular e em quantidade baixa, causando grande escassez e graves transtornos, evitando a permanência das crianças por mais tempo na escola. Então, a questão seria investir mais recursos na melhoria das escolas, promover reformas e gerar conforto, equipá-las com materiais adequados e ter controles mais efetivos em relação às necessidades escolares.

A dificuldade financeira é uma realidade, porém a gestão dos recursos também é outro problema que, segundo entrevistas, remontam a “governos anteriores”, tornando o município inadimplente, causando assim, o não acesso a uma série de recursos, tais como o Programa Dinheiro na Escola (PDDE), que é destinado às escolas que possuem prédio próprio. Como no município somente uma escola possui prédio próprio, esta é a única a garantir tal direito. No entanto, nessa mesma escola, o IDEB de 2009 foi de 3.3, estando um pouco abaixo da média estadual, que foi de 3.6.

Isso há de ser considerado com bastante atenção, uma vez que a meta é de chegar à nota de 6.0. Os dados indicam que para que se avance na qualidade educacional é necessário responsabilizar a gestão dos recursos financeiros por seu mau uso. O propósito correto é o de

administrá-los com vias ao melhoramento dos indicadores educacionais, observando sempre as práticas educacionais boas. O ponto positivo é que o índice vem crescendo ao longo dos anos, o que demonstra a obtenção de vitórias para a educação, apesar das condições apresentadas.

Embora se tenha identificado muitos problemas no sistema educacional de Oiapoque, verificou-se que existem profissionais compromissados, nas escolas, nas secretarias responsáveis pela gestão, mas ainda há um longo caminho a percorrer em busca da excelência. A vontade individual identificada em muitos profissionais esbarra na falta de estrutura disponível, na falta de materiais e, principalmente, esbarra na falta de aproximação e interação entre os grupos pesquisados. Tais barreiras serão suplantadas somente com muito esforço e estratégia.

A análise das respostas obtidas nos depoimentos expõe o sentimento de “cada um na sua” sem muito envolvimento em conjunto, sem muita interatividade. Os atores se desresponsabilizam de qualquer culpa pelos problemas vividos na escola e na cidade, cujo responsável é sempre “o outro”. Contudo, para que uma sociedade avance na educação, é necessário o envolvimento de todos conjuntamente e compromissados com um único projeto, o de melhoria da educação.

O sistema econômico de Oiapoque apresenta uma série de características que o tornam ímpar, do ponto de vista do potencial da geração de renda, emprego e modos de sobrevivência. No entanto, nenhum deles parece estar associado à educação, ou seja, a educação não está sendo trabalhada de modo que possa proporcionar benefícios no futuro, mas parece realmente, somente, uma educação para justificar a obrigatoriedade do estado. Do modo como a educação está sendo conduzida, não será ela responsável pelo crescimento econômico, tampouco pelo desenvolvimento econômico de Oiapoque.

Não resta menor dúvida que a influência existe, mas é tão obscurecida por outras questões imediatistas, que não é dada a devida importância à educação. Tal ocorre a ponto de um Pai afirmar que a educação não influencia no desenvolvimento. A análise situacional aponta que a educação influencia no desenvolvimento das cidades. Mas no caso de Oiapoque a ausência de uma educação de qualidade é que tem causado maior impacto.

Há um descolamento, nessa parte do Brasil, entre o que está estabelecido na lei e o que realmente ocorre. De fato, a realidade educacional prevista na Nova LDB apregoa a educação de qualidade, democrática, com condições de participação e estabelecida de um modo que proporcione o desenvolvimento de uma sociedade, mas não é isso o que está ocorrendo na prática. Pode-se inferir, a partir das análises e observações desenvolvidas inúmeras vezes

nesta dissertação, que as políticas educacionais em Oiapoque não estão alcançando a efetividade esperada.

Como os resultados estão aquém do que essa sociedade necessita para se desenvolver de um ponto de vista qualitativo, social e econômico. O caminho a se percorrer ainda é longo, tanto na geração de emprego e renda, quanto na promoção de liberdade política e social. E o modelo de desenvolvimento é outro, baseado somente em comércio e captação de recursos financeiros, independente da via e da forma como entra no município.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. F. *Malária e migrações no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento*. Belém, 2005. 424 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)–Universidade Federal do Pará, 2005.
- ARAGÓN, Luis E. *Ciência e educação superior na Amazônia: desafios e oportunidades de cooperação internacional*. Belém: UNAMAZ; NAEA, 2001.
- AROUCK, R. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: NAEA; UFPA, 2002.
- ARRETCHE, M. T. S. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil*. Brasília: IPEA, nov. 2002. 17 p. (Série: Texto para discussão, 857).
- BASTOS FILHO, J. B. A ciência normal e a educação são ciências opostas? In: BURSZTYN, M. (Org.). *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. p. 61-93.
- BITTAR, M; OLIVEIRA, J. F. de. *Gestão e políticas públicas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BRASIL. Lei nº. 7578 em 23/05/1945: *Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá*. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Seção 1, p. 9273, 1945.
- _____. Ministério da Educação. *Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971*. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º. e 2º. graus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 1 nov. 2009.
- BRASIL. *Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1988.
- _____. *Censo*. Brasília, 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm>>. Acesso em: 10 dez. de 2009.
- _____. *Censo*. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_indicadores.shtm>. Acesso em: 10 dez. de 2009.
- _____. Ministério da Educação. *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- _____. *Síntese de informações*. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 dez. de 2009.

_____. Ministério da Educação. *Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira*: Amapá. Brasília, DF, 2006.

CAPANEMA, C. F. *Gênese das mudanças nas políticas públicas e na gestão da educação básica*. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de (Org.). *Gestão e políticas da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 36-52.

CARDOSO, D. M. *O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local: rio Arraiolos-Almeirim/Pará*. Belém, 2006. 288 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Pará, 2006.

CARVALHO, D. P. de. A nova lei de diretrizes e bases e a formação de professores para a educação básica. *Ciência Educação*, São Paulo, v. 5, n. 2, p.1-90, 1998.

CASTRO, E. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão pública e desenvolvimento In: COELHO, M. C. N.; MATHIS, A. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia: uma agenda de debate*. Belém: UFPA; NAEA, 2005. p. 75-83.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortês, 1991.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CONSELHO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM. *Dados econômicos*. 2000. Disponível em <http://www.cnm.org.br/economia/br_economia.asp>. Acesso em: 10 de dez. de 2009.

COSTA, A. P. *Políticas educacionais e desenvolvimento na Reserva Extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz (PA)*. Belém, 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Universidade Federal do Pará, 2009.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, 2001.

FARIA, C. A. P de. Idéias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GEMAQUE, R. M. O.; LIMA, R. N.; ARAUJO, R. M.. *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, E. L. dos S. *Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GOODCHILD, M. A.; APPELBAUM, R.; HARTHORN, B. *Toward spatially integrated social science. International Regional Science Review*, v. 23, n. 2, p. 139–159, abr. 2000. Disponível em: <https://www.csiss.org/aboutus/presentations/files/goodchild_toward_SIS.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2009.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 201-210, mai.-ago. 2006.

HAMZE, A. *Descentralização e municipalização da educação*. Barretos: UNIFEB/CETEC; FISO, 2009. Disponível em: <<http://www.educador.brasilecola.com/politica-educacional/descentralizacao.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

HANUSHEK, E. A. The economics of school quality. *German economic review*, Texas, v. 6, n. 3, p. 269-286, 2005. Disponível em: <http://www.utdallas.edu/research/tsperc/pdf/jrnl_hanu_shek_2055_economics_school_quality.pdf.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2008.

HOWARD, G.; BARTRAM, J. *Domestic water quantity, service and health*. Geneva: World Health Organization, 2003.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Resolução nº. 05, de 10 de outubro de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa da União*, Brasília, DF, p. 48-65, 11 out. 2002. Seção 1.

_____. *Mapa de pobreza e desigualdade*. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 03 dez. 2009.

_____. *Cidades*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 21 jul. 2011.

_____. *Conceitos*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/homeestatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm#ta>. Acesso em: 21 jul. 2011.

_____. *Sidra: banco de dados agregados*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=4&codunit=1143&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

JANUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alínea, 2006.

JORNAL DA CIÊNCIA. *Alunos brasileiros ficam entre os últimos em ciências*. SBPC, 2007. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=52694>>. Acesso em: 3 mar. 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, R. Novaes. Políticas educacionais e a lógica neoliberal. In: GEMAQUE, R. M. O. et al. (Org.). *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006. p. 29-48.

LOBATO, S. da S. *Educação na fronteira da modernidade: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

MARIN, R. E. A. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. *Paper do NAEA*, Belém, s. n., p. 1-24, maio, 2004.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2001. 27 p. (Série Texto para discussão, 787).

MARQUES, C. B.; SANTOS, C. H. S. S. As políticas públicas e o desenvolvimento regional. In: ENCONTRO DA REDE BRASILEIRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, 2010, Ceará. *Anais...* Ceará: BNB, 16-18 jun. 2010. 24 p.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELÃO, R.; AGUIAR, Z. N.; CRUZ, E. A. Malária. In: AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. (Org.). *Vigilância e controle das doenças transmissíveis*. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2006. p. 217-227.

MYNAIO, M. C. de S. (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MONTEIRO NETO, A. *Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo*. Brasília, DF: IPEA, nov. 2006. 60 p. (Série Texto para discussão, 1229).

NASCIMENTO, A. L. C. do. *Escolas família agrícola e agroextrativista do estado do Amapá: práticas e significados*. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NASCIMENTO, E. P. do. Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio? In: BURSZTYN, M. (Org.). *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. p. 95-114.

OCDE. *PISA in focus*, 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/>>. Acesso em: 27 mar 2009.

OLIVEIRA, J. P. de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, N. C. M. de. A gestão educacional e o currículo: projetos em tensão em nome da qualidade do ensino. In: GEMAQUE, R. M. O. et al. (Org.). *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006. p. 113-134.

OLIVEIRA, S.; SIMÕES, C. Meio ambiente urbano: mortalidade na infância, saneamento básico e políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 15, 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu, p.18-22, set. 2006.

PEREIRA L. C. B. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Trabalho originalmente produzido para o Curso de Desenvolvimento Econômico da FGV. Rio de Janeiro, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

_____. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 01-19, jul. 2000.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PIRES, V. *Economia de educação: para além do capital humano*. São Paulo: Cortez, 2005.

PNUD Brasil. *Brasil reduz desigualdade e sobe no ranking*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens> Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. *Desenvolvimento humano e índice de desenvolvimento humano*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. *Objetivos de desenvolvimento do milênio*, 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

RAZZOLINI, M. T. P.; GÜNTHER, W. M. R. Impactos na saúde das deficiências de acesso à água. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 17, n. 1, 3, p. 21-32, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. Políticas públicas para a inclusão social: a educação em foco. *Unirevista*, Rio grande do Sul, v. 1, n 2, p. 1-9, abr. 2007. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Redin_e_Zitkoski.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2009.

RIBEIRO, R. J. B. Políticas públicas de controle: a avaliação das dimensões eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, legalidade e legitimidade e o desenvolvimento do controle social. *Revista do TCU*, Brasília, DF:, n. 80, p 10-23, 2000. Disponível em: <<http://www.ijj.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20VI/documentos/ribeirep.doc>>. Acesso em: 15 fev 2011.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. (Org.). *Educação superior brasileira 1991-2004*. Brasília, DF: INEP, 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estudos_pesquisas/default.asp>. Acesso em: 4 mar. 2010.

RESENDE, A. L. M. *Saúde dialética do pensar e do fazer*. São Paulo: Cortez, 1986.

RISCAL, S. A. As reformas da educação, a flexibilização do trabalho e as orientações das agências internacionais. In: GEMAQUE, R. M. O. et al. (Org.). *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006. p. 48-76.

RODRÍGUEZ, M. V. Políticas públicas e educação: a descentralização dos sistemas nacionais de ensino, análises e perspectivas. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de (Org.). *Gestão e políticas da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 17-35.

ROCHA, M. S. P. de M. L. da; PEROSA, G. S. Notas etnográficas sobre a desigualdade educacional brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 425-449, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

RUDIO FV. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMÃO, A. O preço da ignorância. 877. ed. *Exame*, São Paulo, n. 19, p. 10-18, 2006.

SANDRONI, P. (Org.). *Novo dicionário de economia*. 5. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

_____. *Novo dicionário de economia*. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, T. F. A. M. dos. Conversas sobre a gestão da autonomia financeira como política de descentralização na escola pública. In: GEMAQUE, R. M. O. et al. (Org.). *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006. p. 77-112.

SANTOS, T. S. dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano. 11, n. 21, p. 120-156, jan./jun. 2009.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, G. V.; RUCKERT, A. A. *A fronteira Brasil-França: mudança de usos politico-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)*. *Confins* 7 [online], 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index6040.html>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). *Populações e meio ambiente na pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 25-44.

_____. *Recursos naturais, multiculturalismo e conflitos na região do Oiapoque*. Projeto ERENA In: SEMINÁRIO O LUGAR DA FRONTEIRA NAS RELAÇÕES AMAPÁ/GUIANA FRANCESA., 2006, Macapá. *Anais...* Macapá, 18 ago. 2006. 20 p. (Paper).

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 1, n. 2, p. 117-134, maio/ago. 2005. (Série Ciências Humanas).

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZEL, N.

(Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 2000. p. 37-42. (Série Estado e Gestão Pública).

_____; FREITAS, N. M. S. *Biodiversidade, educação e populações tradicionais na RESEX do baixo Rio Branco-Rio Jauaperi, Roraima*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BIODIVERSIDADE DO ESCUDO GUIANÊS, 2., 2010, Macapá. *Anais...*: Macapá: NAEA; MPEAP, 2010. 15 p. (Paper).

_____; SILVA, R. F. *Brazilian migrant workers in French Guiana*. In: GOWRICHARN, R. (Ed.). *Caribbean transnationalism: migration, pluralization and social cohesion*. New York: Lexington Books, 2006. p. 99-116.

SINGER, P. *Aprender economia*. 24. ed., reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. *O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental – 1998 a 2005*. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2008. 28 p. (Série Texto para discussão 1338).

SOUZA, M. D. C. de. *A evolução política, demográfica e sócio-econômica do Amapá*. Macapá, 1995, 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)–Universidade Federal do Amapá, Macapá, 1995.

SOUZA, N. de J. de S. *Desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, O. N. B. de. Educação do campo e poder local na Amazônia: articulações e possibilidades. In: GEMAQUE, R. M. O. et al. (Org.). *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006. p. 178-190.

TEIXEIRA, E. *As três metodologias; acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VIDAL, J. P. Grounded theory: e as possibilidades da pesquisa na complexidade da Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 204, p. 201-209, dez. 2006.

APENDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Dados Socioeconômicos/caracterização: Pais de alunos.

Nome:

Sexo:	Masc () Fem ()
Idade:	
Escolaridade:	
Profissão:	
Empregado? (carteira assinada)	Sim () Não () – C.A Sim () Não ()
Estudou até que série?	
Você sabe ler e/ou escrever?	Sim () Não ()
Renda mensal da família?	
Quantas pessoas em sua casa trabalham? (Setor formal ou informal)	Formal : Sim () Não (); Nº: _____

Condições estruturais/materiais

Mora em casa própria? Sim () Não ()	Água tratada em boas condições de consumo? Sim () Não ()
Quantas pessoas moram em sua casa? _____	Banheiro dentro de casa? Sim () Não ()
Quanto compartimentos? _____	Possui TV, quantas? ____ Sim () Não ()
Alvenaria (), barro (), madeira ()?; outros _____	Possui rádio, quantos? ____ Sim () Não ()
Água encanada? Sim () Não ()	Possui geladeira, quantas? ____ Sim () Não ()
Fossa? Sim () Não ()	Possui computador, quantos? ____ Sim () Não ()
Rua asfaltada? Sim () Não ()	Possui acesso a internet? Sim () Não ()
Energia elétrica? Sim () Não ()	Internet em casa? Sim () Não ()

Quanto aos filhos:

Quantos filhos você tem? ()	Eles trabalham de carteira assinada? Sim () Não ()
Qual a idade deles? 1____;2____; 3____;4____;5____;6____;7____; outros _____	Você concorda em eles trabalharem e estudarem? Sim () Não ()
Seus filhos estudam? Sim () Não ()	O seu município tem bolsa escola? Sim () Não ()
Qual a série que eles estão cursando? 1____;2____;3____;4____;5____; 6____;7____;outros _____	Eles recebem bolsa escola? Sim () Não ()

Estudam em escola particular? Sim () Não()	Quantos deles recebem? N° _____
Eles trabalham para complementar a renda da família? Sim () Não ()	
Quantos deles trabalham? _____	

Quanto a escola dos filhos:

Quanto tempo seus filhos gastam de sua casa até a escola?	Tempo: _____
A escola de seus filhos possui transporte escolar?	Sim () Não ()
A escola oferece merenda escolar?	Sim () Não ()
A escola oferece aula de informática?	Sim () Não ()
A escola oferece aulas de idiomas? (Inglês, espanhol, francês)	Inglês (), espanhol (), francês (), outros: _____
A escola promove atividades escolares?	Sim () Não ()
A escola tem quadra de esportes?	Sim () Não ()
A escola realiza reuniões frequentes com os pais de alunos?	Sim () Não (). Frequência _____
A escola estimula a participação dos pais?	Sim () Não ()
A Escola realiza eventos junto a sua comunidade?	Sim () Não (). Quais _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA (GRUPOS)**a) (Grupo 1) Gestores Públicos:**

- 1 - O poder público proporciona educação de qualidade às escolas do município? Justifique.
- 2 – Como a busca por uma educação de qualidade se dá?
- 3 - De que forma o poder público interage com a escola?
- 4 – o Sr (a) acha que a educação oferecida nas escolas do município proporciona altos níveis de aprendizado aos alunos? Justifique, buscando destacar os motivos.
- 5 - Você considera seu município desenvolvido? Justifique.
- 6 – A educação oferecida no município influencia no desenvolvimento econômico de Oiapoque? Justifique.

b) (GRUPO 2) Pais de alunos:

1 - De que modo o poder público busca melhorar a educação na escola de seu (s) filho (s)?

2 - O que você acha da educação oferecida na escola do seu (s) filho (s)? Ela proporciona níveis satisfatórios de aprendizado? Fale sobre o aprendizado do seu filho na escola.

3 - Quais os programas do governo/prefeitura relacionados à educação que você conhece? Fale sobre eles.

4 - Quais os programas educacionais você acha mais importantes? Por quê?

5 - Quais programas você acha que o seu município precisa para se desenvolver?

6 – De que forma você participa das atividades escolares da escola de seu (s) filho (s)? fale sobre como você participa dessas atividades.

7 – Quantas vezes por mês o Sr. (a) vai à escola? Fale sobre seu envolvimento com a escola. (se vai com baixa frequência, qual o motivo)

8 – Como o Sr. (a) vê seu filho no futuro, principalmente quanto a uma profissão?

9 - Como você acha que estudar pode proporcionar melhores condições de vida ao seu filho, emprego e renda?

10 - Você já foi líder comunitário? Há quanto tempo?

11 - Como você participa das ações políticas do seu município?

12 - Você considera seu município desenvolvido? Justifique?

13 – A educação oferecida no município influencia no desenvolvimento econômico do município? Justifique.

c) (Grupo 3) Profissionais liberais:

1 - A escola de seu (s) filho oferece educação de qualidade? Fale sobre o nível da educação oferecida na escola de seu (s) filho (s). Justifique.

2 - O poder público/municipal é atuante no município? O que ele tem feito para melhorar a educação? Justifique.

3 – Como é a atuação do poder público na escola do seu (s) filho (s)? Justifique.

4 – Fale sobre o nível de aprendizado do (s) seu (s) filhos (s) em relação à qualidade educacional oferecida na escola, buscando relacionar essas duas variáveis (*Você acha que a educação oferecida na escola do seu (s) filho (s) proporciona altos níveis de aprendizado? Justifique*)

5 - Você considera seu município desenvolvido? Justifique?

6 – A educação oferecida no município influencia no desenvolvimento econômico de Oiapoque? Justifique.

d) (Grupo 4) Professores:

1 - A escola em que você trabalha oferece educação de qualidade? Justifique.

2 - O poder público é atuante na sua escola (parcerias, ações, etc.)? Justifique.

3 – De que forma se dá a interação entre o poder público e a escola ? (em caso negativo, destaque os motivos).

4 – Sua escola é uma escola democrática? (Convida a comunidade a participar das ações escolares).

5 – De que modo sua escola estimula a participação dos pais e alunos na construção das rotinas escolares? (em caso negativo, quais os motivos).

6 – Você vê a sua escola como um importante instrumento de transformação social? Justifique.

7 - Ela contribui com o desenvolvimento econômico do município?

8 - Você considera seu município desenvolvido? Justifique?

9 – A educação oferecida no município influencia no desenvolvimento econômico do município? Justifique.

10 – Quais as principais dificuldades que você enfrenta na sua escola?